



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL
CAMPUS PORTO ALEGRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

LUCIANA FRAGA HOPPE

**ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E MUNDO DO
TRABALHO: ARTICULAÇÕES COM BASE NOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS
DO IFSUL CÂMPUS CAMAQUÃ**

Porto Alegre/RS

2024

LUCIANA FRAGA HOPPE

**ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E MUNDO DO
TRABALHO: ARTICULAÇÕES COM BASE NOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS
DO IFSUL CÂMPUS CAMAQUÃ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Dra. Ana Sara Castaman

Porto Alegre/RS

2024

H798e Hoppe, Luciana Fraga

Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Mundo do Trabalho: articulações com base nos estágios supervisionados do IFSUL – Câmpus Camaquã / Luciana Fraga Hoppe – Porto Alegre, 2024.
185 f. : il., color.

Orientadora: Profª Dra. Ana Sara Castaman

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Rio Grande do Sul Campus Porto Alegre, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, Porto Alegre, 2024.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Estágios. 3. Mundo do Trabalho. 4. Ensino Médio Integrado. I. Castaman, Ana Sara. II. Título.

CDU: 37.004

Bibliotecário responsável: Filipe Xerxeneski da Silveira – CRB-10/1497

LUCIANA FRAGA HOPPE

**ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E MUNDO DO
TRABALHO: ARTICULAÇÕES COM BASE NOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS
DO IFSUL CÂMPUS CAMAQUÃ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 24 de abril de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Ana Sara Castaman

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Orientadora

Prof. Dr. Nei Jairo Fonseca dos Santos Junior

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Prof^a. Dra. Liliana Soares Ferreira

Universidade Federal de Santa Maria

LUCIANA FRAGA HOPPE

GUIA D@ ESTAGIÁRI@

I FEIRA DOS ESTÁGIOS E PROFISSÕES DO IFSUL CÂMPUS CAMAQUÃ

Produtos Educacionais apresentados ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 24 de abril de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Ana Sara Castaman

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Orientadora

Prof. Dr. Nei Jairo Fonseca dos Santos Junior

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Prof^a. Dra. Liliana Soares Ferreira

Universidade Federal de Santa Maria

Dedico este estudo a todos os jovens que hoje procuram uma colocação
no mundo do trabalho, defrontando-se com as dificuldades
que o sistema capitalista lhes impõe.

Dedico ao meu filho que, tão jovem e estudante ainda,
incentiva-me a continuar lutando e a buscar minha melhor versão.

AGRADECIMENTOS

É difícil agradecer. Isso porque houve muitas “mãos” que realizaram o trabalho até que eu pudesse chegar aqui. Trabalho esse que começa pela implantação dos institutos federais nos mais diversos locais do país, incluindo a cidade de Camaquã, onde moro. Posteriormente, a implementação do programa de mestrado profissional em educação profissional e tecnológica, o ProfEPT, que ampliou consideravelmente as chances de pessoas do interior, como eu, realizarem o sonho de cursar um mestrado. Limito-me, então, a agradecer ao IFSul, instituição em que trabalho e a todos que colaboraram na pesquisa. Agradeço também ao IFRS, que através dos seus excelentes professores proporcionou-me reflexões importantíssimas dentro da EPT, as quais impactarão positivamente minha atuação como Técnica em Assuntos Educacionais no IFSul Câmpus Camaquã.

Agradeço aos colegas de mestrado, pela companhia, saberes compartilhados, além da riqueza dos momentos vividos e da leveza dada aos dias de aula através dos bate-papos, dos cafés no intervalo com a Joana e o Augusto, os *shows* da Rô (a cantora da turma), o samba no pé do Sr. Poty... São memórias que guardarei com carinho.

Em especial, ao Gabriel Xavier, colega de IF e de mestrado, pela companhia nas viagens das sextas-feiras, sempre nas poltronas 13 e 14 do ônibus, repassando a matéria e assuntos aleatórios, tornando mais rápido o percurso.

Aos amigos e familiares com quem deixei de conviver na frequência habitual, mas que sempre me compreenderam e incentivaram. À Júlia Adélia, que com tanto carinho e atenção, fez com que eu fizesse pausas saudáveis. Ao Rodolfo, sobrinho e *designer* do Guia d@ Estagiári@, pelo excelente trabalho.

De forma muito amorosa, ao Pedro pelo incentivo e ao Ramiro pelos cafés prontos às 5h30min, pela paciência e por ter assumido todos os nossos afazeres domésticos, tornando possível dedicar-me aos estudos.

Por fim, agradeço muito à minha orientadora, professora Ana Sara, por acreditar neste estudo, pela condução do trabalho, sempre me oferecendo liberdade de escolha, pela ajuda constante e incansável. Mesmo à distância, oportunizou uma orientação bastante próxima, atenta, dedicada e proporcionou a segurança e o incentivo dos quais eu precisava para continuar.

Perguntas de um trabalhador que lê

Quem construiu Tebas, a cidade das sete portas?

Nos livros estão nomes de reis;

Os reis carregaram as pedras?

E Babilônia, tantas vezes destruída,

Quem a reconstruía sempre?

Em que casas da dourada Lima viviam aqueles que a construíram?

No dia em que a Muralha da China ficou pronta,

Para onde foram os pedreiros?

A grande Roma está cheia de arcos-do-triunfo:

Quem os erigiu? Quem eram aqueles que foram vencidos pelos césares?

Bizâncio, tão famosa, tinha somente palácios para seus moradores?

Na legendária Atlântida, quando o mar a engoliu, os afogados continuaram a dar ordens a seus escravos.

O jovem Alexandre conquistou a Índia.

Sozinho?

César ocupou a Gália.

Não estava com ele nem mesmo um cozinheiro?

Felipe da Espanha chorou quando sua armada naufragou. Foi o único a chorar?

Frederico 2º venceu a Guerra dos Sete Anos.

Quem partilhou da vitória?

A cada página uma vitória.

Quem preparava os banquetes?

A cada dez anos um grande homem.

Quem pagava as despesas?

Tantas histórias,

Tantas questões.

(Berthold Brecht, 1935)

RESUMO

O presente estudo integra a linha de pesquisa 'Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica', do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, da Instituição Associada, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - *Campus* Porto Alegre. O tema de pesquisa refere-se ao estágio supervisionado no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) e teve como problematização: como qualificar o acesso ao conjunto de regulamentos e orientações sobre os estágios supervisionados no âmbito do EMIEP, com base nos sentidos evidenciados em discursos de servidores e estudantes, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) Câmpus Camaquã? Para tanto, objetiva analisar, nos discursos de estudantes e servidores do IFSul Câmpus Camaquã, as concepções de Estágio Supervisionado e sua relevância no EMIEP, com a finalidade de elaborar um produto educacional que qualifique o acesso ao conjunto de regulamentos e orientações sobre os estágios, tendo em vista a articulação com o mundo do trabalho. A abordagem metodológica foi quali e quantitativa, de natureza aplicada. Quanto aos objetivos exploratório, descritivo e explicativo, buscou maior familiaridade com o problema, produzindo dados por levantamento bibliográfico, análise documental e pesquisa de campo. Para tanto, o *lôcus* do estudo foi o IFSul Câmpus Camaquã e foram realizadas entrevistas com os servidores (três coordenadores de cursos de ensino médio integrado e uma coordenadora de extensão) envolvidos nos processos de estágio supervisionado e foi aplicado questionário *on-line* aos estudantes do EMIEP cursando os quartos anos do ano letivo de 2022, num total de 56 discentes. A análise dos dados foi feita com base no fundamento teórico-metodológico da Análise dos Movimentos de Sentidos (AMS). Evidenciou-se dificuldade de acesso aos documentos e na comunicação com o setor de estágios. Além disso, constatou-se a necessidade de promover maior articulação entre escola e empresas locais para implementação de mais vagas para estágios supervisionados. Portanto, foram elaborados dois produtos educacionais (PE): 1) o Guia d@ Estagiári@", classificado como material didático/instrucional, direcionado aos estudantes como um facilitador do acesso aos documentos, legislações e outros materiais relacionados aos temas trabalho e estágios; 2) a "I Feira dos Estágios e Profissões do IFSul Câmpus Camaquã", direcionado aos servidores, composto de um passo a passo para realização de um evento organizado. Este estudo e os PE colocam em cena os estágios supervisionados como possibilidade de superação da perspectiva de um simples encaminhamento para o mercado, para atingir o patamar de articulador entre o trabalho pedagógico realizado na instituição e o mundo do trabalho. Os PE serão disponibilizados em repositório público, e há possibilidade de se tornarem ferramentas para outras instituições de ensino.

Palavras-chave: Estágios. Mundo do Trabalho. Educação Profissional e Tecnológica. Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

ABSTRACT

The present study is part of the research line Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education, from the Graduate Program in Professional and Technological Education, of the Associated Institution, Federal Institute of Education, Science and Technology of *Rio Grande do Sul - Campus Porto Alegre*. The research topic refers to the supervised internship in the High School Integrated to Professional Education (EMIEP) and it had the following question as problematization: how to qualify the access to the set of regulations and guidelines on supervised internships within the scope of *EMIEP*, based on the meanings evidenced in the discourses of civil servants and students, of the Federal Institute of Education, Science and Technology of *Rio Grande do Sul (IFSul) campus Camaquã*? To this end, it aims to analyze in the discourses of students and employees of *IFSul campus Camaquã*, the conceptions of Supervised Internship and its relevance in *EMIEP*, with the purpose of developing an educational product that qualifies access to the set of regulations and guidelines on internships, with a view to articulation with the world of work. The methodological approach was qualitative and quantitative, of an applied nature. As for the exploratory, descriptive and explanatory objectives, we seek greater familiarity with the problem, producing data through bibliographic survey, document analysis and field research. To this end, the *locus* of the study was the *IFSul campus Camaquã* and interviews were conducted with the servers (three coordinators of integrated high school courses and one extension coordinator) involved in the supervised internship processes and an online questionnaire was applied to *EMIEP* students attending the fourth years of the 2022 school year, in a total of 56 students. Data analysis was based on the theoretical-methodological foundation of the (*Análise dos Movimentos e Sentidos (AMS)*) Analysis of Sense Movements (SMA). Difficulties in accessing documents and communicating with the internship sector were evidenced. In addition, there was a need to promote greater articulation between school and local companies to implement more vacancies for supervised internships. Therefore, two educational products (EP) were elaborated: 1) the *Guia d@ Estagiári@*, classified as didactic/instructional material, aimed at students as a facilitator of access to documents, legislation and other materials related to the themes of work and internships; 2) the "I Internship and Professions Fair of *IFSul Campus Camaquã*", aimed at civil servants, consisting of a step-by-step guide for an organized event. This study and the EPs place the supervised internships as a possibility of overcoming the perspective of a simple referral to the market, to reach the level of articulator between the pedagogical work carried out in the institution and the world of work. The EPs will be made available in a public repository, and have the possibility of becoming tools for other educational institutions.

Keywords: Internships. World of Work. Professional and Technological Education. High School Integrated to Professional Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização dos <i>campi</i> do IFSul	67
Figura 2 - Mapa de localização do município de Camaquã/RS e Região	68
Figura 3 - Realização ou não de estágio supervisionado pelo público da amostra	105
Figura 4 - Importância do estágio supervisionado	109
Figura 5 - Relevância do aspecto financeiro dos estágios supervisionados	110
Figura 6 - Dificuldades quanto ao acesso às informações sobre estágios	111
Figura 7 - Avaliação quanto à intermediação feita pelo IFSul entre estudantes e o mundo do trabalho	117
Figura 8 - Tipo de material sugerido	119
Figura 9 - Capa e descrição dos tópicos abordados no Guia	123
Figura 10 - Parte da página 9 do Guia d@ Estagiári@, exemplo de mundo e mercado de trabalho	124
Figura 11 - Página da rede social <i>Instagram</i>	124
Figura 12 - Infográfico - I Feira de Estágios e Profissões do IFSul Câmpus Camaquã.....	125
Figura 13 - Questões relativas à ATRAÇÃO	127
Figura 14 - Questões sobre a COMPREENSÃO	128
Figura 15 - Questões a respeito do ENVOLVIMENTO	129
Figura 16 - Questões a respeito da ACEITAÇÃO	129
Figura 17 - Questões sobre MUDANÇA DE AÇÃO	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo dos motivos de transferência e cancelamento de matrículas ...	19
Quadro 2 - Estudantes em Estágio no mês de agosto de 2022	21
Quadro 3 - Informações sobre Estágios no site do IFSul	22
Quadro 4 - Resultados dos descritores BDTD	26
Quadro 5 - Pesquisa das dissertações na BDTD	27
Quadro 6 - Pesquisa no Repositório do ProfEPT	28
Quadro 7 - Universo da pesquisa	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Entendimentos e/ou significados atribuídos aos estágios supervisionados	86
Tabela 2 - Sentidos atribuídos à articulação entre estágio supervisionado e o mundo do trabalho	88
Tabela 3 - Sentidos atribuídos à relação entre estágio supervisionado e o perfil do egresso	89
Tabela 4 - Repercussão do estágio supervisionado na formação humana integral do estudante	91
Tabela 5 - Número de estudantes que estagiam	93
Tabela 6 - Relação teoria e prática	94
Tabela 7 - Remuneração	95
Tabela 8 - Formação humana integral	96
Tabela 9 - Relação entre permanência e/ou engajamento mediante realização de estágio supervisionado	98
Tabela 10 - Relação entre a saída dos estudantes e a necessidade de trabalhar ...	99
Tabela 11 - Desafios enfrentados quanto aos estágios supervisionados	101
Tabela 12 - Alternativas para qualificar a articulação que o IFSul Câmpus Camaquã faz entre os estudantes e o mundo do trabalho	102
Tabela 13 - Sentidos dos estágios supervisionados apontados pelos estudantes .	105
Tabela 14 - Dificuldades encontradas pelos estagiários nas empresas	112
Tabela 15 - Dificuldades pessoais enfrentadas na realização dos estágios	114
Tabela 16 - Potencialidades dos estágios supervisionados	115
Tabela 17 - Sugestões dos estudantes para melhorias na intermediação escola-estudante-mundo do trabalho	117
Tabela 18 - Questões relativas às CONTRIBUIÇÕES	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AMS – Análise dos Movimento de Sentidos
- BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BNCC – Base Nacional Comum Curricular
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEB/CNE – Câmara de Educação Básica/Conselho Nacional de Educação
- CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
- CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
- CETP-UTU – Conselho de Educação Técnico Profissional – Universidade do Trabalho do Uruguai
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- CNE/CEB – Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica
- CNE/CP – Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno
- CNS – Conselho Nacional de Saúde
- CONEP/SECNS/MS – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa/Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Saúde/Ministério da Saúde
- CONIF – Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
- CONSUP – Conselho Superior
- COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento
- EMIEP – Ensino Médio Integrado à Educação Profissional
- EPT – Educação Profissional e Tecnológica
- ETFPEL – Escola Técnica Federal de Pelotas
- HD – *Hard Disc*
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBICT – Instituto Brasileiro em Informação, Ciência e Tecnologia
- ISBN – *International Standard Book Number*
- IFET – Instituições Federais de Educação Tecnológica
- IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul
- IFs – Institutos Federais
- IFSul – Instituto Federal Sul-rio-grandense
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
MP – Mestrado Profissional
NEM – Novo Ensino Médio
PCD – Pessoa com Deficiência
PDF – *Portable Document Format*
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PE – Produto Educacional
PIB – Produto Interno Bruto
PPC – Projeto Pedagógico de Curso
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional
ProfEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SENAC – Serviço Nacional do Comércio
SENAI – Serviço Nacional da Indústria
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública
TADS – Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
TAE – Técnica em Assuntos Educacionais
TAI – Técnico em Automação Industrial
TCA – Técnico em Controle Ambiental
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEC – Técnico em Eletrotécnica
TINF – Técnico em Informática
UDN – União Democrática Nacional
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	31
2.1 Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: historicidade, conceito e bases conceituais	31
2.2 Estágio Supervisionado no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: articulações com o mundo do trabalho	53
3 METODOLOGIA	65
3.1 Classificação da Pesquisa	65
3.2 Campo, Universo e Amostra da Pesquisa	66
3.3 Instrumentos e Análise de Dados	72
3.3.1 Análise dos Riscos e CEP	76
4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)	79
4.1 Estágios supervisionados no IFSul	80
4.2 Resultados das análises das entrevistas direcionadas aos servidores envolvidos com os estágios supervisionado no IFSul Câmpus Camaquã (coordenadores dos cursos de EMIEP e Coordenadora de Extensão)	85
4.2.1 Sentidos atribuídos aos estágios supervisionados no EMIEP (servidores)	86
4.2.2 Mapeamento da situação dos estágios supervisionados na ótica dos servidores	93
4.2.3 Relação entre permanência na instituição e/ou engajamento nos estudos mediante necessidade de trabalhar	97
4.2.4 Articulação entre escola e mundo do trabalho	100
4.3 Resultados das análises dos questionários direcionados aos estudantes do IFSul Câmpus Camaquã	104
4.3.1 Sentidos atribuídos aos estágios supervisionados no EMIEP (estudantes)	104
4.3.2 Principais desafios profissionais e pessoais enfrentados durante a realização dos estágios	110
4.3.3 Avaliações quanto às potencialidades dos estágios supervisionados e possíveis melhorias desse serviço no IFSul Câmpus Camaquã	115
5 PRODUTO EDUCACIONAL	120
5.1 Guia d@ Estagiári@	122
5.2 I Feira de Estágios e Profissões do IFSul Câmpus Camaquã	125

5.3 Avaliação e validação do produto educacional	126
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
Referências	136
APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL - GUIA D@ ESTAGIÁRI@	150
APÊNDICE B - PRODUTO EDUCACIONAL - I FEIRA DOS ESTÁGIOS E PROFISSÕES DO IFSUL CÂMPUS CAMAQUÃ	155
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA ESTUDANTES	159
APÊNDICE D - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS SERVIDORES	163
APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	164
ANEXO A - RELATÓRIO DOS ESTUDANTES QUE DESCONTINUARAM SEUS ESTUDOS NO IFSUL CÂMPUS CAMAQUÃ	167
ANEXO B – MOTIVOS DE TRANSFERÊNCIA E CANCELAMENTO DE MATRÍCULAS	168
ANEXO C - PARECER COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	172
ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ESTUDANTES	179
ANEXO E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA SERVIDORES	182

1 INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foram criados pela Lei nº 11.892 (Brasil, 2008b), durante o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT)¹. A estrutura multicampi dos IFs e a interiorização das suas unidades, instaladas em cidades polos, buscam o desenvolvimento regional e levam em conta os arranjos produtivos locais e o diálogo com as comunidades.

Em decorrência, a concepção da Educação Profissional no Brasil, que era “[...] tida no seu início como instrumento de política voltado para as 'classes desprovidas', [...] se configura como importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas” (Brasil, s.d.). São instituições que se estabelecem como uma tentativa de rompimento da dualidade histórica entre trabalho e educação; que pretendem formar estudantes “[...] para o mundo do trabalho². Nesses espaços e tempos, os processos educativos transitam em um campo de disputas entre os interesses hegemônicos e contra-hegemônicos” (Ferreira *et al.*, 2022, p. 23).

A partir da inserção dos IFs na RFEPCT, oportuniza-se cursar o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP), que, para Ramos (2008),

[...] É uma fase em que a concepção de educação é muito importante na vida dos jovens. Nessa fase, a **relação entre ciência, conhecimento científico e produção, modo de produção da existência, processo econômico, de geração de riqueza, distribuição de riqueza e trabalho, divisão social do trabalho**, se manifestam (Ramos, 2008, p. 3, grifos nossos).

¹ Desde 2019, a RFEPCT está composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II (Brasil, s.d.).

² O mundo do trabalho abrange todo o fazer do ser humano com vistas a sua sobrevivência, quer haja remuneração ou não. Já o mercado de trabalho trata da venda da força de trabalho em troca de salário, sendo que o mercado oscila quanto às condições de oferta de vagas e valor pago, de acordo com a economia e os interesses do capital. Esse conceito será aprofundado na seção 2.2, no referencial teórico.

Assim, em setembro do ano de 2010, entrou em funcionamento o câmpus Camaquã, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), momento em que foram recebidos os primeiros estudantes (IFSul, 2020). Porém, é preocupante que, em mais de uma década de existência, muitos estudantes tenham descontinuado seus estudos no IFSul - Câmpus Camaquã. De acordo com os dados registrados na Coordenadoria de Registros Acadêmicos (Anexo A) e no SUAP (IFSul, 2022a), desde a implantação do câmpus em 2010 até 2022, foram oferecidas e preenchidas 1.364 vagas nos cursos de EMIEP e dessas, 113 estudantes cancelaram a matrícula, 181 evadiram e 214 pediram transferência externa.

Até o ano de 2014, não se realizava levantamento sobre o porquê das evasões, das transferências e dos cancelamentos de matrículas, mas, analisando os altos índices de estudantes que não concluíam os cursos, percebeu-se a importância de conhecer as razões. Então, foi criado um protocolo de entrevistas com os responsáveis, no caso dos menores de idade, ou com o próprio estudante, quando maior de 18 anos, na tentativa de compreender as causas das desistências e tentar solucioná-las e/ou minimizá-las. Um número representativo respondeu que não se adaptou ao curso, que teve questões de mudança de cidade, demora para concluir o EMIEP, muito difícil, etc. (IFSUL, 2022b).

As razões mencionadas nas entrevistas eram diversas e não se evidenciou um agravante como o principal deles. Porém, nos últimos anos, observou-se no relatório dos Motivos de Transferências e Cancelamento de Matrículas (IFSUL, 2022b), apresentado em parte no Anexo B e resumido no Quadro 1, que a necessidade de trabalhar passou a configurar um dos indicativos de saída da instituição a partir do ano de 2022.

Quadro 1 - Resumo dos motivos de transferência e cancelamento de matrículas

Ano	Motivo	Nº de vezes que aparece	Percentual em relação ao total de entrevistados
2021	Dificuldade com o ensino remoto durante a pandemia do COVID-19 ³	4	33%
	Demora na retomada das atividades e conclusão do curso ⁴	5	42%
	Outros motivos (não gostou do curso ou achou muito difícil, mudança de domicílio, não informou)	3	25%
	Total de estudantes entrevistados	12	
2022	Necessidade ou desejo de trabalhar	10	59%
	Outros motivos (não gostou do curso ou achou muito difícil, mudança de domicílio, não informou)	7	41%
	Total de estudantes entrevistados	17	
2023 (jan-fev.)	Necessidade ou desejo de trabalhar	3	43%
	Outros motivos (não gostou do curso ou achou muito difícil, mudança de domicílio, não informou)	4	57%
	Total de estudantes entrevistados	7	

Fonte: Elaborado pela autora a partir do relatório dos Motivos de Transferências e Cancelamentos de Matrículas (IFSUL, 2022b).

A partir da análise das motivações dos estudantes e de seus familiares,

³ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global (Brasil, 2021b). Durante o período de pandemia, foi utilizado o ensino remoto.

⁴ Durante os primeiros meses da pandemia de Covid-19, o calendário escolar ficou suspenso por oito meses.

percebe-se que talvez sejam necessárias ações que possibilitem conhecer melhor os estudantes e a comunidade em que estão inseridos e buscar uma articulação com a mesma, na intenção de incluí-los no mundo do trabalho, visto que, na realidade de Camaquã e região, assim como no contexto brasileiro, ainda é muito cedo para que os jovens possam “[...] ‘se dar ao luxo’ de esperar até os 20 anos ou mais para iniciar a trabalhar” (Moura; Garcia; Ramos, 2007, p. 24). Porém, a inserção desses jovens não deve se limitar a um simples encaminhamento para o mercado de trabalho sob a ótica capitalista⁵, já que se trata de um “[...] sistema singularmente voltado para o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho através de recursos técnicos” (Wood, 2001, p. 12), o que se opõe à proposta dos IFs.

Atualmente, o Câmpus Camaquã oferece três cursos de EMIEP: Técnico em Automação Industrial (TAI), Técnico em Controle Ambiental (TCA) e Técnico em Informática (TINF); um curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio: Técnico em Eletrotécnica (TEC) e um superior: Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS). Desses cursos, os únicos que não exigem estágio obrigatório para a sua conclusão são o TADS e o TCA (IFSUL, 2019). Contudo, todos os cursos do câmpus marcam em seus PPCs a possibilidade de realização de estágio supervisionado não obrigatório.

Os estágios supervisionados podem ser encarados como uma maneira de realizar a articulação entre escola, estudantes e mundo do trabalho, propiciando descobertas e interpretações das relações sociais e profissionais. Além disso, possibilita desenvolver a percepção de si mesmos como parte da sociedade; complementar os seus conhecimentos técnicos e até encontrar as potencialidades e aptidões. Considerando a realidade contextualizada até aqui, quanto ao crescente abandono da escola por necessidade de trabalhar, como se observa no Quadro 1, e

⁵ Mészáros (2002, p. 96) enfatiza que o capital é “[...] uma forma incontrolável de controle sociometabólico. A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa — na verdade, até o presente, de longe, a mais poderosa — estrutura ‘totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente — e, neste importante sentido, ‘totalitário’ — do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu ‘microcosmo’ até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos”.

ainda, a natureza da instituição que tem em seus fundamentos o trabalho como princípio educativo⁶ (Gramsci, 1988), acredita-se que o quantitativo de estudantes na condição de estágio supervisionado é relativamente baixo, conforme Quadro 2:

Quadro 2 - Estudantes em Estágio no mês de agosto de 2022

Cursos	Nº total de estudantes matriculados ¹	Estudantes em estágio ²		% do total descontando os que estão no obrigatório
		Obrigatório	Não obrigatório	
TAI	94	3	6	6,6
TCA	207	29	18	10,11
TINF	112	1	20	18
TADS	107	Não exige estágio obrigatório.	7	6,5
TEC	47	-	1	2,12

¹ Fonte: Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP.

² Fonte: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Extensão - IFSul Câmpus Camaquã, 2022.

Enquanto Técnica em Assuntos Educacionais (TAE), há 12 anos, acompanho a maneira como a instituição estabelece contato com as empresas e o modo como faz a articulação entre elas e os estudantes. Ao longo desse tempo, coordenadores de extensão e dos cursos e demais servidores que tiveram envolvimento com os estágios enfrentaram dificuldades em atender consistentemente às demandas dos estudantes. Isso se refere tanto aos concludentes quanto aos que aspiram a uma vaga de estágio não obrigatório. Percebe-se, pelas demandas dos estudantes nos conselhos processuais⁷, que o setor de estágios foi, com frequência, alvo de demonstrações de insatisfação. Porém, não por falta de iniciativas dos servidores que lá trabalharam, os quais, para tentar solucionar os problemas apontados, realizaram algumas ações, tais como: aumentar o horário de permanência da servidora responsável durante o dia; conversar com as turmas sobre os documentos e procedimentos para início dos

⁶ Em Ciavatta (1990, p. 408), tem-se a definição do trabalho como princípio educativo, como “[...] relação entre o trabalho e a educação, no qual se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano”. Na seção 4, intitulada Referencial Teórico, aborda-se mais sobre o tema.

⁷ No IFSul Câmpus Camaquã, é oportunizado aos estudantes realizarem avaliação dos serviços da escola nos dias que antecedem os conselhos de classe, o que se chama “conselho processual” e acontece duas vezes ao longo do ano letivo.

estágios, assim como a obrigação dos relatórios intermediários e final; criar um espaço no sítio do câmpus com orientações gerais sobre o assunto (IFSUL, 2022c). Contudo, as dúvidas e os protestos persistiram.

O trabalho de todo o setor de estágios é realizado por uma servidora, que também é Coordenadora de Extensão, o que é desafiador quanto aos horários no local em que os estudantes a procuram e a necessidade de realizar visitas às empresas; entre outras atividades relativas à função. Há constantemente procura por informações por parte daqueles que precisam realizar o estágio obrigatório, além dos que encontram por conta própria um estágio não obrigatório remunerado.

Ao acessar os sites dos câmpus que compõem o IFSul⁸, identifica-se, consoante com o Quadro 3, instruções básicas a respeito dos estágios supervisionados, mas, em vários casos, são desatualizadas e parecem insuficientes; em outros, estão esparsas e descentralizadas, o que torna difícil obter a informação. A análise desses dados sugere também que não há comunicação eficaz entre as Coordenações de Extensão no sentido de elaborar uma política institucional. Contudo, em ao menos dois câmpus, há um esforço maior para realizar a comunicação com os estudantes, incluindo tutoriais e vídeos explicativos⁹.

Quadro 3 - Informações sobre Estágios no site do IFSul

Câmpus	Conteúdos relativos a estágios
Bagé	Conveniados (desatualizados desde 2012), Documentos de Estágio, Relatórios.
Camaquã	Instruções, Estágios nos cursos do câmpus (exigência do estágio curricular ou não), Principais dúvidas, Documentos.
Charqueadas	Documentos, Infográficos sobre as diversas etapas dos estágios, Vídeos com as respostas das principais dúvidas (1 minuto ou menos cada), Agentes Integradores.
Gravataí	Contato, Normativas, Oportunidades de Estágio, Agências de Integração.
Jaguarão	Conveniados (desatualizados desde 2012), Documentos de estágio, Relatórios.
Lajeado	Conveniados (desatualizados desde 2012), Lei geral dos estágios, Regulamento de estágios.
Novo Hamburgo	Orientações quanto à documentação necessária para estágio, Documentos,

⁸ O acesso para o site de cada câmpus pode ser realizado via <http://www.ifsul.edu.br/>.

⁹ Câmpus Charqueadas, disponível em: <http://www.charqueadas.ifsul.edu.br/coex>; Câmpus Passo Fundo, disponível em: <http://passofundo.ifsul.edu.br/lnk-estudante-estagios>. Acesso em: 01 set. 2022.

	Mural de Vagas (desatualizado desde 2021), Dicas para o estágio (apresentação, como elaborar um currículo, busca por oportunidades, dicas de entrevista, do estágio à contratação).
Passo Fundo	Estágio (explicações sobre os diferentes tipos), Relação dos cursos e a necessidade ou não de estágio curricular obrigatório, Documentos de Estágio (com várias instruções), Tutoriais (vídeos explicativos para diversas fases e preenchimento de documentos), Perguntas Frequentes.
Pelotas	Informações difusas, na aba da Extensão: Apresentação da Coordenação de Estágios; na aba Espaço do Estudante: há dois espaços, um para o Estágio Obrigatório com Conveniados (desatualizados desde 2012), Documentos e Relatórios, além de um link para Editais; outro espaço para o Não Obrigatório: links com informações gerais, tais como Processo de Ingresso, Assiduidade, Desligamento etc.
Pelotas Visconde da Graça	Na aba da Extensão: Conveniados (desatualizados desde 2012), Documentos de Estágio, Relatórios e um link para os Editais. Na aba Espaço do Estudante: há um espaço para o Estágio Obrigatório, que remete ao mesmo local da aba da Extensão; há outro espaço para o Estágio Não Obrigatório com: links com informações gerais, tais como Processo de Ingresso, Assiduidade, Desligamento etc.
Santana do Livramento	Conveniados (desatualizados desde 2012), Documentos de estágio, Relatório.
Sapiranga	Conveniados (desatualizados desde 2012), Documentos, Relatórios, Inclusão de Estagiários no SUAP (orientações).
Sapucaia do Sul	Conveniados (atualizada), Formulário para interessados em receber informações de vagas na sua área, Documentos de Estágio e Relatórios.
Venâncio Aires	Documentos, Relatórios, Vagas de estágio (desatualizado desde 2014).

Fonte: Organizado pela autora a partir da página do IF Sul (s.d.).

Enquanto estudante universitária necessitei trabalhar para auxiliar nas despesas relativas à faculdade e gastos pessoais diversos e, naquela época, realizei estágio em uma agência do Banco do Brasil. Tal experiência além de proporcionar os recursos financeiros de que precisava para permanecer estudando, acabou moldando em parte a profissional que sou hoje. A vivência do estágio teve muita relevância no meu trajeto pessoal: no desenvolvimento quanto à subjetividade, mediante as relações estabelecidas com pessoas daquele ambiente de trabalho, culturalmente distinto do que eu frequentava até então; além de determinar um avanço no processo de socialização, auxiliando a vencer diversos desafios, como por exemplo, a timidez. Dessa forma, esse foi um dos motivos iniciais para o interesse neste tema. Outrossim, no meu dia a dia, como trabalhadora, acompanho os estudantes nos mais diversos aspectos: desde o rendimento acadêmico, atendimento aos pais, professores e até amparo nas crises de ansiedade, as quais acontecem cada vez em maior número.

Não são raras as situações em que os estudantes reportam os custos (transporte e/ou alimentação) para se manterem no IFSul. A Assistência Estudantil forneceu no ano de 2022 um Auxílio Emergencial Temporário — bolsa no valor de R\$200,00 (duzentos reais) mensais (IFSUL, 2022d). Com isso, não atendeu a todos os estudantes que necessitavam, sendo o valor insuficiente até mesmo para o transporte dentro da cidade.

É reconhecida a importância da Assistência Estudantil para a permanência dos estudantes nos IFs. No entanto, os estágios supervisionados remunerados (Brasil, 2008a) não se confundem com essa política, visto que a intervenção deles vai além da questão financeira. Porém, não há como dissociar dos estágios supervisionados remunerados a relevância que a bolsa-auxílio representa, principalmente, em uma localidade, na qual os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010) apontam que as pessoas, em grande parte, não têm condição financeira estável. Assim, os jovens filhos dos trabalhadores geralmente não podem aguardar o término dos estudos para iniciar a trabalhar, porque ajudam os seus pais e/ou responsáveis no sustento da casa, razão pela qual a falta de mecanismos que qualifiquem o acesso às informações para realização dos estágios supervisionados e, conseqüente, para o ingresso no mundo do trabalho torna-se preocupante. Antunes (2005, p. 78), tratando sobre a precarização estrutural do trabalho e sua nova morfologia, salienta sobre:

[...] Outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingem a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural.

A região de Camaquã-RS não difere do restante do país no que tange às poucas oportunidades de trabalho (IBGE, 2010). Destarte, os estágios supervisionados sugerem uma alternativa à condição de desemprego e “trabalho precarizado” (Antunes, 2005), mas principalmente, como estudantes do IFSul, os jovens estarão recebendo o aporte educacional que possibilitará a compreensão da realidade acerca do mundo do trabalho, em contraponto ao mercado de trabalho na lógica capitalista. O estudante, durante o estágio supervisionado, poderá ter as noções necessárias para se confrontar com a realidade do mundo, da vida.

Recentemente, após o ingresso no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), aprofundei

estudos sobre o tema, à luz das reflexões realizadas na unidade curricular de Bases Conceituais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Nesse contexto, evidenciei a importância do trabalho como princípio educativo (Gramsci, 1988) e do trabalho pedagógico¹⁰ (Ferreira, 2018) nessa etapa da educação e identifiquei no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) (IFSUL, 2022e) do IF Sul, a relevância dos estágios, assim como da relação entre instituição-sociedade, para as políticas de extensão. Então, percebi que, enquanto trabalhadora nesta instituição, poderia contribuir na solução dos desafios já relatados, bem como no alcance dos objetivos institucionais, visto que a instituição deve desenvolver: “[...] ações que busquem estreitar as relações com o mundo do trabalho, propiciando a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão” (IFSUL, 2022e, p. 54).

Com a presente pesquisa inserida na linha ‘Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica’, vinculada ao ‘Macroprojeto 5 - Organização do currículo integrado na EPT’ que contempla projetos que visem a “[...] compreensão da realidade concreta dos conceitos da EPT [...] tendo como pilares o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, com suporte da interdisciplinaridade e das diversas relações existentes no mundo do trabalho” (IFES, 2019), pesquisou-se nas bases de dados por investigações científicas que elucidassem sobre a categoria “estágio supervisionado na EPT”.

Para o estado do conhecimento, a identificação, o registro, a categorização, a reflexão e a síntese sobre a produção científica (Morosini; Fernandes, 2014), elegeu-se e delimitou-se como bases a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e dissertações (BDTD) e o Repositório do ProfEPT. A escolha da BDTD ocorreu por gerenciar teses e dissertações, com texto completo, procedentes das instituições brasileiras de ensino e pesquisa. Consolida-se como “[...] uma das maiores iniciativas, do mundo, para a disseminação e visibilidade de teses e dissertações” (BDTD, s.d.). A BDTD tem como agente integrador dos dados o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que é vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Quanto ao Repositório do ProfEPT, a escolha deu-se pelo fato de que, nesse local, encontram-se as dissertações produzidas pelos egressos do ProfEPT, desde a

¹⁰ Segundo Ferreira (2018, p. 605-606) o trabalho pedagógico é diferenciado de prática pedagógica: “[...] esta é instantânea, menos apegada a um projeto, mais atinente ao momento. Contrariamente, o trabalho pedagógico exige uma leitura do real, uma proposição, uma validação da proposta e, ao longo do processo, uma avaliação. Por isso, é práxis”.

criação do curso.

Para pesquisas realizadas virtualmente por teses e dissertações, definiu-se apenas a leitura dos resumos no idioma português. O período pesquisado foi a partir de 2008 na BDTD — tendo em vista a criação da RFEPCT e alteração da lei dos estágios naquele ano — e 2017 no repositório do ProfEPT, devido ao início do Mestrado em rede do ProfEPT nesse ano. Como período final das buscas estabeleceu-se até 2023. Salienta-se que foram utilizados os descritores conforme indicado no Quadro 4. Tendo em vista que, ao inserir apenas “ensino médio” ou “nível médio” a busca alcançou cursos subsequentes desse nível de ensino. Então, acrescentou-se o termo “ensino médio integrado”, obtendo-se nove dissertações. Porém, ao combinarmos com “ifsul *OR* sul-rio-grandense” não foram obtidos resultados. Neste processo, observou-se em acordo com Braido *et al* (2023, p. 15), pelos trabalhos que “compõem o *corpus*”, iniciando-se as análises, levando-se em conta que a seleção das obras:

Engloba a pesquisa bibliográfica, que se constitui em técnica de produção de dados, realizada durante toda a análise para subsidiar os sentidos produzidos. As obras selecionadas têm em comum perspectivas teóricas que ou se aproximam, ou se distanciam. Nesse caso, cabe aos pesquisadores esclarecerem essas aproximações ou não. Portanto, a pesquisa bibliográfica não diz respeito somente à seleção, mas aos critérios para tanto (Braido *et al*, 2023, p. 15).

Quadro 4 - Resultados dos descritores na BDTD

Descritores - busca nos resumos, em Português, 2008-2023	Resultado
“estágio(s) supervisionado(s)”	958
(estágio supervisionado) <i>AND</i> (educação profissional e tecnológica)	102
(estágio supervisionado) <i>AND</i> (educação profissional e tecnológica) <i>AND</i> (instituto federal de educação)	35
(estágio supervisionado) <i>AND</i> (educação profissional e tecnológica) <i>AND</i> (instituto federal de educação) <i>AND</i> (ensino médio <i>OR</i> nível médio)	22
(estágio supervisionado) <i>AND</i> (educação profissional e tecnológica) <i>AND</i> (instituto federal de educação) <i>AND</i> (ensino médio <i>OR</i> nível médio) <i>AND</i> (ifsul <i>OR</i> sul-rio-grandense)	1
(estágio supervisionado) <i>AND</i> (educação profissional e tecnológica) <i>AND</i> (instituto federal de educação) <i>AND</i> (ensino médio integrado)	9

(estágio supervisionado) <i>AND</i> (educação profissional e tecnológica) <i>AND</i> (instituto federal de educação) <i>AND</i> (ensino médio integrado) <i>AND</i> (ifsul OR sul-rio-grandense)	0
--	---

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Ao realizar a leitura dos nove resumos mencionados no quadro anterior, percebeu-se que alguns não tinham relação com o ensino médio integrado. Então, procedeu-se à revisão dos 102 resultados dos descritores “(estágio supervisionado) *AND* (educação profissional e tecnológica)”. Dentre essas pesquisas, localizou-se sete estudos, descritos no Quadro 5, sendo que apenas um aborda sobre os estágios no ensino médio integrado e não está totalmente relacionado ao presente objeto de estudo, que trata do estágio supervisionado e seus desdobramentos, conforme já mencionado.

Quadro 5 - Pesquisa das dissertações na BDTD

Ano da defesa	Título	Palavras-chave	Endereço
2022	Relação teoria e prática na formação do técnico em edificações no ensino médio integrado	Ensino médio integrado; Relação teoria e prática; Educação profissional e tecnológica; Curso técnico em edificações; Currículo integrado	https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/720
2019	**O fetiche da prática como elemento norteador da mediação entre a escola e o mundo do trabalho na formação profissional da Rede FAETEC	Estágio supervisionado; Ensino técnico; Ensino superior tecnológico; Educação profissional	https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/5160
2015	**Concepções de estágio curricular supervisionado no curso técnico em Enfermagem do câmpus Araguaína do IFTO	Estágio curricular supervisionado; Curso técnico em enfermagem; Instituto federal de educação ciência e tecnologia do Tocantins	http://hdl.handle.net/11612/83
2010	***O estágio supervisionado curricular na formação do técnico em agropecuária no IFPB-Sousa	Educação profissional; Estágio supervisionado; Técnico agrícola, Instituto Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - Sousa	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4942
2009	**Entre a escola e a fábrica: o papel do estágio na formação de técnicos em transformação de termoplásticos no IFSUL - Campus Sapucaia do Sul	Educação profissional; ensino profissionalizante; Ensino técnico; Estágio supervisionado; Formação	http://hdl.handle.net/10183/17717
2009	*Estágio curricular e sua contribuição na construção da identidade profissional dos estudantes da Educação Técnica de Nível Médio	Estágio curricular supervisionado; Identidade profissional; Educação profissional técnica de nível médio	http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/304
2008	**O estágio supervisionado na	Estágio; Trabalho;	https://repositorio.ufsc.br/x

formação dos alunos do Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira/SC: a relação entre o discurso e a prática.	Profissional; Educação Agrícola.	mlui/bitstream/handle/123456789/90884/259592.pdf?sequence=1&isAllowed=y
--	----------------------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora, 2024¹¹.

*Pesquisa realizada em curso de nível médio, mas não especificado se é integrado.

**Pesquisa realizada em curso pós-médio.

*** Não foi possível acessar a dissertação.

Nas pesquisas realizadas no repositório do ProfEPT, utilizou-se os descritores “estágio(s) supervisionado(s)”, que resultaram nas cinco dissertações do Quadro 6, correlatas ao tema deste estudo, sendo que uma delas foi realizada em curso subsequente (pós-médio).

Quadro 6 - Pesquisa no Repositório do ProfEPT

Ano da defesa	Título	Assunto	Disponível em
2020	Estágio Supervisionado e o Trabalho como Princípio Educativo: um estudo de caso no curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFRO – Campus Porto Velho Calama	Ensino; ensino Integrado; Estágio supervisionado; Trabalho e cidadania	https://portal.ifro.edu.br/component/phocadownload/category/3248-dissertacoes-aprovadas?download=11896:santan1
2020	Estágio supervisionado: espaço de formação do estudante da educação profissional e tecnológica	Estágio; Educação profissional e tecnológica; Formação integral	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9957252
2021	Podcast Sobre Estágio Supervisionado: uma proposta de orientação para estudantes da Educação Profissional Técnica De Nível Médio Integrado	Estágio Supervisionado; Ensino Médio Integrado; Trabalho; Educação Profissional e Tecnológica	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10808914
2022	O Estágio Supervisionado como espaço pedagógico de transição para o mercado de trabalho	Educação Profissional e Tecnológica; Técnico de nível médio; Estágio supervisionado; Aprendizagem experiencial	https://bdtcbr.omeka.net/items/show/788
2022	**O estágio supervisionado na	Estágio; Educação	repositorio.ifes.edu.br/bitst

¹¹ Disponível em: <https://bdtcbr.omeka.net/items/show/788>. Acesso em: 10 mar. 2024.

	educação profissional e tecnológica: rodas de conversa como proposta de acompanhamento e avaliação	profissional; Trabalho; Rodas de conversa.	ream/handle/123456789/2480/DISSERTAÇÃO_Estágio_Supervisionado_EPT_Rodas_Conversa.pdf?sequence=1&isAllowed=y
--	--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora, 2024¹².

** Pesquisa realizada em curso pós-médio.

Nessas pesquisas, foi evidenciada uma produção científica tendo o IFSul como objeto de análise, no ano de 2009, no câmpus Sapucaia do Sul, cidade da região considerada como grande Porto Alegre, em um curso subsequente (pós-médio). Desse modo, diferencia-se o presente estudo dos demais, já que neste trabalho foram consideradas as especificidades do Câmpus Camaquã.

Alicerçado nos estudos realizados e sem perder de vista a realidade em que a instituição está inserida, constatou-se o problema: como qualificar o acesso ao conjunto de regulamentos e orientações sobre os estágios supervisionados no âmbito do EMIEP, com base nos sentidos evidenciados em discursos de servidores e estudantes, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) Câmpus Camaquã?

Feito este preâmbulo, o presente estudo teve por objetivo geral analisar, nos discursos de estudantes e servidores do IFSul Câmpus Camaquã, as concepções de Estágio Supervisionado e sua relevância no EMIEP, com a finalidade de elaborar um produto educacional que qualifique o acesso ao conjunto de regulamentos e orientações sobre os estágios, tendo em vista a articulação com o mundo do trabalho. Ainda, apresentou os seguintes objetivos específicos: a) conhecer os referenciais teóricos sobre os estágios no ensino médio integrado à educação profissional, de modo a compreender as interfaces entre formação integral e mundo do trabalho; b) mapear as ações desenvolvidas no Setor de Estágios do IFSul Câmpus Camaquã; c) analisar sentidos atribuídos aos estágios pelo(a) servidor(a) envolvido(a) com a extensão, bem como pelos(as) coordenadores(as) de cursos técnicos integrados à educação profissional; d) analisar sentidos atribuídos aos estágios pelos(as) estudantes de quarto ano do ensino médio integrado à educação profissional do IFSul Câmpus Camaquã; e) elaborar, aplicar e avaliar um produto educacional que facilite o acesso ao conjunto de orientações do trabalho pedagógico e dos regulamentos de

¹² Disponível em: <https://profdept.ifes.edu.br/consulta-de-egressos-dissertacoes-produtos-educacionais>. Acesso em: 10 mar. 2024.

estágios do IFSul Câmpus Camaquã, articulando com o mundo do trabalho.

Os procedimentos metodológicos levaram em conta que a pesquisa aplicada, por sua natureza, produz conhecimentos para, na prática, solucionar problemas anteriormente detectados. Para atingir os objetivos, utilizou-se uma abordagem quali-quantitativa delimitada por uma pesquisa de campo, tendo como *lócus* o IFSul Câmpus Camaquã, os coordenadores de curso do EMIEP e de extensão, além dos estudantes dos quartos anos do EMIEP. Fonseca (2002) aponta que o conjunto das abordagens quali-quantitativas permite maior aprofundamento do que as utilizando isoladamente, justificando a escolha dessa combinação.

Os dados foram produzidos por meio da pesquisa bibliográfica, de análise documental e de entrevistas com os servidores e aplicação de questionários com os estudantes. O roteiro das interlocuções com os servidores buscou evidenciar sentidos atribuídos aos estágios supervisionados, explorando aspectos como: a articulação proporcionada pelos estágios e o mundo do trabalho; a relação entre estágios e o perfil do egresso; a repercussão na formação integral do estudante. Também buscou-se saber sobre a percepção dos servidores sobre desafios institucionais e outros pontos relevantes para o objetivo da pesquisa, visto que, de acordo com Ferreira (2022a), já na elaboração das perguntas feitas aos interlocutores, há uma tradução das categorias básicas que interessam à investigação.

Quanto aos estudantes, foi aplicado um questionário com questões fechadas, abertas e com opção de comentários. Os tópicos abordados foram: a) perfil dos estudantes; b) sentidos atribuídos aos estágios supervisionados; c) desafios; d) potencialidades.

Os dados quantitativos foram analisados estatisticamente com a intenção de prospectar um perfil dos estudantes. Já a análise dos dados qualitativos foi realizada mediante a AMS, que permitiu a categorização a partir de elementos que os discursos apresentavam em comum e analisá-los conforme seus movimentos, sistematizando-os de acordo com a problematização que originou a pesquisa (Ferreira, 2022a). Para isso, procedeu-se à seleção dos discursos, classificando-os por similaridades; elaboração de tabelas para organização, sistematização e análise e, por fim, a leitura, releitura e análise dos materiais (Ferreira, 2022a).

Em decorrência, foram desenvolvidos dois produtos educacionais: a) um material didático/instrucional denominado como Guia d@ Estagiári@ elaborado em *Portable Document Format* (PDF) de linguagem simples e acessível, com vários *links*

de conteúdos que visam torná-lo mais interativo e leve, pois é destinado, principalmente, aos estudantes; b) um evento organizado, nomeado de I Feira dos Estágios e Profissões do IFSul Câmpus Camaquã, tratando-se de uma proposta de evento com um passo a passo para estruturação de um projeto de extensão e dicas de como realizá-lo. Esse produto é direcionado aos servidores e à gestão do câmpus.

A estruturação do trabalho a seguir consta das seguintes seções: referencial teórico, metodologia, análise dos dados (resultados e discussões), produto educacional, considerações finais, além de referências, apêndices e anexos. Na sequência, o referencial teórico é dividido em duas partes, nas quais se buscou compreender e aprofundar sobre o EMIEP, suas bases conceituais e, posteriormente, sobre os estágios supervisionados, estabelecendo conexão com o EMIEP e o IFSul.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, descreve-se uma breve contextualização sobre o EMIEP, a partir da historicidade, conceito e bases conceituais; o estágio supervisionado no EMIEP, adensando a respeito do estágio supervisionado no IFSul como articulação com o mundo do trabalho.

2.1 Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: historicidade, conceito e bases conceituais

O EMIEP tem sua origem estreitamente vinculada à relação entre trabalho e educação¹³. Por conseguinte, faz-se necessário rever alguns conceitos à luz dos autores que o embasam.

Conforme Saviani (2007), nos primeiros tempos da humanidade, quando não havia a divisão de classes nem a propriedade privada das terras, a sociedade era dividida por tribos. Nesse ponto, todos viviam em comunidade em um “[...] modo de produção comunal, também chamado de ‘comunismo primitivo’” (Saviani, 2007, p. 154). A educação se dava durante o próprio trabalho e os conhecimentos eram experimentados e perpetuados caso fossem produtivos, mas, se ocorresse o contrário, eram descartados. A prioridade era transmitir para as futuras gerações maneiras mais eficientes de produção da sobrevivência:

Nessas condições, a educação identificava-se com a vida. A expressão ‘educação é vida’, e não preparação para a vida, reivindicada muitos séculos mais tarde, já na nossa época, era, nessas origens remotas, verdade prática (Saviani, 2007, p. 154-155).

No Brasil, quando da chegada dos europeus, os povos indígenas, que aqui

¹³ A expressão “[...] trabalho e educação derivam de uma concepção ontológica e científica antagônica à ontologia e à ‘ciência’, que tem como função a manutenção das relações sociais que produzem a desigualdade, a miséria de grandes contingentes de seres humanos e a violência contra os mesmos” (FRIGOTTO, 2015, p. 243, grifo do autor).

estavam estabelecidos há séculos, experimentavam condição semelhante àquela definida como comunismo primitivo (Saviani, 2010). Quanto à forma de educação desses povos, Ferreira (2020b) aponta que os indígenas praticavam uma “Educação Profissional de caráter não formal” (Ferreira, 2020b, p. 46), pois trabalhavam e educavam-se pelas atividades “[...] integradas à convivência social, demandadas à medida da necessidade, sem a perspectiva de acumular ou gerar um excedente a ser transformado em riquezas” (Ferreira, 2020b p. 46). Nesse processo, constituía-se o ser humano através da relação entre trabalho e educação, de maneira a compartilhar em sociedade os conhecimentos adquiridos ao longo da existência.

Cabe acrescentar que, mesmo hodiernamente, quanto à fisiologia e ao desenvolvimento psicológico, o ser humano não nasce pronto. Em grande parte, a sua constituição dá-se ao longo da vida, pelas experiências que se acumulam, transformam-se em habilidades e vão construindo suas estruturas nervosas, musculares e cognitivas (Manacorda, 2007). As vivências que forjam o ser humano como um ser social dão-se entre escola e família, assim como entre escola e local de trabalho, ou entre escola e sociedade, em uma busca constante de novas adequações (Manacorda, 2007).

Marx (2017) assinala que a produção da existência humana por meio do trabalho é o que vem diferenciar o ser humano dos demais animais, e torná-lo “[...] um representante do gênero humano” (Saviani; Duarte, 2010, p. 426) e, “[...] diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm de adaptar a natureza a si. Agindo sobre ela e transformando-a, os homens ajustam a natureza às suas necessidades” (Saviani, 2007, p. 154). Sanson (2021, p. 37), em sua sistematização do tema trabalho, a partir de Marx e Engels, cita que, para os autores:

O trabalho (e seu respectivo modo de produção), portanto, é o fator central e determinante que explica o processo de formação das sociedades, a constituição de suas instituições e o surgimento da propriedade privada. Ainda mais importante é o trabalho que explica as contradições sociais.

Depreende-se que trabalho e educação estão amalgamados na história da humanidade, em uma relação indissociável, que é a própria essência do ser humano, o qual, enquanto ser histórico-social que age e interfere no mundo concreto com o propósito de atender suas necessidades subjetivas e sociais, tem como resultado a produção do conhecimento (Ramos, 2014). Conseqüentemente, a trajetória da humanidade corresponde à produção da sua existência enquanto o conhecimento é

decorrente da “[...] apropriação social dos potenciais da natureza para o próprio homem, mediada pelo trabalho. Por isto, o trabalho é mediação ontológica e histórica na produção de conhecimento” (Ramos, 2014, p. 86).

Com efeito, após a apropriação privada das terras, modifica-se de maneira significativa a relação estabelecida entre trabalho e educação, pois passa a caracterizar-se, em decorrência, “[...] duas classes sociais¹⁴ fundamentais: a classe dos proprietários e a dos não-proprietários” (Saviani, 2007, p. 155). Com base nessa configuração, tornou-se possível aos proprietários viver sem trabalhar, obtendo seu sustento a partir do trabalho dos não-proprietários. Ao mesmo tempo em que o trabalho foi dividido por classes sociais, a educação converteu-se também como dual, pois passou a ocorrer separadamente para as classes dominantes e dominadas:

A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não-proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho (Saviani, 2007, p. 155).

Quanto à dualidade estabelecida na educação, Castaman e Rodrigues (2020a, p. 305) sintetizam que “[...] historicamente o movimento educacional formal e não formal não visou a todos”. E que, no mundo antigo, já se observava a dualidade estrutural do trabalho:

[...] no mundo arcaico grego a noção de aristoi era uma expressão e convicção de que a cidadania era prerrogativa de poucos, bem como no universo cultural romano, o cives, era uma designação eidética para poucos. Percebe-se com clareza que a noção de trabalho, sobretudo, o trabalho físico, era uma atribuição para determinadas pessoas, preferencialmente, alguém que por não ter desenvolvido as excelências intelectuais tinha que oferecer sua força braçal, física (Castaman; Rodrigues, 2020a, p. 305).

¹⁴ Com relação ao sentido de classe social, Frigotto (2009, p. 176) marca que há uma complexidade em assumir apenas um conceito por dois motivos, sendo o primeiro pela “amplitude dos sentidos que assume” e o segundo, pela “complexidade dos significados que ela assume na divisão social”. De acordo com Santos (2010), em Marx, a origem das classes está em como a produção social é organizada e como são apropriados os resultados dessa produção. “Na sociedade capitalista, as relações entre trabalhadores assalariados e possuidores dos meios de produção formam o eixo de estruturação do sistema de classes” (Santos, 2010, p. 01). Já Wood (2011, p. 22) propõe que classe deva ser vista como “processo e relação” e que há duas formas de analisar as classes: “como um **local** estrutural ou como uma **relação** social” (Wood, 2011, p. 73, grifos da autora). A primeira forma apresentada por Wood é a mais comum, tratando classe como estrato, uma camada da sociedade, diferenciada de acordo com “critérios ‘econômicos’ como renda, ‘oportunidades de mercado’ ou ocupação”. A segunda, em contraposição ao que Wood denomina de “modelo geológico” (devido à uma posição estrutural, estratificada), é a concepção sócio-histórica de classe, que é estabelecida pela relação entre “apropriadores e produtores, determinada pela forma específica em que, citando Marx, ‘se extrai a mais-valia dos produtores diretos’” (Wood, 2011, p. 73).

A dissociação entre trabalho e educação proporcionou um ciclo de dependência e opressão, visto que o trabalho se tornou uma mercadoria, demandando a sua troca para garantir a sobrevivência. Dessarte, o trabalhador era educado no próprio trabalho, para a continuidade das suas atividades nesse mesmo local, sem a possibilidade de estudar, dado que a escola seria o “lugar do ócio” (Saviani, 2007, p. 155). Isto é, um espaço para aqueles que dispunham de tempo, para os que não necessitavam vender sua mão de obra, logo, *lócus* da classe dominante, educando, então, pensadores e mantenedores dessa posição.

A partir do momento em que se desenvolvem meios de produzir excedentes, iniciou-se um processo de trocas, ainda sob o sistema feudal, o que ativou o comércio e originou, mais tarde, a sociedade capitalista. Nessa composição social, a troca determina o consumo e ocorre a mudança de eixo na economia: do campo à cidade e da agricultura à indústria. Por consequência, o saber passa de potência intelectual à material, já que a maquinaria é o poder intelectual materializado, e essa substituiu grande parte do trabalho manual. Percebe-se que, em decorrência da Revolução Industrial¹⁵, surgiu um novo modo de educar e a escola firmou-se como local majoritário para o processo de educação:

Com o impacto da Revolução Industrial, os principais países assumiram a tarefa de organizar sistemas nacionais de ensino, buscando generalizar a escola básica. Portanto, à Revolução Industrial correspondeu uma Revolução Educacional: aquela colocou a máquina no centro do processo produtivo; esta erigiu a escola em forma principal e dominante de educação (Saviani, 2007, p. 159).

A Revolução Industrial e o sistema capitalista colocaram “[...] em questão a separação entre instrução e trabalho produtivo” (Saviani, 2007, p. 159). Mediante a necessidade da burguesia de obter educação para os trabalhadores, à escola restou aproximar-se do “mundo da produção”, mas ainda que tenham se apresentado

¹⁵ Saviani (2007, p. 158-159) marca que, entre o final do século XVIII e a 1ª metade do XIX, ocorreu a Revolução Industrial, período em que se aprofundou o processo de simplificação dos ofícios e as funções manuais deram lugar, em sua maioria, ao trabalho realizado pelas máquinas. Essa transferência deu-se pelo deslocamento da intelectualidade do trabalho manual para a maquinaria, o que reduziu a necessidade de qualificação específica. Todavia, para o trabalho com os equipamentos, era preciso um patamar mínimo de educação geral, além de outros conhecimentos específicos para realizar manutenção, reparos etc., surgem então as escolas de formação profissional para instrução da força de trabalho.

diversas propostas, ela se manteve dividida entre aquela destinada à mão de obra trabalhadora braçal e à intelectual:

A referida separação teve uma dupla manifestação: a proposta dualista de escolas profissionais para os trabalhadores e 'escolas de ciências e humanidades' para os futuros dirigentes; e a proposta de escola única diferenciada, que efetuava internamente a distribuição dos educandos segundo as funções sociais para as quais se os destinavam em consonância com as características que geralmente decorriam de sua origem social (Saviani, 2007, p. 159).

Observa-se que, mediante as remodelações ocorridas neste momento histórico, com o surgimento da sociedade capitalista e a exploração do trabalho, a burguesia promoveu a expansão do sistema educacional, visando os seus próprios interesses (Saviani, 2007). Nesse contexto econômico, os trabalhadores deveriam ser ensinados a operar e realizar reparos e adaptações nos maquinários e, para tanto, foram criados os cursos profissionais. Desse modo, o ensino através da escola se consolidou mediante uma dualidade, isto é, instrução geral para as elites e dirigentes e educação profissional para a classe trabalhadora. Saviani (2007) reforça que a repercussão da Revolução Industrial forçou a escola a interagir com o mundo do trabalho, mas que ainda assim a educação que a burguesia idealizou e gerou “[...] não passou, nas suas formas mais avançadas, da divisão dos homens em dois grandes campos: aquele das profissões manuais [...]; e aquele das profissões intelectuais” (Saviani, 2007, p. 159).

Nascimento (2018) marca que a classe dominante, detentora do capital, não se esforçou pela educação emancipatória e universal que contemplasse a todos os sujeitos¹⁶ independentemente de classe social. Justifica que isso se deve ao fato de que o trabalho desenvolvido visando a autonomia do ser humano, que é “envolvido e soldado à educação”, isto é, o ato de trabalhar e se educar mutuamente na medida em que se trabalha, faz com que os sujeitos questionem o porquê dos métodos utilizados nos processos de produção e “[...] propicia ao ser humano uma evolução crítica e acesso a um degrau ou patamar superior de conhecimento ou de estágio do pensamento” (Nascimento, 2018, p. 38). Tendo em vista o exposto, o autor relata que a burguesia encontrou maneiras de obter lucro, despojando-o da força de trabalho, e,

¹⁶ Por sujeito admite-se “[...] aquele que tem consciência acerca de suas necessidades, fruto da natureza humana, bem como consciência das necessidades produzidas historicamente pela sociedade. Sujeito constituído coletivamente, inserido em um mundo cultural que lhe oferece um campo simbólico para que componha sua subjetividade. Esse mundo cultural que é determinado e determinante e, ao mesmo tempo, possibilita a relação do sujeito com o mundo” (Ferreira; Corrêa; Silveira, 2022, p. 10).

no decorrer da história, segmentou o trabalho, proporcionando o surgimento da sua divisão social (manual e intelectual). Ao mesmo passo, a educação também foi segmentada, estabelecendo: treinamento técnico a trabalhadores, operários, entre outros, enquanto era oferecida “[...] educação verticalizada para o Ensino Superior destinado à classe dominante, burguesa e que sempre teve acesso a tudo [...]” (Nascimento, 2018, p. 38).

No Brasil, os primórdios da educação tiveram como elemento fundante o desejo do então rei de Portugal, Dom João III, de converter os indígenas à fé católica, e, com essa missão, no ano de 1549, aportaram os primeiros padres jesuítas. Esses instituíram escolas, colégios e seminários que se disseminaram pelo território brasileiro e mantiveram uma estreita ligação entre educação e catequese na colonização do Brasil (Saviani, 2010). Os mesmos padres implantaram um sistema educacional do qual foram protagonistas até 1759, e, em suas premissas, estava o trabalho como ação de ensino diária junto aos indígenas, praticando assim uma espécie de educação profissional em território brasileiro (Ferreira, 2020b). É possível asseverar que havia diferença entre a educação para o trabalho destinada aos indígenas, que aprendiam e desempenhavam as tarefas mais árduas, em contraponto à dos colonizadores, que recebiam educação intelectual e voltada à religião (Ferreira, 2020b).

Após exercer a liderança na educação dos povos da colônia portuguesa por mais de dois séculos, os jesuítas foram expulsos por determinação do Marquês de Pombal, que era Primeiro Ministro de Portugal, mediante a justificativa de modernização (Ferreira, 2020b). Tal imposição desencadeou o rompimento do sistema de educação estabelecido no país e deu início ao período “Pombalino”, em que a educação atendeu aos interesses do Estado, deixando de apresentar “características ligadas à Igreja” (Ferreira, 2020b, p. 53). Em decorrência, houve ganho no ensino superior, regido pelo governo e formador de magistrados, de oficiais do exército e da marinha, mas, em outros níveis, propagavam-se “aulas régias, iniciativas isoladas de criação de aulas”, sem articulação com um plano ou projeto educacional para o país, além de serem “normalmente pagas” (Ferreira, 2020b, p. 53).

Com efeito, o modelo dual da relação trabalho e educação pode ser observado ao longo do tempo e nos mais diversos espaços e civilizações e não foi diferente no Brasil e, por consequência, no estado do Rio Grande do Sul. No país, a educação profissional (de forma institucionalizada) surgiu com o objetivo de atender aos órfãos

e desvalidos da sorte. Tal evento pode ter origem no fato de que o trabalho manual, no período colonial, era realizado por escravizados e indígenas, o que gerou a depreciação, por parte da sociedade, desse tipo de atividade e, por conseguinte, a Educação Profissional não era almejada pelas elites (Ferreira, 2020b). Não é possível identificar, até o início do século passado, propostas contundentes e sistemáticas para a sua implementação e que possam ser, nos dias de hoje, caracterizadas como pertencentes ao âmbito da educação profissional (Moura, 2008). Ocorreram algumas tentativas de rompimento dessa dualidade, no entanto, sem esforço contínuo e efetivo. Percebe-se, por um longo período da história da educação brasileira, que ela era voltada prioritariamente para a elite, com o intuito de educar futuros dirigentes.

Em 1809, foi instituído, pelo Príncipe Regente, o Colégio das Fábricas, que pode ser considerado uma consequência do alvará de 1º de abril de 1808, que revogou o de 5 de janeiro de 1785, o qual impedia o estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil. Essa revogação foi um dos mais significativos atos realizados por D. João VI após a vinda da família real para o país. A criação do colégio teve como um dos objetivos instruir trabalhadores para manufatura e construção de máquinas, a fim de remetê-las para as províncias, além de manter artistas e aprendizes vindos de Portugal, até que encontrassem emprego (Brasil, 2011). Mesmo tendo sido um marco importante para a educação profissional, o Colégio das Fábricas foi extinto em 1812, mediante decreto real. A justificativa foi de que tal empreendimento era deficitário, dependendo sempre do fomento financeiro do Estado, que tinha um ideário econômico liberal e via na agricultura a melhor forma de desenvolvimento da economia do Brasil (Brasil, 2011). Ao longo daquele século, foram criadas outras instituições majoritariamente privadas, mas sempre com caráter assistencialista, voltadas para os desvalidos da sorte ou órfãos (Escott; Moraes, 2012).

Após inaugurado o período republicano, passam a existir muitas empresas no Brasil, frutos da movimentação dos capitais do setor agrícola para a indústria, provocando sutil alteração na política da educação, com vistas a atender as respectivas demandas (Colombo, 2020). Dessarte, em 1909, o governo, sob a presidência de Nilo Peçanha, instalou 19 Escolas de Aprendizes Artífices em diversas unidades federativas, que seriam as primeiras dedicadas ao ensino de operários e contramestres e que, mais tarde, se tornaram as escolas técnicas mantidas pela União ou estados (Moura, 2008). No mesmo ano, ocorreu a organização do ensino agrícola “para capacitar ‘chefes de cultura, administradores e capatazes” (Moura, 2008, p. 6).

Cabe ressaltar que Peçanha, enquanto Presidente do estado do Rio de Janeiro, no seu último ano de mandato (1906), criou quatro escolas profissionais, em Campos dos Goytacazes (sua cidade natal), Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul (Colombo, 2020). Dentre as 19 escolas implantadas nos três primeiros meses na presidência — através do Decreto nº 7.566, alterado pelo Decreto nº 7.763, de 1909 —, uma delas foi para a cidade de Campos-RJ, de forma diferente das demais, que foram para as capitais dos estados. O Rio Grande do Sul ficou, em princípio, sem a sua escola, pois já havia em Porto Alegre o Instituto Técnico Profissional, que integrava a Escola de Engenharia de Porto Alegre, mantido pelo governo do estado. Em 1911, pelo Decreto nº 9.070, o Instituto Técnico (mais tarde chamado de Instituto Parobé) passou a ser mantido como Escola de Aprendizes Artífices. Tanto esse instituto quanto a escola de Campos (RJ) tratavam-se de escolas que já existiam e passaram a ser subvencionadas pelo Governo Federal (Brasil, 2011; Colombo, 2020; Ferreira, 2020b).

As atividades no Brasil no início do século XX eram predominantemente agrárias e as indústrias localizavam-se, em sua maioria, na região sudoeste. Por isso, Cunha (2000) marca que a educação profissional se articulava aos acontecimentos vividos naquele momento histórico:

Em 1909, o Brasil passava por um surto de industrialização, quando as greves de operários foram não só numerosas, como articuladas, umas categorias paralisando o trabalho em solidariedade a outras, lideradas pelas correntes anarco-sindicalistas. Neste contexto, o ensino profissional foi visto pelas classes dirigentes como um antídoto contra a inoculação de ideias exóticas no proletariado brasileiro pelos imigrantes estrangeiros, que constituíam boa parte do proletariado (Cunha, 2000, p. 94).

Dessa forma, a implantação das Escolas de Aprendizes Artífices atendia a uma conjuntura em que o ensino de um ofício regular, de natureza formal e reconhecido na sociedade não era prioridade. Bastava aos estudantes que manuseassem com certa habilidade os instrumentos de trabalho para serem encaminhados a empregos. Almejava-se evitar que se tornassem perigosos por conta do ócio (Colombo, 2020).

Ainda, entre os anos 1889 e 1930, durante a 1ª República ou República Velha, no país, assim como no Rio Grande do Sul, evidenciam-se várias iniciativas no âmbito da Educação Profissional. No RS, afora o já mencionado Instituto Parobé, havia duas instituições em Porto Alegre e em outras três cidades do interior. Mais educandários foram criados a partir de 1890, com o retorno dos jesuítas ao Brasil, sendo que um deles foi a Escola São Luiz Gonzaga, em Pelotas-RS. Além do ensino primário, essa escola oferecia Educação Profissional no ensino secundário, a partir de cursos

adequados às necessidades prementes do mercado de trabalho (Ferreira, 2020b). Mantinha-se a separação entre a educação para a obtenção de mão de obra e a dos dirigentes, tal como o que se observava na indústria, com a distinção entre as funções instrumentais e intelectuais.

Nos anos seguintes, nos períodos normalmente denominados por historiadores de 2ª República (1930-1937) e 3ª República (1937-1945), época em que Getúlio Vargas¹⁷ esteve à frente da presidência do país, muitas mudanças¹⁸ foram adotadas no âmbito da educação, ou que a impactaram diretamente (Palma Filho, 2005). Identifica-se que, até a década de 30, o curso primário com duração de quatro anos dava encaminhamento ao superior e, como alternativas, havia os cursos rural e profissional, ambos com quatro anos, destinados aos filhos das classes populares. Após esses quatro anos, era possível o ingresso no nível ginasial, sendo que os estudantes do “curso rural” deveriam obrigatoriamente se encaminhar para o “curso básico agrícola” com dois anos de duração. Os que cursassem o “primário” poderiam realizar o “ginasial” de seis anos, o “normal” ou “técnico comercial”, antecidos de

¹⁷ Getúlio Vargas nasceu em São Borja (RS) em 1882. Desde o início de sua vida política até 1930, elegeu-se deputado estadual e deputado federal. De 1926 a 1927, foi Ministro da Fazenda de Washington Luís e presidente do Rio Grande do Sul de 1927 a 1930. No ano de 1929, candidatou-se à presidência da República na chapa oposicionista da Aliança Liberal. Derrotado, assumiu a liderança do movimento revolucionário de 1930 que depôs o presidente Washington Luís. Em consequência, em novembro desse mesmo ano, assume o Governo Provisório (1930-1934). Em novembro de 1933, instalou-se na cidade do Rio de Janeiro a Assembleia Nacional Constituinte que, ao promulgar a nova Constituição em julho de 1934, elegeu Getúlio Vargas presidente da República para o período 1934-1938. Em 1937, alegando a existência de um plano comunista, com apoio militar, fechou o Congresso Nacional e instalou o Estado Novo. Com o fechamento do Congresso Nacional em 10 de novembro de 1937, Vargas outorga uma nova Constituição Federal. Nos termos dessa Constituição redigida por Francisco Campos e que ficou conhecida com a “polaca”, por ter se inspirado na Constituição fascista da Polônia, Getúlio Vargas passa a controlar os poderes Legislativo e Judiciário. Durante os 15 anos que governou o Brasil (1930-1945), criou o moderno Estado Nacional, orientando-se para uma intervenção do Estado na economia. Esse período é conhecido também como época do nacional-desenvolvimentismo que se caracterizou pelo desenvolvimento econômico do país, com sustentação na indústria voltada para a substituição das importações. Afastado do poder em 1945, por um golpe militar, volta ao poder em 1951, após ter saído vitorioso nas eleições realizadas em outubro de 1950. Em seu segundo governo, enfrentou grandes e sucessivas crises políticas, sob forte pressão oposicionista, capitaneada pela União Democrática Nacional (UDN). O período também foi marcado pelo aumento da inflação e do déficit no balanço de pagamentos. A insatisfação popular levaria à Marcha das Panelas Vazias e à Greve dos 300 mil, ambas em março de 1953. Em 05 de agosto de 1954, um atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, um de seus principais opositores, resultaria na morte do major-aviador Rubens Florentino Vaz, em que esteve envolvido o chefe de sua guarda pessoal, Gregório Fortunato, e elevou a crise política de seu governo. Pressionado, aceitou licenciar-se para conclusão da investigação do atentado contra Lacerda, o que não foi aceito pelos militares, que exigiam sua renúncia e ameaçavam sua deposição, o que teria como desfecho seu suicídio em 24 de agosto de 1954 (Palma Filho, 2005; Brasil, 2022).

¹⁸ a) Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública; b) Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior (1931); c) Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova (1932); d) Constituição Federal de 1934; e) Projetos de reforma educacional oriundos da sociedade civil (Palma Filho, 2005).

dois e três anos, respectivamente, de curso propedêutico. Aos egressos do curso “profissional” era ofertado um curso “complementar” de dois anos de duração (Moura, 2008; Escott; Moraes, 2012).

Moura (2008) coloca em relevo que os cursos normal, técnico comercial, básico agrícola e complementar tinham atributo de terminalidade, com a finalidade de atender às necessidades iminentes dos setores produtivos. O nível superior era acessível apenas aos que cursaram a 5ª série do ginásial, não havendo, naquele período, o que se chama hoje de ensino médio, de forma que “[...] a mediação entre o ginásial e o ensino superior era feita por meio de estudos livres e exames” (Moura, 2008, p. 7). Desse modo, praticamente todas as opções remetiam os jovens para o mercado de trabalho. A educação acompanhava as características econômicas da época, voltadas às atividades primárias, enquanto as secundárias e terciárias eram incipientes no Brasil. É relevante mencionar que permanecia sempre o modelo dual já que à elite havia oportunidade de ascender ao ensino superior, caracteristicamente segmentado por carreiras profissionais (Escott; Moraes, 2012, p. 1494).

Em 1942, durante o regime ditatorial de Getúlio Vargas, aconteceu a Reforma Capanema. Por meio de Leis Orgânicas¹⁹, foram estabelecidos os cursos médios de 2º ciclo, em que o estudante poderia cursar: o industrial técnico, comercial técnico, agrotécnico ou a formação de professores, o normal. Porém, ao realizar esses cursos, o estudante não estava habilitado para prosseguir os estudos em nível superior, sendo necessário passar por uma prova ou exame de equiparação, no qual se exigiam os conhecimentos das disciplinas propedêuticas. Por conseguinte, esse não seria um caminho viável para os filhos da classe trabalhadora. Também nessa época, foi criado

¹⁹ Durante o Estado Novo (1937-1945), ocorreu uma reorganização do ensino. Com início em 1942, a Reforma Capanema, sob o nome de Leis Orgânicas do Ensino, estruturaram o ensino industrial, reformaram o ensino comercial e foi criado o SENAI, assim como também apresentaram mudanças no ensino secundário. Capanema esteve à frente do Ministério da Educação (MEC) durante o governo Getúlio Vargas, entre 1934 e 1945. Foram esses os decretos-lei: Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que organizou o ensino industrial; Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que instituiu o SENAI; Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, que organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, com quatro anos, e o colegial, com três anos; Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, que reformou o ensino comercial. Em 1946, no final do Estado Novo e durante o Governo Provisório, foi aprovada a Lei Orgânica do Ensino Primário, que o organizou com diretrizes gerais, continuando a ser de responsabilidade dos estados; organizou o ensino primário supletivo (de 2 anos), para adolescentes a partir dos 13 anos e adultos; organizou também o ensino normal e o ensino agrícola e criou o SENAC. Nessa época, o MEC estava a cargo de Raul Leitão da Cunha. Foram esses os Decretos-lei: Decreto-lei nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino primário a nível nacional; Decreto-lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino normal; Decretos-lei nº 8.621 e nº 8.622, de 10 de janeiro de 1946, que criaram o SENAC; Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, que organizou o ensino agrícola (Andreotti, [s.d.]).

o Sistema S – Serviço Nacional da Indústria (SENAI), Serviço Nacional do Comércio (SENAC), e outros destinados à educação tecnicista para atender ao mercado (Moura, 2008).

Outro destaque para este momento histórico remete à primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a qual começou a tramitar em 1948, mas entrou em vigor em 1961. Os 13 anos de discussões refletem os conflitos da sociedade brasileira daquele período (Moura, 2008). Ao ser finalizada, pelo menos pela LDB, estaria terminada a dualidade no ensino, pois não existiriam mais os exames de equiparação para ingressar nos cursos superiores. No entanto, na prática, a dualidade ainda persistiria, visto que as elites continuariam a receber a educação exigida para ascensão ao ensino superior, enquanto os cursos profissionalizantes tinham o currículo reduzido às necessidades do mercado de trabalho:

É importante frisar que essa dualidade só acabava formalmente já que os currículos se encarregavam de mantê-la, uma vez que a vertente do ensino voltada para a continuidade de estudos em nível superior e, portanto, destinada às elites, continuava privilegiando os conteúdos que eram exigidos nos processos seletivos de acesso à educação superior, ou seja, as ciências, as letras e as artes. Enquanto isso, nos cursos profissionalizantes, esses conteúdos eram reduzidos em favor das necessidades imediatas do mundo do trabalho (Moura, 2008, p. 8).

Em 1964, o Governo do Brasil sob o regime militar ditatorial declarava que a educação seria o meio a partir do qual o país se tornaria uma grande potência, contudo, utilizou a educação como inculcadora da sua ideologia dominadora²⁰. Nos anos seguintes, na década de 1970, o Estado militar brasileiro se aliava à lógica do capital transnacional norte-americano e, enquanto contraía uma imensa dívida externa para implementação de obras de norte a sul do país, a educação visava a formação para o emprego.

O governo de Emílio Médici (1969-1974) foi marcado por uma forte repressão militar e o período ficou conhecido como “anos de chumbo”, mas o Brasil vivia também o “milagre econômico”, em que a indústria se desenvolvia de forma acelerada e com expectativa de crescimento. Justificou-se, desse modo, a reforma na educação, voltada à preparação de mão de obra técnica, da qual as empresas públicas e

²⁰ “Dos anos JK à ditadura civil-militar, o Brasil viveu processos políticos intensos em que concepções de sociedade e de projeto de desenvolvimento estiveram francamente em disputa. A formação da classe trabalhadora brasileira, do ponto de vista técnico e ideológico, era um aspecto estratégico para o país, seja em uma ou em outra direção. Nesse contexto, o ponto de maior impacto no ensino secundário foi a reforma de 1971, quando se instituiu a Lei n 5.692, que, de certa forma, orientou a concepção de educação básica e profissional por mais de duas décadas” (Ramos, 2014, p. 15).

privadas necessitavam. O Estado autoritário, sem permitir liberdade para discussões, encomendou o anteprojeto da Lei nº 5.692 (Brasil, 1971), que foi elaborado por nove especialistas nomeados pelo governo e, em apenas dois meses, apresentaram a proposta.

Conforme a Lei nº 5.692 (Brasil, 1971), aconteceram significativas mudanças no ensino brasileiro, ou seja, o ensino passou a se dividir em 1º grau (de oito anos) e 2º grau²¹ (de três anos), sendo obrigatório o ensino profissionalizante no 2º grau, o que foi problemático. Isso porque, nas escolas públicas estaduais, houve pouco investimento em infraestrutura, despreparo dos professores e, ainda, ocorreu o empobrecimento do ensino das disciplinas propedêuticas (preparatórias para o ensino superior) em favor de uma educação para o mercado de trabalho (Moura, 2008).

A lei apresentava o sentido de terminalidade dos estudos ao fim do 2º grau, isto é, dava-se por concluída a vida acadêmica dos estudantes mediante o certificado de técnico ou auxiliar (Senado, 2017). O encerramento dos estudos no 2º grau não só atenderia ao mercado de trabalho, como reduziria a demanda por vagas no ensino superior (também reformulado pela Lei nº 5.540/1968), a qual crescia de forma intensa. Tal redução da procura pelo ensino superior viria ao encontro da proposição de reduzir gastos com a educação, desejo dos governos a partir do golpe militar de 64.

Destaca-se que somente a rede federal teve investimento financeiro e contratação de professores especializados. Porém, o governo precisava dar uma resposta à população e a profissionalização do 2º grau, por sua vez, facilitaria a entrada dos filhos da classe trabalhadora no mercado de trabalho, além disso:

Três aspectos merecem grande destaque nessa reforma. Um deles é o fato de que pela primeira vez a escolarização dos 11 aos 14 anos (5ª a 8ª série do 1º grau) integra a fase inicial dos estudos e não mais o ensino secundário. Outro é que juntamente com a criação do 1º grau houve a extinção do exame de admissão ao ginásio, existente no âmbito da Lei nº 4.024/1961 e que, na prática, se constituía em uma barreira ao prosseguimento de estudos, especialmente dos filhos das classes populares. Esses são, sem dúvida, grandes avanços e apontam para a elevação do grau de escolarização mínima da população, anteriormente circunscrito às quatro primeiras séries (Moura, 2008, p. 9).

²¹ Neste estudo, preservou-se a nomenclatura utilizada nos documentos de cada época. Porém, ressalta-se que, em acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a denominação 1ª e 2º graus correspondem, hoje, respectivamente, ao ensino fundamental e ao ensino médio.

No processo de imposição da formação técnica, a classe média migrou para as escolas particulares (que burlaram tal imposição e continuaram oferecendo a formação geral e preparando para o vestibular) em busca de um ensino que garantisse o acesso dos seus filhos ao ensino superior. Reforça-se que a classe média poderia ter sido mais solidária se juntando às classes populares para exigir ensino de qualidade e fortalecendo “[...] a pressão por melhorias na educação pública, gratuita e de qualidade para todos” (Moura, 2008, p. 14).

O Parecer nº 76 (Brasil, 1975) esclareceu diversos pontos da Lei nº 5692/71, entre eles, consta que seria um “equivoco” julgar ser obrigatório que **“toda escola”** daquele nível de ensino fosse equipada para o “ensino técnico e profissional” e a legislação não menciona em “[...] nenhum momento, que a **escola** [...] deve ser profissionalizante e sim, que o **ensino** [...] deve ser” (Brasil, 1975, p. 27, grifos do autor).

A partir da década de 1980, o Brasil vivenciou um cenário econômico e produtivo de novas tecnologias agregadas à produção e prestação de serviços (Brasil, 2008c). Nesse contexto, o parecer nº 76 foi seguido pela Lei nº 7.044 (Brasil, 1982) e o ensino profissionalizante passou a ser facultativo e praticamente deixou de ocorrer em conjunto com o 2º grau, exceto em escolas técnicas federais e algumas estaduais. Mais tarde, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394 (Brasil, 1996), em seu conteúdo, perpetuou mais uma vez a dualidade entre ensino médio e educação profissional, pois a educação ficou dividida em dois níveis: educação básica e nível superior. A educação profissional não integrou a organização regular na educação brasileira.

Em 1997, o governo federal, sob o comando de Fernando Henrique Cardoso (FHC)²², em acordo com sua lógica neoliberal²³, emitiu o Decreto nº 2.208 (Brasil, 1997a), que proibiu a educação profissional junto ao ensino médio, iniciando um processo de privatização do estado brasileiro e das escolas técnicas federais, que deveriam se adaptar e tornar-se autofinanciáveis. Destaca-se também a Lei nº 9.694 (Brasil, 1998), que reformulou ministérios e outros órgãos do governo federal e determinou, no Artigo nº 47, que a criação de novas unidades de ensino de educação profissional somente poderia ocorrer a partir de parcerias com estados, municípios,

²² Partido da Social Democracia Brasileira, governou no período de 1995-2003.

²³ “[...] o discurso educativo do neoliberalismo configura-se a partir de uma reformulação dos enfoques economicistas do ‘capital humano’” (Gentili, 1995, p. 193).

Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, passando, dessa maneira, a responsabilidade, manutenção e gestão aos parceiros.

Tendo como base o Decreto nº 2.208 (Brasil, 1997a) e o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), FHC estabelece a reforma na educação profissional por meio do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) (Moura, 2008). O PROEP tinha a função de reestruturar a Rede Federal sob os aspectos da oferta dos cursos, da gestão e das relações com organizações e comunidade, visando torná-la competitiva e autofinanciada (Moura, 2008). A princípio, o PROEP injetava recursos, mediante apresentação de projetos, enquanto reduzia o orçamento das Instituições Federais de Educação Tecnológica (IFETs). Essas deveriam buscar uma reestruturação para se autossustentarem financeiramente, vendendo cursos e prestando serviços.

Adiciona-se às ações de desestruturação da educação profissional pública a Portaria nº 646 (Brasil, 1997b), por meio da qual o governo FHC estipula para as IFETs, no ano de 1998, a oferta de, no máximo, 50% das vagas no ensino médio e educação profissional. Moura (2008, p. 17) aponta que esse ato foi “flagrantemente inconstitucional”, mas que vigeu até 01 de outubro de 2003, quando foi revogada a Portaria nº 646 (Brasil, 1997), por meio da Portaria nº 2.736 (Brasil, 2003).

Com o final do mandato do neoliberal FHC e a assunção de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula)²⁴, a proibição da educação profissional junto ao ensino médio foi revogada pelo Decreto nº 5.154 (Brasil, 2004a). Lula, com suas raízes no sindicalismo, filiado ao Partido dos Trabalhadores, traz como parte do plano de governo o aumento da empregabilidade da classe trabalhadora e vê na Educação Profissional junto ao ensino médio uma alternativa para tal. Em 2005, emite o Decreto nº 5.478 (Brasil, 2005b), que estabeleceu, no âmbito das Instituições Federais de Educação Tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional de Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Já no ano seguinte, o PROEJA foi revisto pelo Decreto nº 5.840 (Brasil, 2006) e ampliado para além da rede federal, passando a atender também à educação de jovens e adultos do ensino fundamental. A promoção do ensino médio integrado à educação profissional, EMIEP, vem ao encontro não só do desejo do governo de inserção da população no mercado

²⁴ Partido dos Trabalhadores, governou no período de 2003-2011, ex-líder sindical e operário do ABC Paulista, Lula foi o primeiro governante de esquerda a ser eleito após a redemocratização do Brasil. Atualmente, Lula está no seu terceiro mandato como Presidente do Brasil (2023-2026).

de trabalho, mas também visa atender ao capital, que exige dos trabalhadores, como qualificação mínima, o ensino médio completo.

No final de 2008, pela Lei nº 11.892 (Brasil, 2008b), foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e foram criados os IFs. Pela Lei nº 11.741 (Brasil, 2008d), foram alterados e incorporados à LDBEN (Brasil, 1996) os dispositivos essenciais do Decreto nº 5.154 (Brasil, 2004a). O cenário político e econômico no Brasil da época era de otimismo, já que o país crescia no segundo mandato de Lula a um ritmo mais acelerado desde o “milagre econômico”, em média 4,65% (Santos; Fonseca, 2022). Apesar da crise financeira mundial de 2008, o desemprego continuou caindo, alcançando o mínimo de 6,8%, enquanto o salário mínimo cresceu mais que o dobro entre 2003 e 2010. Nesse último ano, o Produto Interno Bruto (PIB) teve um aumento de 7,5% (o maior deste governo), encerrando a era Lula em “clima de euforia’ com o protagonismo internacional, o crescimento econômico e o aumento da classe média” (Santos; Fonseca, 2022, p. 6). O país, como importante exportador de *commodities*, beneficiou-se dessa modalidade de exportação (a qual teve um grande crescimento internacional) e atraiu investimentos estrangeiros, que se multiplicaram a partir de 2006 (Santos; Fonseca, 2022).

Em vista desse panorama, Turmena e Azevedo (2017) apontam que os IFs foram estratégicos para o desenvolvimento dos locais nos quais estão estabelecidos, além do desenvolvimento das regiões brasileiras, melhorando a qualidade de vida da população. Os IFs apresentam-se como uma “[...] institucionalidade inédita em nossa estrutura educacional, original na medida em que não se inspira em nenhum modelo nacional ou estrangeiro” (Pacheco, 2020, p. 7). Pacheco (2020) cita que os IFs se projetam para alcançar localidades e pessoas em vulnerabilidade, as quais não teriam acesso aos meios de desenvolvimento com inclusão e possuem:

[...] a prerrogativa da verticalização do ensino e de primar por uma educação inclusiva e cidadã, despertando no estudante não apenas o desejo de se formar para as demandas do mercado de trabalho, mas empoderando-o com capacidades metodológicas e humanas para superar o entendimento de que a formação técnica é mera inovação ou difusão de pessoas que se encaixam, mansa e docemente, aos ditames do mercado (Castaman; Rodrigues, 2020a, p. 134-135).

Nesse caso, os IFs pretendem proporcionar aos cidadãos uma educação crítica ao sistema social-econômico que está posto e senso político aguçado; permitem a continuidade dos estudos ou o encaminhamento para o mundo do trabalho (Pacheco, 2010). Porém, não simplesmente por meio de uma educação tecnicista e desprovida

de sentido, ao contrário, a proposta tenciona somar os conhecimentos acadêmicos, ou a formação geral à formação técnica, com vista à preparação para o trabalho, compreendendo-o no seu sentido histórico-ontológico, além de tornar possível aos estudantes realizar a discussão a respeito das tecnologias que o envolvem (Pacheco, 2010). Os IFs comprometem-se com uma formação contextual à luz dos conhecimentos, princípios e valores, que poderão fortalecer as ações dos estudantes na busca por emancipação (Pacheco, 2010).

Vê-se na implantação dos IFs, pela primeira vez no Brasil, uma tentativa real de quebra da dualidade e promoção da educação de cidadãos para que se tornem críticos e com capacidade de análise do sistema que se impõe. Os IFs vêm para os filhos da classe trabalhadora, ou da classe-que-vive-do-trabalho²⁵ (Antunes, 2005), como uma promessa de proporcionar a eles meios de obterem a apropriação do conhecimento científico e tecnológico produzido pela humanidade, que até então foi restrito aos filhos da elite. Desse modo, é imprescindível aos IFs a articulação com a sociedade, pois é uma premissa dessas instituições, assim como “[...] derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana” (Pacheco, 2010, p. 14).

Para atingir os objetivos mencionados, os IFs apresentam a proposta de EMIEP, que se pauta na união entre os conhecimentos gerais e os profissionais. Trata-se de uma formação integral dos estudantes, fundada pela escola unitária, ou seja, que permita:

[...] uma cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual (Gramsci, 1988, p. 118).

Ciavatta (2005, p. 2) cita que, na educação integral ou no EMIEP, a educação geral deve ser parte inseparável da educação profissional “[...] em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho”. Ramos (2014, p. 23-24) salienta que a

²⁵ Antunes (2005, p. 81-83) aponta que, para se compreender a classe trabalhadora de hoje, é necessário partir de uma concepção ampliada do trabalho, pois ela, hoje, é mais ampla que a do século passado, tendo uma configuração mais fragmentada, heterogênea, mais complexa, mais polissêmica e multifacetada: a classe-que-vive-do-trabalho. O autor salienta que, além da cisão entre trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, “incluídos e excluídos”, entre outros, tem-se também as estratificações e fragmentações que se acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital.

integração se apresenta em três sentidos: filosófico, político e epistemológico. O primeiro converge com a concepção de formação omnilateral, que é a de “[...] conseguir integrar no currículo, na prática pedagógica, na prática escolar as dimensões fundamentais da vida” (Ramos, 2014, p. 23-24), entre elas, o trabalho, essencial na elaboração do currículo de uma escola técnica. O sentido político da integração é um “[...] princípio antes de ser uma prática” (Ramos, 2014, p. 23-24), pois a educação profissional deve ser “[...] indissociável da educação básica” (Ramos, 2014, p. 23-24). O terceiro sentido da integração é o sentido epistemológico, que é a “tentativa da integração dos conhecimentos numa totalidade” (Ramos, 2014, p. 23-24), isto é, por exemplo, quando se percebe que os componentes curriculares gerais se interligam com os técnicos. Logo, “[...] os conhecimentos vão adquirindo razão de ser numa perspectiva integrada por dentro da organização do currículo” (Ramos, 2014, p. 23-24).

Assim, o EMIEP sugere a educação do ser por inteiro, omnilateral, e, por essa ótica, deve proporcionar o entendimento das mais variadas faces dos saberes, que embasam o trabalho, a ciência e a cultura (Ramos, 2014). De uma maneira própria, esse modo de ensino busca superar a dualidade das classes sociais, trazendo um “padrão digno de vida e de conhecimento não apenas para as elites, mas também para os trabalhadores, os verdadeiros produtores da riqueza social e seus filhos” (Ciavatta, 2014, p. 202). Nesse sentido, Castaman e Rodrigues (2020a) afirmam que

[...] o currículo integrado não pode ser visto como uma justaposição cartesiana apenas”, isto é visto apenas como uma união de conteúdos de formação geral e profissional. Destacam que “[...] precisam ser construídas uma nova compreensão e uma práxis²⁶ que integrem e promovam o diálogo entre os diversos saberes, ou seja, a ciência, a técnica e a tecnologia, os saberes empíricos e o senso comum (Castaman; Rodrigues, 2020a, p. 136).

A LDBEN, nº 9.394 (Brasil, 1996), na seção que trata do ensino médio, explicita a intenção de superação da divisão entre instrução geral e profissional, aproximando o trabalho do currículo, como consta no seu Artigo 35 [...] Parágrafo IV: “a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina”. Sob a perspectiva de Kuenzer (2000, p. 39), essa concepção da LDBEN toma o conceito do trabalho

²⁶ Práxis como “[...] uma ação singular, responsável e produtiva em relação ao conhecimento. Se tratado como prática, é minimizado em suas potencialidades e reduzem-se as implicações do trabalhador com sua produção e minimizam-se, também, as implicações políticas desse trabalho” (Ferreira, 2022b, p. 7).

como atividade humana, que seria: “O conjunto de ações, materiais e espirituais, que o homem, enquanto indivíduo e humanidade, desenvolve para transformar a natureza, a sociedade, os outros homens e a si próprio”. Outrossim, produz a sua existência a partir desse movimento e, nessa perspectiva, “[...] toda e qualquer educação sempre será educação para o trabalho” (Kuenzer, 2000, p. 39). Em consequência, o trabalho precisa ser considerado como um princípio educativo:

Num primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que determina, pelo grau de desenvolvimento social atingido historicamente, o modo de ser da educação em seu conjunto. Nesse sentido, aos modos de produção [...] correspondem modos distintos de educar com uma correspondente forma dominante de educação [...]. Num segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas que o processo educativo deve preencher em vista da participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo [...] Finalmente o trabalho é princípio educativo num terceiro sentido, à medida que determina a educação como uma modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico (Saviani, 1989, p. 01-02).

A partir do embasamento visto até então, percebe-se a relevância de o EMIEP ter como pressuposto o trabalho como princípio educativo (Gramsci, 1988) e o entrelaçamento entre esse e as disciplinas propedêuticas, já que “[...] educar para o mundo do trabalho, dentro da visão de formação omnilateral é difundir a convicção de que todos precisam ter suas dimensões atendidas” (Castaman; Rodrigues, 2020b, p. 309), superando a redução do trabalho ao serviço braçal, tal como relata o documento base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Médio:

[...] No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, o que se quer com a concepção de educação integrada é que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. (Moura; Garcia; Ramos, 2007, p. 41).

Assim, os conceitos da formação integral, formação politécnica²⁷ e, mais recentemente, educação tecnológica, segundo Ciavatta (2008, p. 3), embasam as respostas ao “[...] mundo do trabalho permeado pela presença da ciência e tecnologia

²⁷ Para Ramos (2008, p. 3), “Politecnia significa uma educação que possibilita a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas”.

como forças produtivas”. Essas são também as “fontes de riqueza”, mas que, devido à apropriação pelo capital, tornam-se causadoras da “[...] exclusão de grande parte da humanidade relegada às atividades precarizadas, ao subemprego, ao desemprego, à perda dos vínculos comunitários e da própria identidade” (Ciavatta, 2008, p. 3).

Após o término do governo Lula, sua sucessora, Dilma Rousseff²⁸, assumiu a presidência do Brasil, o que foi importante para a continuidade da expansão e manutenção dos IFs. Durante esses governos, os debates sobre educação foram reforçados e incentivados, ampliando o leque de participações dos interessados na área, tal como o Conselho Nacional de Educação (CNE), que ouviu centenas de educadores para implementação de políticas e modernização do sistema educacional do país. Destaca-se a Resolução nº 6 (Brasil, 2012b), por tratar das Diretrizes para a EPT de nível médio, que envolveu mais de dois anos de amplas discussões na Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Pode-se constatar no Parecer CNE/CEB nº 11 (Brasil, 2012c), o qual fundamenta a Resolução nº 6 (Brasil, 2012b), que o momento histórico se evidenciou pela democracia e pela realização de importantes reflexões sobre o assunto, que ocorreram na esfera do Ministério da Educação (MEC) e do CNE, bem como da comunidade educacional interessada.

A necessidade de elaboração de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio apresentou-se pelo fato de que, até então, essas estavam estabelecidas na Resolução CNE/CEB nº 4 (Brasil, 1999), em consonância com o Decreto nº 2.208 (Brasil, 1997a). Pautava-se como balizador o Parecer CNE/CEB nº 39 (Brasil, 2004b), solicitado em caráter de urgência pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), com vista a esclarecer dúvidas acerca da nova realidade do Decreto nº 5.154 (Brasil, 2004a) e, posteriormente, a alteração ocorrida na LDBEN (Brasil, 1996) por meio da Lei nº 11.741 (Brasil, 2008d). Além disso, as novas relações de trabalho e suas consequências na Educação Profissional traziam a primordialidade de debates e novas diretrizes. Ressalta-se que a natureza do trabalho estava sofrendo alterações

²⁸ Dilma Rousseff (PT) foi a primeira mulher a se tornar Presidente da República do Brasil. Governou de 2011 a 2014 e foi reeleita para o mandato de 2015 a 2018. Porém, sofreu um processo de impeachment e foi afastada em 31/08/2016, assumindo o seu vice, Michel Temer (PMDB). Temer governou desde o golpe: 31 de agosto de 2016 até 01 de janeiro de 2019.

significativas devido ao avanço científico e tecnológico, principalmente na substituição da eletromecânica pela base da microeletrônica, a qual abalou profundamente o taylorismo/fordismo²⁹ como modo de produção, organização e gestão do trabalho. Os reflexos foram sentidos diretamente nas formas de organização da EPT, pois a nova realidade do mundo do trabalho, decorrente, sobretudo, da substituição anteriormente mencionada, passou a exigir o desenvolvimento de conhecimentos, saberes e competências profissionais complexas ao trabalhador.

Nesse contexto, na Resolução nº 06 (Brasil, 2012b), no Art. 5º, menciona-se que a Educação Profissional Técnica de Nível Médio deve oportunizar “[...] conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais” (Brasil, 2012b, p.2). O referido documento tem os seus princípios norteadores em consonância com os que regem os IFs, dentre eles, a formação humana integral (Saviani; Duarte, 2010), o desenvolvimento para a vida social e profissional, o trabalho como princípio educativo (Gramsci, 1988), a indissociabilidade entre educação e prática social, entre outros que visam a inclusão da diversidade e o desenvolvimento do ser humano e da sociedade. Por conseguinte, cita ainda: “Essas novas Diretrizes, obviamente, devem considerar a Educação Profissional e Tecnológica, sobretudo, como um direito social inalienável do cidadão, em termos de direito do trabalhador ao conhecimento” (Brasil, 2012b, p. 17).

Porém, as políticas públicas brasileiras sofreram significativas mudanças com o “golpe jurídico-midiático-parlamentar” (Hermida; Lira, 2018, p. 782) articulado para o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, em que assumiu a presidência o seu vice-presidente, Michel Temer. Esse governo, em um breve espaço de tempo, efetuou de forma autoritária modificações nas políticas educacionais, intensificando o protagonismo empresarial na educação, que já existia em alguma escala, conforme mencionam Uczak, Bernardi e Rossi (2020). A exemplo das marcas do retrocesso que o governo Temer representou, cita-se a interferência no CNE, inviabilizando e desarticulando o seu funcionamento por um período de tempo. Acrescenta-se a Emenda Constitucional 95, que estabeleceu o congelamento dos investimentos em

²⁹ O modelo taylorista/fordista caracteriza-se pelo trabalho fragmentado e repetitivo, pela produção maquinizada de base mecânica. Com o surgimento da microeletrônica e o modelo conhecido como toyotismo, a produção industrial passou a consistir em uma integração maior do conjunto de processos, com redução do tempo, da mão de obra e dos custos (Araujo, s.d.).

toda a esfera pública durante 20 anos. Tal medida impossibilitou o cumprimento de muitas políticas públicas e projetos, tal como do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007 e com prazo de 15 anos para ser completado, que foi uma conquista do governo Lula. Os cortes nos investimentos afetaram também o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005 (Brasil, 2014), que tinha vigência de 10 anos e previa em suas metas: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade da educação; promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país; entre outras diretrizes com abrangência desde a educação infantil até a pós-graduação. Destacam-se aqui as metas 10 e 11, por tratarem da EPT: a meta 10 previa a oferta de, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional (no ensino fundamental e médio); a meta 11 previa triplicar o número de matrículas na educação profissional técnica de nível médio, garantindo que, no mínimo, 50% fosse no segmento público.

Em dois anos, o governo Temer, com uma das menores aprovações públicas já registradas e alvo de críticas de educadores e especialistas em educação, protagonizou o “maior retrocesso dos últimos 70 anos ou mais”, conforme Frigotto em entrevista (Antunes, 2018a), referindo-se à Emenda Constitucional 95 e à “contrarreforma do ensino médio” estabelecida na Lei nº 13.415 (Brasil, 2017). O Novo Ensino Médio (NEM) dividiu essa fase da educação em itinerários formativos, o que se desconecta da realidade da maioria dos municípios brasileiros, em que há apenas uma escola e impossibilita a oferta de todos os itinerários e, portanto, a escolha dos estudantes. Essa reforma induz os jovens a buscarem uma educação profissional aligeirada, na esperança de se inserirem no mercado de trabalho. Possibilita, para isso, que as escolas firmem parcerias com a iniciativa privada para essa oferta de cursos e a contratação de professores sem formação superior, apenas com experiência comprovada, dentre outras alterações que reforçam a divisão histórica entre trabalho e educação e comprometem a qualidade do ensino. Ainda dentro desse período, em 2018, foi aprovada pelo CNE a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O CNE, até então sob intervenção do governo, limitou-se a aceitar o documento, sem alterações, ignorando críticas e manifestações feitas em audiências públicas (Antunes, 2018b). Todas as modificações supracitadas nas políticas públicas denotam a forma autoritária como as decisões foram tomadas e a mobilização da política neoliberal e privatista desse governo, assim como do próximo período, compreendido

entre 2018 e 2022.

Nesse momento histórico, “[...] ocorreram diversos retrocessos e/ou estancamentos na área educacional” (Braido; Castaman; Ferreira, 2023, p. 9). As autoras descrevem também que houve um apagamento dos trabalhadores e dos sujeitos de direito, muito em consequência do pós-golpe de 2016 que proporcionou o desmonte do Estado e o desmantelamento das políticas públicas. O MEC foi representado por sujeitos despreparados tecnicamente, pelo conservadorismo e pela rotatividade (Braido; Castaman; Ferreira, 2023). Quanto à EPT, distingue-se o Programa Novos Caminhos.

O Programa Novos Caminhos visava aumentar em 80% o número de matrículas em cursos técnicos e de qualificação profissional até 2023, estabelecendo para isso três eixos, por meio dos quais definia as estratégias que o programa deveria seguir: Eixo 1 - Gestão e Resultados; Eixo 2 - Articulação e Fortalecimento; e Eixo 3 - Inovação e Empreendedorismo (Brasil, 2019b). Braido, Castaman e Ferreira (2023, p. 16) apontam que o Programa Novos Caminhos “conserva e conforma o projeto societário capitalista e utilitarista”, tendo em vista que compromete a formação humana integral, privilegiando a preparação adequada para as necessidades do “mercado de trabalho’ e do setor produtivo”.

Por conseguinte, é publicada a Resolução CNE/CP nº 1 (Brasil, 2021a), a qual “Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica”. Identifica-se uma visão direcionada ao mercado de trabalho, pois, já nos Princípios Norteadores, consta ser necessária a “articulação com o setor produtivo [...] na perspectiva da inserção laboral dos estudantes” (Brasil, 2021a, p. 1), entre outros, vê-se no Parágrafo III: “[...] preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (Brasil, 2021a, p. 1). Compreende-se daí que essa resolução preconiza a articulação da EPT com o setor produtivo. Cita a prática como um ponto forte da educação profissional e o Art. 20 evidencia que a educação profissional técnica de nível médio deverá considerar, entre outros elementos, “[...] o diálogo com diversos campos do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, como referências fundamentais de sua formação” (Brasil, 2021a, p. 8). Ainda se percebe a preocupação em desenvolver nos estudantes elementos para “[...] compreender e discutir as relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas” (Brasil, 2021a, p. 8).

Consoante a essa resolução, o Capítulo X, que trata da prática profissional

supervisionada e estágio profissional supervisionado, marca que ambos devem constar na organização curricular do curso e que a primeira deve estar relacionada aos seus fundamentos “[...] técnicos, científicos e tecnológicos, orientada pelo trabalho como princípio educativo e pela pesquisa como princípio pedagógico” (Brasil, 2021a, p. 13). A prática profissional supervisionada poderá preparar o estudante para o enfrentamento do “[...] desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente” (Brasil, 2021a, p. 13) e ser realizada por meio de experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, além de projetos, visitas técnicas, simulações em laboratórios, entre outros. Quanto ao estágio supervisionado, a Resolução apresenta que deve obedecer à legislação vigente e ser desenvolvido “em ambiente real de trabalho, assumido como ato educativo e supervisionado pela instituição de ensino” (Brasil, 2021a, p.13). Importante destacar que, nesse mesmo parágrafo 1º do Artigo nº 34, menciona-se que o estágio deve ser desenvolvido em “regime de parceria com organizações do **mundo do trabalho**” e tem como objetivo “a efetiva preparação do estudante para o trabalho” (Brasil, 2021a, p. 13 grifo nosso). Pode-se discutir a inserção da expressão “mundo do trabalho” em um contexto que claramente concorda com “mercado de trabalho”, visto que tanto o Programa Novos Caminhos quanto a supracitada Resolução e o NEM são políticas de uma perspectiva neoliberal e que pretendiam atender aos interesses do capital.

Em contraponto, acredita-se que o estágio supervisionado pode se apresentar como uma alternativa de diálogo e articulação entre o trabalho pedagógico realizado nas instituições de EMIEP e o mundo do trabalho e não somente como “efetiva preparação para o trabalho”. Para tanto, na próxima seção, aborda-se sobre esses temas e as articulações com o mundo do trabalho.

2.2 Estágio Supervisionado no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: articulações com o mundo do trabalho

De acordo com os fundamentos abordados até então, o trabalho como princípio educativo (Gramsci, 1988) orienta um projeto de educação profissional comprometido com a formação humana (Saviani; Duarte, 2010), especialmente na RFEPCT. Conclui-se, em consonância com Ramos (2014, p. 85), que a “[...] educação profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho”, mas é preciso integrar o trabalho, a ciência e a cultura em oposição à instrução para

o mercado simplesmente. Desse modo, o EMIEP deve oferecer o entendimento “[...] das dinâmicas sócioprodutivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas” (Ramos, 2014, p. 85).

Ciavatta (2005) enfatiza como pressuposto para a formação integrada a necessidade de interação entre a instituição, os estudantes e suas famílias e o mundo do trabalho:

As experiências de formação integrada não se fazem no isolamento institucional. Observamos, nessas experiências, que a escola deve levar em conta a visão (i) que os alunos têm de si mesmos, (ii) das possibilidades de inserção social e laboral que o mundo externo lhes oferece e (iii) das modalidades formativas oferecidas pela escola. O que exige um processo de diálogo e de conscientização dos alunos e de suas famílias sobre as próprias expectativas e sua possível realização [...] (Ciavatta, 2005, p. 15).

A autora ainda afirma que a escola precisa estar atenta “[...] às necessidades materiais para levar adiante um processo educacional completo, efetivo” (Ciavatta, 2005, p. 15-16) e considerar que os estudantes carecem cumprir um “[...] percurso de estudos, em termos de locomoção, de alimentação, de renda mínima para se manter e manter-se na escola” (Ciavatta, 2005, p. 15-16). Por conseguinte, na educação profissional, ressalta-se o estágio supervisionado como um momento de articulação entre teoria e prática em uma situação de trabalho, mas que não pode se resumir a apenas isso. Tem, portanto, valor quando visto como um lugar por excelência em que os estudantes podem refletir sobre os seus estudos e o seu fazer. Isso se dá pela articulação dos seus conhecimentos prévios com o trabalho prático e pela interação entre as várias áreas do conhecimento, ou melhor, entre a prática e os componentes curriculares, mediados pelas relações sociais e suas subjetividades³⁰. Assim, poderão produzir conhecimentos e compreender a sua função na sociedade (Barreiro, 2006).

Para Colombo e Ballão (2014, p. 172), o termo estágio tem sua origem no latim medieval *stagium*, que significa “residência ou local para morar”, tendo sido “citado

³⁰ Refere-se aos aspectos do pensamento, da vontade, das emoções, dos valores, da linguagem, do que se deseja e do que se pratica, isto é, do comportamento das pessoas. A subjetividade de qualquer pessoa constitui-se na relação com a objetividade. Por isso, não é somente individual, estritamente psicológica ou própria da personalidade. A produção da subjetividade é necessariamente social e histórica e sua análise requer que se superem visões individualistas, as quais abstraem os indivíduos de seu contexto e terminam por responsabilizá-los, individualmente, pelo sucesso ou fracasso de seu trabalho, mas também das análises que pressupõem sistemas e estruturas gerais estanques, agindo sobre indivíduos passivos. A subjetividade é, ainda, necessariamente, permeada por contradições inerentes da sociedade capitalista, e consequente, por contradições do capital-trabalho (Macebo, s.d.).

pela primeira vez na literatura no ano de 1080”. Porém, o conceito vem mudando ao longo dos séculos, passando desde uma ação de acompanhamento prático a um mestre, na Idade Média, até o de atividade curricular, nos dias de hoje.

Entende-se, por estágio o “[...] ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho” (Brasil, 2008a). O estágio curricular poderá ser obrigatório, isto é, previsto no PPC como parte da carga horária obrigatória de um curso e de realização necessária para obtenção do diploma ou certificado de conclusão. Poderá também ser não obrigatório, igualmente previsto no PPC, desenvolvido como “[...] atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória” (Brasil, 2008a). Há que se considerar que tanto o estágio supervisionado curricular obrigatório quanto o não obrigatório carecem de orientação de um professor da instituição de ensino e supervisão de um profissional da unidade concedente, conforme Art. 3º, § 1º da Lei nº 11.788 (Brasil, 2008a). Tendo por base a legislação estudada, depreende-se que todo estágio é supervisionado.

Pimenta e Lima (2017, p. 33) explicam que “[...] o estágio sempre foi identificado como a parte prática dos cursos de formação de profissionais, em contraposição à teoria”. Abordam que comumente se ouve, referente aos estudantes que concluem seus cursos “[...] que a profissão se aprende ‘na prática’” (Pimenta; Lima, 2017, p. 33) e mais: “[...] essa contraposição entre teoria e prática não é meramente semântica, pois se traduz em espaços desiguais de poder na estrutura curricular, atribuindo-se menor importância à carga horária denominada ‘prática’” (Pimenta; Lima, 2017, p. 34), ou seja, aos estágios supervisionados.

No Brasil, a noção de estágio acompanhou a legislação educacional, sendo que a última alteração ocorrida foi pela Lei nº 11.788 (Brasil, 2008a). Durante os debates em torno desse novo regulamento, demonstrou-se “[...] o confronto entre aqueles que defendiam o estágio com foco no interesse da escola e os que focavam o interesse das empresas” (Colombo; Ballão, 2014, p. 172). Os autores (Colombo; Ballão, 2014) marcam a importância do estágio, a se julgar pela relação estabelecida entre a teoria e a prática e a complementaridade entre essas duas:

O saber adquirido durante a trajetória escolar ou acadêmica pode ser medido por meio da execução prática de uma tarefa, e esta, dialeticamente, impõe arranjos, ajustes e revisão na construção teórico-intelectual do educando. O saber e o fazer se complementam, embora sejam ações que possam ser antagônicas conceitualmente. Esta complementaridade evidencia a importância do estágio no Ensino Técnico, Tecnológico e Superior. Trata-se de uma oportunidade educativa de reforço mútuo entre a teoria e a prática

(Colombo; Ballão, 2014, p. 172-173).

Nota-se que, ao longo da história dos documentos norteadores dos estágios supervisionados no Brasil, houve uma oscilação na finalidade dada aos mesmos, alternando entre trabalho precário³¹ e processo de ensino. Ressalta-se, dessa forma, de acordo com a legislação vigente, que o trabalho do estagiário não pode ser visto como mão de obra a ser explorada pela empresa concedente. Ao contrário, os estágios supervisionados devem integrar o currículo escolar, compondo parte fundamental da formação omnilateral dos estudantes.

Em contiguidade, percebe-se que, a partir da década de 1940, os governos tentaram regulamentar os estágios no país por meio de vários decretos, leis e resoluções. Colombo e Ballão (2014) destacam, entre essas normas legais, o Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que estabelecia a Lei orgânica do ensino industrial. Nessa norma, identifica-se que o estágio fica à parte do processo educativo “[...] por se aproximar muito de uma forma de se obter mão de obra de baixo custo, visto que não previa formalização entre a escola e a empresa, considerando esta atividade mero trabalho” (Colombo; Ballão, 2014, p. 174), conforme se identifica no Decreto-lei nº 4.073 (Brasil, 1942), no seu art. 47:

Art. 47. Consistirá o estágio em um período de trabalho, realizado por aluno, sob o controle da competente autoridade docente, em estabelecimento industrial.

Parágrafo único. Articular-se-á a direção dos estabelecimentos de ensino com os estabelecimentos industriais cujo trabalho se relacione com os seus cursos, para o fim de assegurar aos alunos a possibilidade de realização de estágios, sejam estes ou não obrigatórios (Brasil, 1942).

Somente na década de 60, sob a ditadura militar, o Ministério do Trabalho e Previdência Social emitiu a Portaria nº 1.002 (Brasil, 1967). Consta na referida Portaria como indispensável fomentar e dispor de condições que possibilitassem “o entrosamento empresa-escola” (Brasil, 1967), o que, em um primeiro momento, parecia interessante, mas considerava que seria função das “Faculdades e Escolas

³¹ Fernandes (2010, p. 1) explica que se trata de novas formas de trabalho que se iniciaram por um “processo de mudanças estruturais no capitalismo” em que empresas buscam competitividade por meio da “flexibilização das relações de trabalho”. No Brasil, observa-se desemprego em larga escala em conjunto com o “[...] desassalariamento e da geração de postos de trabalho precários”. (Fernandes, 2010, p. 1). Identifica-se também precarização quando há incompatibilidade entre a escolaridade do trabalhador e a formação requerida para a função, caracterizando “[...] precarização por sobrequalificação, onde o trabalhador possui uma qualificação bem superior a exigida para executar as tarefas requeridas na ocupação em que se encontra, tendo a principal consequência na disfunção salarial em relação à produtividade do trabalhador” (Fernandes, 2010, p. 2-3).

Técnicas [...] a preparação de técnicos nos moldes e especialidades reclamados pelo desenvolvimento do país” (Brasil, 1967). A portaria determinou ainda que se firmasse um contrato para os estágios com critérios como “[...] duração, carga horária, valor da bolsa e o seguro contra acidentes pessoais [...] não haveria vinculação empregatícia, encargos sociais, pagamento de férias ou de 13º salário” (Colombo; Ballão, 2014, p. 175). Contudo, a intenção continuava sendo suprir as necessidades de mercado.

Outra alteração na normatização dos estágios ocorreu em 1970, quando “[...] foram criados os ‘estágios práticos’ de nível superior nas áreas de engenharia, tecnologia, economia e administração” (Colombo; Ballão, 2014, p. 175). Os autores relatam que a LDB nº 5.692/71 impôs a profissionalização a todo ensino de 2º grau (conforme denominado na época o atual ensino médio). Isso evidenciou a necessidade da atividade prática como complemento dessa etapa da educação, mas continuou permitida a improvisação para o cumprimento dos estágios, o que acarretava trabalho precário, com foco no setor produtivo. Nas décadas que se passaram não ocorreram mudanças significativas nas normas que regulamentavam os estágios:

Afora a LDB, os decretos e as portarias, a primeira lei tratando, específica e exclusivamente, de estágio foi promulgada no final da década de 70. A Lei 6.494, de 7 de dezembro de 1977, somente foi regulamentada pelo Decreto nº 87.497, em 18 de agosto de 1982. Esta lei vigorou sem nenhuma alteração por mais de uma década. Foi somente em 1994, com a Lei nº 8.859, que a primeira mudança ocorreu ao prever a inclusão de estudantes com deficiências nos estágios. Em 2000, outra importante alteração ocorreu com a Medida Provisória nº 1.952-24, que permitiu o estágio para estudantes matriculados no Ensino Médio não profissionalizante (Colombo; Ballão, 2014, p. 175).

A lei que atualmente normatiza os estágios foi sancionada em 25 de setembro de 2008, sob o nº 11.788 (Brasil, 2008a). Define em seu Artigo 1º o estágio como ato educativo escolar supervisionado, a ser desenvolvido em ambiente de trabalho, visando:

[...] à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando [Sic.] o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (Brasil, 2008a).

A Lei nº 11.788 (Brasil, 2008a) preconiza que o estagiário deverá ser visto na empresa não como um funcionário comum, mas dando a ele tratamento diferenciado, oportunizando o aprendizado de competências relativas à atividade profissional e

proporcionando a contextualização curricular, com o objetivo de desenvolver o “educando para a vida cidadã e para o trabalho” (Brasil, 2008a). Andrade e Resende (2015) reforçam a perspectiva descrita no documento:

O estágio supervisionado, como ato educativo, exige que a escola e a empresa trabalhem didaticamente com os estagiários, em relação ao planejamento, ao desenvolvimento, à avaliação e aos resultados das atividades por ele desenvolvidas. [...] Isto implica, na necessidade da instituição concedente, em não designar o estagiário apenas para execução de trabalhos operacionais repetitivos e rotineiros, que acrescentam muito pouco em seu processo educativo para a cidadania e o trabalho (Andrade; Resende, 2015, p. 62).

Conforme a Lei nº 11.788 (Brasil, 2008a), passa a ser responsabilidade da escola vincular o estágio supervisionado ao projeto pedagógico escolar, seja ele obrigatório ou não obrigatório. Dentre outras regras, salienta-se que o estágio supervisionado não gera vínculo empregatício e não poderá exceder dois anos (exceto no caso de pessoa com deficiência, quando poderá ultrapassar esse período). O estagiário poderá receber bolsa-auxílio, auxílio-transporte, férias remuneradas, sendo esses compulsórios no estágio não obrigatório e opcionais no obrigatório. Ainda é possível que a empresa proporcione saúde e alimentação, entre outros. Reafirma-se que o estágio supervisionado no EMIEP é regido pela Lei nº 11.788 (Brasil, 2008a) e, assim como no caso das demais modalidades e níveis de ensino, deverá ser previsto no PPC e compor o itinerário formativo do estudante.

Percebe-se nessa lei uma tentativa de garantir o entrosamento entre escola e empresa, assegurando que o estágio não gerará vínculo empregatício, mediante algumas exigências vistas no Art. 3º, tais como: matrícula e frequência do estudante, ambos atestados pela instituição de ensino; celebração do termo de compromisso entre o educando, a parte concedente e a instituição; observação da compatibilidade entre atividades desenvolvidas efetivamente e previstas no termo de compromisso. Além do que já foi mencionado, no §1º do Artigo 3º, aponta-se que “[...] o estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente” (Brasil, 2008a); e finaliza o artigo com o § 2º citando que “[...] o descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio” (Brasil, 2008a).

As instituições de ensino e as partes concedentes, sem deixar de observar

atentamente às normas de contratação, podem recorrer a agentes de integração para auxiliar nos procedimentos, tais como: “I – identificar oportunidades de estágio; II – ajustar suas condições de realização; III – fazer o acompanhamento administrativo; IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais; V – cadastrar os estudantes” (Brasil, 2008a). Já no Art. 6º da Lei nº 11.788 (Brasil, 2008a), explicita-se que o local para a realização dos estágios pode ser definido a partir do cadastro de partes concedentes, sendo esse organizado pela escola ou pelo agente de integração. Poderá ainda ocorrer a celebração de convênio de concessão de estágios entre instituições de ensino e concedentes, sem dispensar, todavia, o termo de compromisso (Brasil, 2008a).

Nos IFs, os estágios supervisionados, geralmente, integram as ações de extensão. O Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CONIF), no documento que trata sobre Extensão Tecnológica, na Rede Federal, aborda que “[...] a formação humana e a inserção social do sujeito cidadão não podem prescindir da sua preparação para inserção no mundo do trabalho” (CONIF, 2013, p. 36). Complementa que a EPT possui essencialmente, “[...] um papel estratégico no processo de construção e reprodução social” (CONIF, 2013, p. 36). Já na Lei nº 11.892 (Brasil, 2008b), Art. 6º, os IFs têm por finalidade:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, **formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia**, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de **geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais**;
- [...]
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da **consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais**, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; (Brasil, 2008b, grifos nossos).

Como visto, os IFs, por meio da EPT, têm como objetivo formar seres humanos com intuito ao desenvolvimento social e econômico tanto local quanto regional e nacional, oportunizando soluções às demandas sociais em consonância com os arranjos produtivos locais. Outrossim, não se pode “[...] perder de vista a formação para uma inserção profissional cidadã, que leva em conta a diversidade dos contextos produtivos” (CONIF, 2013, p. 37). O documento apresenta que os regulamentos norteadores dos cursos e estágios devem assegurar “[...] uma compreensão mais

completa e fidedigna da sociedade e dos problemas que lhe afetam” (CONIF, 2013, p. 37). Dessarte, poderá estimular os estudantes a refletirem acerca da realidade e “[...] em diálogo com outros sujeitos desse complexo cenário que é o mundo do trabalho, sejam capazes de propor soluções, concretizando-se, efetivamente, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (CONIF, 2013, p. 37).

Portanto, há que se verificar os PPCs, os arranjos curriculares e o trabalho pedagógico desenvolvido na instituição, na intenção de garantir que o estágio supervisionado não fique circunscrito à ótica mercadológica, e sim proporcione, conforme visto até aqui, um aprofundamento crítico da realidade em que o estudante vive, além de ser fonte de aprendizado mediado pelo trabalho, visando à formação humana integral. Nesse sentido, assenta-se a descrição de trabalho pedagógico, em conformidade com Ferreira (2018):

[...] trabalho dos professores, ao selecionar, organizar, planejar, realizar, avaliar continuamente, acompanhar, produzir conhecimento e estabelecer interações, só possa ser entendido como trabalho pedagógico, imerso em um contexto capitalista, no qual a força de trabalho³² dos professores é organizada pelas relações de emprego e no qual os sujeitos agem em condições sociais, políticas. Entretanto, ainda que esteja imerso nas relações capitalistas, o trabalho pedagógico, por suas características, apresenta possibilidades de o sujeito trabalhador ir além, projetar-se no seu trabalho de modo a confundir-se e movimentar-se humanamente com ele, uma vez que uma matéria-prima é a linguagem (Ferreira, 2018, p. 605).

No trabalho pedagógico, presume-se “[...] a produção do conhecimento em aula³³, tanto dos professores, quanto dos estudantes. Mas vai além” (Ferreira, 2018, p. 594), já que se considera que o conhecimento produzido carece de envolvimento e engajamento político em todos os momentos escolares e de um estreito comprometimento e responsabilidade com o projeto pedagógico da instituição. A autora alerta ainda que esse é um movimento dialético entre o individual e o coletivo, isso significa: entre o projeto pedagógico individual concebido pelos professores e o da escola, estabelecido dentro de um “contexto histórico, social, político, econômico” (Ferreira, 2018, p. 594).

³² Na obra Manifesto Comunista, Marx (2017, p. 242) argumenta que: “[...] por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo”.

³³ Aula, neste texto dissertativo, é entendida “[...] no seu sentido mais amplo: todo o momento de sistemática produção do conhecimento. Resulta a socialização desses saberes que, pela interlocução, se estabilizam como conhecimento (Ferreira, 2018, p. 596).

Desse modo, concebe-se que o trabalho pedagógico realizado pelos profissionais da educação, na instituição de ensino, deva estar em estreita ligação com o mundo do trabalho e a concepção de trabalho como princípio educativo, com os documentos norteadores da instituição e sem deixar de dialogar com as necessidades dos estudantes e da sociedade em que estão inseridos. Portanto, nessa concepção, o trabalho pedagógico “[...] exige dos professores dos IFs uma abordagem das bases teóricas e científicas que as relacione, em seu cotidiano, com as questões presentes na totalidade, transpondo os conceitos para a realidade concreta” (Ferreira *et al.*, 2022, p. 57).

O trabalho pedagógico realizado pelos professores na escola é uma “prática social munida de forma e conteúdo” (Frizzo; Ribas; Ferreira, 2013, p. 556) e expressa, de acordo com suas “possibilidades objetivas, as determinações políticas e ideológicas dominantes em uma sociedade ou, ainda, busca a explicitação da superação destas determinações” (Frizzo; Ribas; Ferreira, 2013, p. 556). A educação compreendida como uma construção social e socializadora transpõe o ambiente escolar e tem como finalidade não apenas a formação de “mão de obra” em conformidade com os interesses do capital, mas a sua superação (Frizzo; Ribas; Ferreira, 2013).

Por meio do trabalho pedagógico realizado nos IFs ocorre o diálogo entre essa (sua concepção político-pedagógica, sua visão, sua missão) e os estudantes, sendo que é a partir deles que, efetivamente, ocorrerá a implementação dos ideais de transformação da sociedade visionados pelos IFs. Percebe-se no referencial teórico visto até então que o estágio supervisionado pode operar como um “veículo” ou um interlocutor entre o trabalho pedagógico que transcorre na escola e a sociedade, mediante a troca de saberes entre os estudantes e os seres humanos do seu local de estágio supervisionado, ou seja, a empresa concedente. Todavia, o trabalho pedagógico pode ser encarado como um fio que, conduzido pelos estudantes, na condição de estágio, é capaz de viabilizar uma das possíveis maneiras de superação das determinações da sociedade capitalista.

Freire (1996, p. 98), com relação à sua prática “educativo-crítica”, aborda que a educação como experiência específica da humanidade, é “[...] uma forma de intervenção no mundo”. Essa afirmação vem ao encontro do que se argumenta quanto ao trabalho pedagógico desenvolvido na instituição pelos profissionais da educação, que, ao realizarem os seus planejamentos e selecionarem os conteúdos para as

aulas, permeados pela sua própria concepção de mundo, intervirão na sociedade através dos seus estudantes. Os estudantes, por sua vez, realizam a interlocução com os ambientes externos à instituição (família, amigos, lazer) e, posteriormente, ingressarão no mundo do trabalho, quer pelos estágios supervisionados, quer por outras formas de trabalho. Nesses ambientes, realizam, conscientemente ou não, um trabalho educativo ou, como menciona Freire (1996), intervêm no mundo.

Freire (1996) alude quanto à intervenção exercida pelos processos educativos para superação da ideologia dominante que, além do aprendizado dos conteúdos, envolve o esforço para “**reprodução** da ideologia dominante” (Freire, 1996, p. 98, grifo do autor), mas também implica em um empenho para o seu “**desmascaramento**” (Freire, 1996, p. 98, grifo do autor). Dessa maneira, o autor elucida que, sendo “dialética e contraditória” (Freire, 1996, p. 98), a educação não tem como ser unicamente “**reprodutora**” ou apenas “**desmascaradora**” (Freire, 1996, p. 98, grifos do autor). A educação não é neutra ou “[...] ‘indiferente’ a qualquer destas hipóteses, a da reprodução da ideologia dominante ou a de sua contestação” (Freire, 1996, p. 99). Assim, o envolvimento dos estudantes da instituição no mundo do trabalho, paulatinamente, poderá ser educativo, pois os conhecimentos produzidos serão alvo de troca, de diálogo entre educandário e empresa, além da sociedade em geral.

Neste momento, faz-se importante marcar uma melhor definição de “mundo do trabalho”, diferenciando-o de “mercado de trabalho”, pois, ao longo do texto, pontua-se o estágio supervisionado como um processo oportuno para inserção dos jovens no mundo do trabalho, além da relevância do recebimento da bolsa-auxílio, entre outras afirmações. Tais considerações, por vezes, poderão tornar imprecisa a intenção do estudo e cabe, por conseguinte, elucidar os conceitos, mesmo que de forma breve e simplificada.

O trabalho, em conformidade com Antunes (2005), é o elemento fundante da sociabilidade e também parte do processo de humanização dos sujeitos. Porém, na sociedade capitalista, tornou-se trabalho assalariado e assumiu a forma de trabalho alienado. O autor alerta para uma nova morfologia do mundo do trabalho, que tem como núcleo o trabalhador produtivo, isto é, aquele que produz diretamente a mais valia. Aponta ainda que, na sociedade capitalista, o “[...] processo de trabalho se converte em meio de subsistência e **a força de trabalho se torna, como tudo, uma mercadoria**” (Antunes, 2005, p. 69, grifo nosso). Nesse sentido, acredita-se que a expressão “mercado de trabalho” venha ao encontro da ótica capitalista, sendo mais

restrito do que “mundo do trabalho”, pois relaciona-se à “[...] negociação direta da força de trabalho em segmentos específicos dos setores produtivos” (Vieira *et al.*, 2021, p. 309).

Quanto ao mundo do trabalho, é o conjunto de fatores que abrange e coloca em conexão a ação humana de trabalhar e o meio ambiente em que isso ocorre, assim como as regulamentações dessas atividades, os produtos resultantes, os discursos, as técnicas e tecnologias utilizadas na execução das atividades, “[...] as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação constituídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade” (Figaro, 2008, p. 92). Todavia,

O mundo do trabalho é uma categoria ampla, difusa e complexa, característica e fundamento da sociedade, pois lugar privilegiado que abriga grande parte da atividade humana. Ele é uma categorização ampla, porque possibilita congregar conceitos como trabalho, relações de trabalho, vínculo empregatício, mercado de trabalho, salário, tecnologia, troca, lucro, capital, organizações, controle, poder, sociabilidades, cultura, relações de comunicação (Figaro, 2008, p. 93).

Outrossim, compreende-se o mercado de trabalho como um segmento do mundo do trabalho, aquele está contido neste. O mercado de trabalho pode ser compreendido como uma redução ideológica hegemônica elaborada pela classe dominante (Nascimento, 2018). No sistema capitalista, homens e mulheres produzem a sua vida ou sua subsistência por intermédio de um mercado, “[...] que pode ser entendido, **grosso modo**, como o lugar social no qual todos os indivíduos, para poderem viver, precisam comprar e vender mercadorias” (Tumolo; Tumolo, 2004, p. 334-335, grifo dos autores). Marca-se o fato de que, para comprar mercadorias para subsistir, primeiro é preciso vender algo: um produto ou especialmente, a força de trabalho (Tumolo; Tumolo, 2004).

Neste trabalho, coloca-se os estágios supervisionados no EMIEP como um importante instrumento de inserção dos jovens no mundo do trabalho, com a perspectiva de interlocução entre instituição de ensino e sociedade, visando modificá-la. Acredita-se ainda que a concepção do conhecimento necessita ser engendrada de forma justaposta, em que a prática deve resultar da aplicação da teoria, “[...] tornando-se relevante (a prática) na medida que for fiel aos parâmetros da teoria” (Vieira *et al.*, 2021, p. 314). Dessa forma, considera-se que a atuação dos estagiários pode proporcionar o aprofundamento dos conhecimentos técnicos e teóricos, e que, em contato com a realidade do mundo do trabalho, poderão analisá-la de forma crítica,

problematizando as relações sociais, políticas e econômicas em que estão inseridos, “[...] preparando-o para além da ação do fazer profissional, como também uma maior compreensão e transformação das relações no MT” — mundo do trabalho (Vieira *et al.*, 2021, p. 315).

Para que se possa conhecer mais profundamente a realidade local, elegeu-se como *lócus* de estudo o IFSul. Para tanto, apresenta-se os caminhos metodológicos percorridos para a pesquisa.

3 METODOLOGIA

Nesta seção, apresenta-se aspectos inerentes à metodologia de pesquisa, ou seja, trata-se dos procedimentos metodológicos, das etapas, dos instrumentos, do local de investigação, dos sujeitos envolvidos, que caracterizaram, por sua vez, o percurso da pesquisa.

3.1 Classificação da pesquisa

Este estudo teve por sua natureza a pesquisa aplicada, pois objetivou “[...] gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 35). Para tanto, utilizou-se de uma abordagem qualitativa tendo em vista obter especificações que não são possíveis por meio de estudo quantitativo somente. Porém, produziu-se dados para estabelecer alguns comparativos, os quais necessitaram de uma análise quantitativa, pois “[...] a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente” (Fonseca, 2002, p. 20).

Quanto aos objetivos, caracterizou-se como exploratória, porque teve “[...] como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (Gil, 2017, p. 26). Também foi descritiva, entendendo, entre outros fatores, que essas pesquisas “[...] são as que se propõem a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade” (Gil, 2017, p. 26) e os fenômenos do objeto de estudo, assim como “[...] são incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população” (Gil, 2017, p. 26). O mesmo autor (2008, p. 28) refere-se à pesquisa descritiva associada à exploratória como “[...] as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais[...]”, por esse motivo, se

aplicam ao presente estudo. Por fim, se apresentou como explicativa, já que identificou “[...] fatores que determinam ou contribuem” (Gil, 2017, p. 26) para a ocorrência dos fatos estudados, aprofundando “[...] o conhecimento da realidade, pois têm como finalidade explicar a razão, o porquê das coisas” (Gil, 2017, p. 26).

O método utilizado para a produção de dados e informações foi o levantamento bibliográfico, que tradicionalmente, para Gil (2017, p. 28), “[...] inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos [...], bem como o material disponibilizado pela Internet”. A pesquisa documental contemplou a análise de documentos institucionais, visto que “[...] recomenda-se que seja considerada fonte documental quando o material consultado é interno à organização” (Gil, 2017, p. 28). Procedeu-se à pesquisa de campo para identificar os fatos a partir da coleta de dados por meio de entrevistas e questionários, uma vez que esse tipo de estudo tipifica “[...] as investigações em que para além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se coletam dados junto de pessoas, utilizando diversos tipos de pesquisa (*ex-post-facto*, pesquisa ação, pesquisa participante, etc.)” (Fonseca, 2002, p. 32).

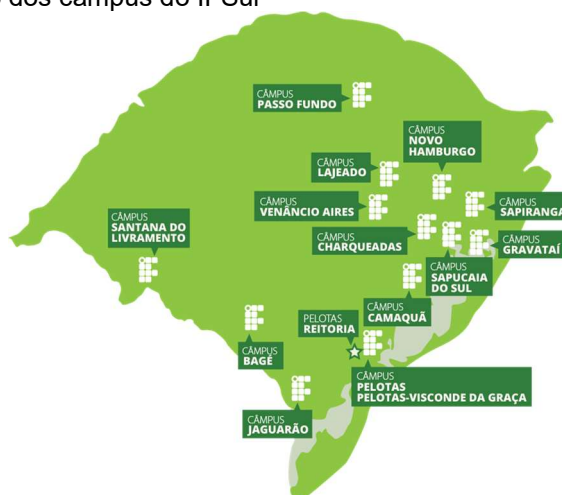
3.2 Campo, Universo e Amostra da Pesquisa

O IFSul tem como missão:

Implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social (IFSUL, 2015).

Conta hoje com Reitoria e 14 câmpus, localizados em 13 municípios do Rio Grande do Sul (RS), conforme a Figura 1:

Figura 1 - Mapa de localização dos câmpus do IFSul



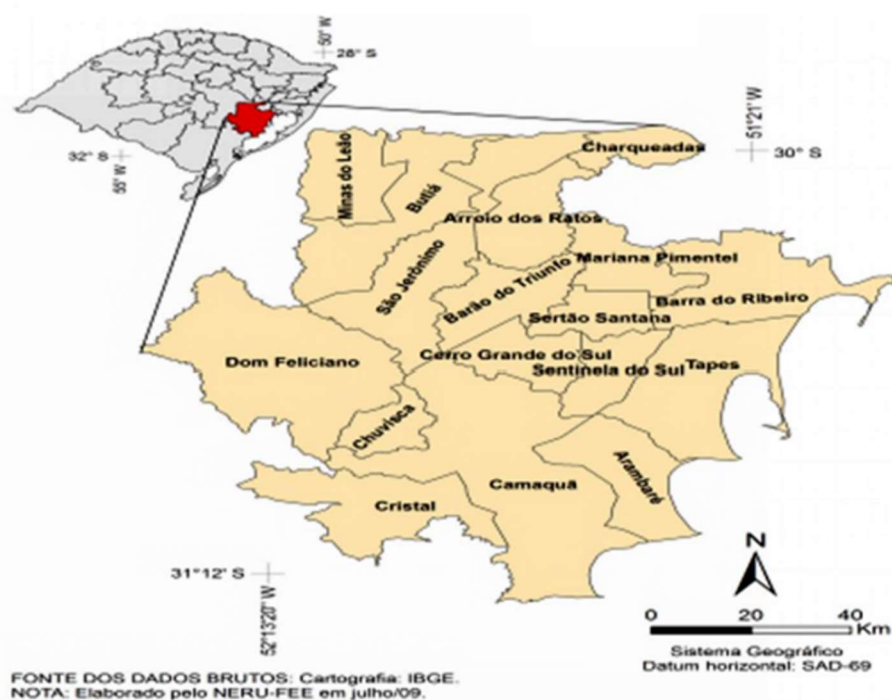
Fonte: Coordenadoria de Comunicação Social, 2022.

Contudo, o IFSul teve sua origem no início do século XX, na Escola de Artes e Ofícios e “[...] se caracterizava por ser uma sociedade civil, cujo objetivo era oferecer educação profissional para meninos pobres” (IFSUL, 2015). Ao longo do tempo, modificou-se o nome e os mantenedores, alternando entre organização civil, municipal e, por fim, federal. Em 1999, a então Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPEL) passou a se chamar Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS) e, em 2008, com a criação da RFEFCT, recebeu a nomenclatura atual.

Nesse escopo, o Câmpus Camaquã, campo deste estudo, integrou a Fase II da expansão da RFEFCT. Nesse estágio, foram criadas 150 novas instituições federais de educação (Brasil, s.d.), que, somadas às das demais, Fases I e III, agregaram à Rede Federal 661 unidades, distribuídas nas 27 unidades federadas do país. Tamanha expansão da RFEFCT tornou-se possível por meio da Lei nº 11.195 (Brasil, 2005a), que revogou o § 5º do Art. 3º da Lei nº 8.948 (Brasil, 1994), o qual proibia a criação de escolas federais de ensino profissional.

O referido câmpus está localizado na cidade de Camaquã-RS, inserida na região Centro-sul do RS (Figura 2), distante 127 km de Porto Alegre, capital do estado, e 125 km de Pelotas, sede da Reitoria. Tem como cidades próximas: Amaral Ferrador, Arambaré, Barra do Ribeiro, Cerro Grande do Sul, Chuvisca, Cristal, Dom Feliciano, Mariana Pimentel, São Lourenço do Sul, Sentinela do Sul, Sertão Santana e Tapes.

Figura 2 - Mapa de Localização do município de Camaquã/RS e Região



Fonte: COREDE-Centro-sul, 2016.

Essa região destaca-se pela produção: arrozeira (plantio e indústria de beneficiamento), pecuária, de soja e fumageira. Outro ponto forte na economia da região e, principalmente, em Camaquã, que é a cidade polo, é o setor de comércio e serviços (Camaquã, s.d.). Segundo dados do IBGE (2020), nos municípios que compõem a região Centro-sul do RS, a população possui salário médio mensal de até 2,5 salários mínimos dentre os formalmente empregados. Para esses, no caso de Camaquã, o valor é de 2,3 salários mínimos e representam 21,2% em relação ao total de habitantes. Observa-se também que 33,5% têm renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita e os demais municípios, em grande parte, têm rendimento menor. Deduz-se desses dados que a grande maioria da população possui baixos salários e que, no município de Camaquã, o percentual de pessoas formalmente empregadas não chega a 22% da população.

Além desse contexto socioeconômico, a sociedade em que o câmpus está inserido é conservadora, pois, entre outros fatores, o município tem uma história vinculada ao coronelismo, aos “grandes feitos” da Revolução Farroupilha. Isso é visto em vários contextos, tais como no Histórico do Município, que consta no sítio oficial da Prefeitura, no Hino: “[...] Camaquã, ó terra pioneira, De seus filhos e de seus heróis [...]” (Camaquã, s.d.). Há orgulho dos “heróis” vinculados à revolução, mas que

também eram os grandes proprietários de terras, os patrões e, de certo modo, as relações de trabalho e sociais têm influência dessa estrutura e, até então, não se percebe alteração significativa desse paradigma. É um modelo de sociedade em que o explorado admira e defende o seu explorador e tem dificuldades em se desvincular, ao menos ideologicamente, do seu “mantenedor”, tendendo a combater qualquer ameaça ao *status quo*.

Dentro dessa sociedade muito brevemente descrita, surgiu, conforme mencionado antes, o IFSul - Câmpus Camaquã com o objetivo de promover ensino público, gratuito e de qualidade a todos, indistintamente de origem social. O ensino visado por esse educandário deve impactar positivamente a vida dos jovens de modo que possam se compreender como sujeitos da própria história e serem transformadores das suas localidades.

O Câmpus Camaquã oferece uma boa estrutura geral, que inclui laboratórios para atender às disciplinas propedêuticas (Biologia, Química, Física, Linguagens, Matemática), assim como para disciplinas técnicas (área do Controle Ambiental, Automação Industrial e Informática), além de um quadro de servidores especialistas, mestres e doutores.

O universo da pesquisa foram os estudantes dos cursos de EMIEP que estavam matriculados no quarto ano (ano final) no período letivo de 2022³⁴, os coordenadores dos respectivos cursos — Técnico em Automação Industrial, Técnico em Informática e Técnico em Controle Ambiental —, além da Coordenadora de Extensão (responsável pelos estágios).

Quadro 7 - Universo da pesquisa

IF Sul Câmpus Camaquã	Nº de sujeitos convidados
Coordenadores de cursos de EMIEP	3
Coordenação de Extensão	1
Estudantes do Técnico em Automação Industrial	23
Estudantes do Técnico em Controle Ambiental - Manhã	33
Estudantes do Técnico em Controle Ambiental - Tarde	14
Estudantes do Técnico em Informática	18

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

³⁴ O calendário letivo do IFSul Câmpus Camaquã referente ao ano de 2022 encerrou-se em 07/04/2023. Disponível em: <http://www.camaqua.ifsul.edu.br/calendarios>.

A amostragem foi intencional, pois todos os sujeitos da pesquisa, em conformidade com o Quadro 7, foram convidados a participar. A escolha dos estudantes dos quartos anos deu-se devido ao fato de estarem concluindo o curso e, desse modo, provavelmente terem um arcabouço de informações maior em relação aos de adiantamentos menores. Quanto aos servidores, todos eram envolvidos com os procedimentos de estágio supervisionado.

Responderam à pesquisa 56 estudantes, em torno de 63% dos convidados desse segmento, e os três coordenadores de cursos de EMIEP, além da coordenadora de extensão, ou seja, 100% dos convidados no segmento dos coordenadores. Considerou-se a amostra dos discentes válida pelo fato de haver entre os participantes representação de todas as turmas e cursos.

Na busca pelo perfil dos interlocutores, destinou-se a primeira seção do questionário dos estudantes para traçá-lo e, assim, foram atribuídas nove perguntas de múltipla escolha. As respectivas respostas serão detalhadas mediante as descrições a seguir. É oportuno, antes, lembrar Ciavatta (2005) no que diz respeito à formação integrada, quando afirma que essa não pode ocorrer apartada da realidade em que se encontram os estudantes, tampouco da sua família e da sociedade em geral. Ademais, em Moura, Garcia e Ramos (2007), vê-se sobre o atual contexto brasileiro em que os jovens necessitam trabalhar antes dos 18 anos. Dessa forma, tornou-se relevante pesquisar sobre as situações de renda e estrutura familiar, além dos custos que os respondentes tinham para se manterem estudando na instituição.

Destaca-se que, conforme já mencionado, os estudantes da amostra são todos maiores de 18 anos, regularmente matriculados nos cursos de EMIEP do IFSul Câmpus Camaquã. A primeira pergunta foi a respeito do gênero com o qual eles se identificam e as respostas foram: feminino 31 (55,4%) dos respondentes e masculino 25 (44,6%), sendo que havia as opções “outro” e “prefiro não responder”. Na questão relativa à cor, raça ou etnia, dentre as cinco opções (amarela, branca, indígena, parda ou preta), 47 (83,9%) se reconheceram como brancos, cinco (8,9%) como pardos e quatro (7,1%) como pretos.

A terceira pergunta obteve 56 respostas e buscou conhecer a situação financeira dos estudantes: qual a renda mensal aproximada (a soma dos salários de todos que moram na sua casa)? De acordo com as opções apresentadas, cinco (8,9%) responderam que a renda era de até R\$ 2.000,00; 18 estudantes (32,1%) tinham renda familiar entre R\$ 2.000,00 e R\$ 4.000,00; 17 (30,4%) entre R\$ 4.000,00 e R\$

10.000,00; outros cinco (8,9%) responderam entre R\$10.000,00 e R\$ 20.000,00; um (1,8%), mais de R\$ 20.000,00 e 10 (17,9%) não sabiam informar. Dessas respostas, destaca-se que 23 estudantes, ou 41 %, percebiam uma renda familiar de até R\$ 4.000,00, o que era aproximadamente três salários mínimos.

A respeito de quantas pessoas viviam na casa com os estudantes (contando com eles), três (5,4%) moravam sozinhos; sete (12,5%) entre duas pessoas; 25 (44,6%) relatam que três pessoas ocupavam a casa; 16 (28,6%) residiam entre quatro moradores; quatro (7,1%) viviam entre cinco; e um (1,8%) morava entre seis pessoas. Notou-se que a ampla maioria dos respondentes residiam entre três e quatro pessoas, 41 (73,2%).

Conhecer o local de residência dos respondentes é interessante, pois, dependendo, pode acarretar um custo financeiro e pessoal para eles se manterem estudando (devido ao tempo de viagem, cansaço etc.). Porém, é preciso atentar para o fato de que, mesmo os residentes no município em que o câmpus está localizado, não raro, precisam de transporte para chegar até a escola. Tal situação pode ser observada nas respostas às perguntas: “em qual município você reside?” 41 (73,2%) apontaram serem moradores de Camaquã; seis (10,7%) de Tapes; quatro (7,1%) da Chuvisca; três (5,4%) de Cristal; um (1,8%) de Dom Feliciano; e um (1,8%) de Arambaré. Contudo, quando questionados se têm algum custo com transporte ou moradia para estudar no IFSul, 28 (50%) responderam que sim e 28 (50%), que não.

Embora este estudo não trate sobre a Assistência Estudantil, conforme já frisado, foi relevante conhecer os dados sobre os investimentos com transporte ou moradia, além do recebimento ou não de recursos financeiros de tal fonte. Esse é um valioso instrumento para a manutenção das condições de permanência dos estudantes na instituição, mas, como já observado, não tem sido suficiente para atender a todos (IFSUL, 2022d). À vista disso, foi perguntado para aqueles que tivessem algum gasto mensal que indicassem entre as alternativas qual o valor aproximado. Responderam 29 pessoas e, dentre essas, 18 (62,1%) investem até R\$ 300,00; nove (31%) têm um gasto entre R\$ 300,00 e R\$ 800,00; e dois (6,9%) indicaram ter um custo mensal entre R\$ 800,00 e R\$ 1.000,00. Quanto ao recebimento de auxílio da Assistência Estudantil, do total de estudantes respondentes, 45 (81,8%) afirmaram que não recebem e 10 (18,2%) responderam que sim, recebem algum tipo de recurso.

Para finalizar a seção relativa ao perfil dos respondentes, foi questionado o

curso que estavam realizando, sendo: 29 (52,7%) do curso técnico em Controle Ambiental; 15 (27,3%) do curso técnico em Automação Industrial; e 11 (20%) do curso técnico em Informática. A discrepância entre os participantes com relação aos estudantes do TCA deve-se ao fato de esse ter duas turmas e os demais, apenas uma.

3.3 Instrumentos e Análise de Dados

Os estudos incidiram na análise das legislações brasileiras aplicadas aos estágios supervisionados (Brasil, 1942; 1967; 2008a) e dos documentos institucionais: Regulamento de Estágios do IFSul (IFSUL, 2014; 2022c; 2023), Política de Extensão da RFEPECT (CONIF, 2013) e do IFsul (IFSUL, 2018a), Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSul (IFSUL, 2022e) e os PPCs dos cursos de EMIEP do IFSul Câmpus Camaquã (IFSUL, 2028b; 2019; 2021). Buscou-se também descrever a historicidade da educação profissional no Brasil por meio das respectivas legislações, além de autores e pesquisadores que estudam a educação, os estágios supervisionados, o mundo do trabalho e o trabalho pedagógico na EPT, tais como: Gramsci (1988), Saviani (1989; 2007; 2011), Ciavatta (1990; 2005; 2014), Freire (1996), Cunha (2000), Kuenzer (2000), Wood (2001; 2011), Mészáros (2002), Tumolo e Tumolo (2004), Antunes (2005), Palma Filho (2005), Barreiro e Gebran (2006), Moura, Garcia e Ramos (2007), Figaro (2008), Moura (2008), Ramos (2008; 2014), Frigotto (2009; 2015), Pacheco (2010; 2020), Saviani e Duarte (2010), Escott e Moraes (2012), Frizzo, Ribas e Ferreira (2013), Colombo e Ballão (2014), Andrade (2015), Marx e Engels (2017), Marx (2017), Pimenta e Lima (2017), Turmena e Azevedo (2017), Ferreira (2018; 2020a; 2020b; 2022a; 2022b), Nascimento (2018), Pasqualli, Vieira e Castaman (2018), Castaman e Rodrigues (2020a; 2020b), Colombo (2020), Sanson (2021), Vieira *et al.* (2021), Ferreira, Corrêa e Silveira (2022), Ferreira *et al.* (2022), entre outros.

Para produzir os dados, delinear e evidenciar os sentidos atribuídos pelos estudantes e servidores, sujeitos desta pesquisa, a respeito dos estágios supervisionados, aplicou-se questionários e entrevistas. Isso porque o questionário, como instrumento de coleta de informações, produz “[...] dados para uma pesquisa, cujas respostas dadas pelo elemento, [...] sem a assistência direta ou orientação do investigador” (Fonseca, 2002, p. 58). Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 69), “[...]”

objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas”.

Foi aplicado aos estudantes, no mês fevereiro de 2023, um questionário com 23 perguntas, utilizando-se o *Google Forms*. O instrumento continha questões fechadas e abertas (Apêndice C). Disponibilizou-se o questionário no *Workspace for Education*, plataforma utilizada pela instituição, pois considerou-se que esse seja o melhor ambiente virtual disponível para a segurança na aplicação da pesquisa. O link foi enviado para o e-mail institucional do estudante individualmente ou como cópia oculta e o acesso foi exclusivo por intermédio desse.

Reforça-se que se observou o conteúdo da Carta Circular nº 1/2021- CONEP/SECNS/MS (Brasil, 2021c), com relação à utilização de meio ou ambiente virtual e quanto ao sigilo tanto no envio das informações quanto no armazenamento e processamento dos dados, assim como no restante do conteúdo da referida Carta Circular. Foi observada a confidencialidade quanto ao armazenamento e tratamento dos dados, sendo que os participantes não foram identificados em nenhum momento. Após a etapa de coleta das respostas dos questionários, todo o material foi salvo em *hard disc* (HD) externo e baixado dos ambientes virtuais para, então, se proceder ao tratamento dos dados.

Com os servidores, foi aplicada entrevista semiestruturada no mês de novembro de 2023 (Apêndice D). Organizou-se “[...] um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema [...] estudado”, mas permitiu-se “[...] que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 72). As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas com a intenção de que, ao final da conversa, fossem “[...] atingidos uma série de objetivos precisos” (Fonseca, 2002, p. 68) a respeito do que conhecem e pensam sobre os estágios supervisionados e os temas que envolvem o objeto da pesquisa.

Os testes de validação dos instrumentos foram aplicados: com relação ao questionário dos estudantes, foi solicitado a dois discentes que não participaram da pesquisa para que respondessem e avaliassem o mesmo; quanto ao roteiro das entrevistas com os servidores, foram convidados dois outros, do mesmo câmpus, para aplicação.

A análise dos dados foi feita com base na Análise dos Movimentos de Sentidos

(AMS)³⁵, “[...] a qual contempla a dinâmica e o movimento na historicidade das relações” (Ferreira; Braido; De Toni, 2020, p. 2). Segundo as autoras, essa técnica estuda de forma dialética os dados da pesquisa, sob uma perspectiva crítica, levando em conta que a realidade permanece em contínuo movimento, “[...] abrigando os sujeitos, suas produções e como evidenciam o que são, o que pensam e o que produzem por meio de discursos” (Ferreira; Braido; De Toni, 2020, p. 3). Braido *et al.* (2023, p. 3) apontam que o “[...] ser humano (re)produz e conduz sua existência sob condições adversas, com embates políticos, sociais e ideológicos [...]”. Assim, suas escolhas, modo de vida, de pensar e agir não são aleatórios ou neutros e não dependem somente de suas vontades (Braido *et al.*, 2023). Outrossim, existe um discurso que domina e nega a exploração existente de uma classe sobre a outra, estabelecendo “[...] concepções de realidade como verdades acabadas e imutáveis [...]” (Braido *et al.*, 2023, p. 3-4).

Ressalta-se que “Todo discurso é transmitido através da linguagem, mas a linguagem pode ser portadora de diversos discursos” (Viana, 2009, p. 14). Ancorada nessa premissa, a AMS, como procedimento teórico-metodológico, tem sua centralidade nos discursos, os quais são entendidos como “[...] manifestações humanas indicando o lugar que os interlocutores se atribuem como trabalhadores e seres sociais” (Ferreira, 2022a, p. 6). Todavia, analisou-se separadamente os discursos dos sujeitos da pesquisa, levando-se em consideração serem em parte servidores e, em outra, estudantes do EMIEP. Ao final, por meio dos movimentos entre os sentidos evidenciados, buscou-se sistematizá-los, dando-lhes um significado (Braido *et al.*, 2023). Leva-se em conta, ainda, que tais discursos, embora sejam aparentemente livres, tendem a ser reflexos de uma classe dominante e, são carregados de sentido e intencionalidade em relação aos interlocutores:

Tratam-se de enunciados organizados e expressos pelos sujeitos, mediante uma intencionalidade, um objetivo em relação aos interlocutor(es), preestabelecido e teleologicamente elaborado, porque antecipam reações, compreensões, interações a serem alcançadas por meio da organização expressiva da linguagem. [...] é repartir-se no social, indo ao encontro do outro, seja para compartilhar, seja para contrariar. Essa dimensão do discurso é que o consubstancia como produção social. Pelo discurso, os sujeitos narram, descrevem, planejam, projetam, avaliam, reconstruem e registram seu trabalho (Ferreira, 2020a, p. 4).

³⁵ Técnica desenvolvida pelo grupo de pesquisa Kairós - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria.

Ao utilizar-se a AMS e abordar os “sentidos em seus movimentos”, torna-se viável a incorporação criativa ao investigador: “[...] impelindo-o a um entendimento ativo do mundo, não como este se revela, mas como se transformou ou transformará e pode ou poderá ser [...]” (Ferreira, 2022a, p. 6). Dessarte, a leitura perscrutadora e a releitura dos discursos, produzidos através das entrevistas com os servidores e nas respostas dos questionários pelos estudantes, de acordo com Ferreira (2022a), possibilitaram “a descrição das categorias”, as quais constituíram as “evidências do estágio” de conhecimento “em que se encontram os sujeitos” (Ferreira, 2022a, p. 7). Salienta-se que, na ótica da AMS, os sentidos são anteriores às categorias evidenciadas, visto que essas têm um significado mais abrangente e estável. Porém, para que se tivesse rigor na análise dos dados, na etapa de categorização, teve-se por base “[...] um referencial, um pressuposto contido [...] já na pergunta feita aos interlocutores” (Ferreira, 2022a, p. 07), pois em sua elaboração já se traduziam as categorias básicas que interessavam à investigação, sempre mantendo-se o foco e a atenção na questão que deu origem à pesquisa.

As categorias incluíram “[...] os elementos discursivos comuns, a constituição de princípios seletivos desses elementos, a percepção de sua validade e adequabilidade, tendo como parâmetro o aporte teórico-metodológico” (Ferreira, 2022a, p. 7). As estratégias utilizadas nesse processo consistiram, em acordo com Ferreira (2022a): a) na seleção dos discursos, realizando uma pré-classificação por similaridades; b) na elaboração de tabelas que possibilitaram organizar, sistematizar e analisar os dados; c) na leitura, releitura e análise dos materiais. Logo, buscou-se compreender:

[...] os movimentos entre a totalidade e o específico, entre causas e consequências, os contraditórios, as recorrências, destacando as evidências orientadoras de argumentos e defesas, além de sistematizações relativas à problematização originária dessa pesquisa (Ferreira, 2022a, p. 8).

Ferreira (2022a) aponta, ainda, que a AMS pressupõe que tudo é mutável e observável a partir de um momento histórico e que a historicidade observada como elemento intrínseco da análise remete os pesquisadores para essa mutabilidade das sociedades. Do mesmo modo, pautando-se pela

[...] historicidade, afirma-se que a significação é, portanto, social. Pode-se concluir que as categorias, esses compostos evidenciados nos discursos e decorrentes dos sentidos, refletem, relacionam-se e são resultantes das interações sociais (Ferreira, 2022a, p. 9).

A partir desses movimentos, buscou-se compreender os sentidos atribuídos pelos servidores e estudantes aos estágios supervisionados, colocando-os na sua “[...] totalidade social, nas relações sociais de produção, na mediação entre o sujeito e sua pertença a coletivos sociais” (Ferreira, 2022a, p. 7). Observa-se os servidores dentro de uma instituição de ensino com uma ideologia contrastante com o sistema capitalista, enquanto sujeitos com um objetivo profissional, que é permeado pela realidade histórico-social, econômica e política. Os estudantes, incipientes no mundo do trabalho e na própria realidade da vida, inseridos nessa sociedade, descrita anteriormente, mas sendo formados a partir de uma educação crítica (o que se espera) oferecida pelo IFSul Câmpus Camaquã.

Destarte, passa-se à análise dos riscos e protocolos que foram seguidos em concordância ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

3.3.1 Análise dos Riscos e CEP

O Conselho Nacional de Saúde (CNS), na sua Resolução nº 466/2012, considera o “[...] respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos” (Brasil, 2012, p. 1). Ainda, nos seus “Termos e Definições”, confere a necessidade de um consentimento livre e esclarecido dos participantes:

II.5 - consentimento livre e esclarecido - anuência do participante da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após esclarecimento completo e pormenorizado sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar; (Brasil, 2012, p. 2).

Os estudantes dos quartos anos do ano letivo de 2022, na sua totalidade, tinham mais de 18 anos completos³⁶. Portanto, não foi necessário o envio do TCLE aos responsáveis legais. Em observação às Resoluções do CNS, foi assegurada a desistência da participação a qualquer momento, assim como a recusa em responder qualquer pergunta, inclusive após a conclusão do questionário ou da entrevista, os respondentes poderiam solicitar sua exclusão do estudo. Foram considerados os aspectos éticos, preconizando o:

³⁶ A informação foi obtida por meio de relatório no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP).

[...] respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida (Brasil, 2012, p. 3).

O início da produção dos dados foi condicionado ao aceite dos termos do TCLE, o qual teve validade como assinatura e foi apresentado no *Google Forms* logo antes do questionário e entregue inicialmente nas entrevistas. No TCLE, foi explicitada a “[...] justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa, com o detalhamento dos métodos a serem utilizados” (Brasil, 2012, p. 5).

Os convites foram enviados aos estudantes e servidores pelos e-mails institucionais, individualmente ou com cópia oculta. O TCLE (Anexo A) para os estudantes constou logo antes do questionário e, para os servidores, foi impresso (Anexo B), tendo em vista que com esses foi feita entrevista gravada com transcrição posterior.

Observou-se a Resolução CNS nº 510/2016, que “[...] dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes” (Brasil, 2016, p. 1), bem como considerou-se as demais resoluções desse conselho com relação às pesquisas com seres humanos. Após, os questionários e o roteiro da entrevista foram enviados ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), conforme preconizado pelo CNS, sendo aprovado pelo Parecer nº 5.784.668 (Anexo C).

A presente pesquisa apresentou risco mínimo, pois não houve possibilidade de riscos evidentes, tendo em vista que as intervenções foram de cunho profissional (para os servidores) e acerca dos conhecimentos e observações concretizadas durante a vida estudantil no Câmpus Camaquã do IFSul (para os estudantes). Não houve interferência psicológica ou física nos indivíduos, sendo preservada a intimidade dos participantes, ficando apenas a possibilidade de despertar sentimentos e percepções. Mesmo com todas as precauções tomadas, caso a pesquisa despertasse sentimentos inadequados e indesejados, garantiu-se o encaminhamento para um profissional adequado (tal como psicólogo ou assistente social) do IFSul ou Rede Municipal de Saúde, além de esclarecimentos sobre possíveis dúvidas dos interlocutores, caso em que a pesquisadora estava disponível para responder.

Há, entretanto, riscos típicos dos ambientes virtuais, meios eletrônicos ou

atividades não presenciais, tendo em vista as limitações das tecnologias disponíveis, e também existem as limitações do pesquisador para assegurar total confidencialidade e potencial risco de violação. Porém, houve todo empenho para garantir os aspectos éticos, o sigilo e a confidencialidade dos dados, os quais foram utilizados apenas para fins acadêmicos, sem quaisquer fins de julgamento ou avaliação dos respondentes.

Não houve custos aos respondentes da pesquisa, pois na instituição há rede de internet (*wi-fi*) e foi disponibilizado laboratório de informática para o preenchimento dos questionários, utilizando-se o período em que os participantes já se encontravam no IFSul.

4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

Nas próximas subseções, serão apresentadas as análises dos dados produzidos na pesquisa e buscar-se-á esquadrihar os resultados e as discussões a respeito dos mesmos, seguindo primeiro para a análise dos documentos institucionais que tratam dos estágios supervisionados no IFSul. Após, serão apresentadas as análises das entrevistas com os servidores envolvidos com os estágios supervisionados no IFSul - Câmpus Camaquã e, por fim, os dados dos questionários aplicados aos estudantes dos quartos anos do EMIEP, do IFSul - Câmpus Camaquã.

Os questionários e as entrevistas realizadas buscaram mapear as ações desenvolvidas no Setor de Estágios, além de identificar os sentidos atribuídos aos estágios supervisionados pelos servidores envolvidos com tais atividades e pelos estudantes dos quartos anos do EMIEP. Os dados produzidos confirmaram alguns pressupostos e apresentaram novas perspectivas a respeito do produto educacional a ser elaborado.

Os resultados serão demonstrados em quadros e tabelas, além de gráficos ilustrativos. As entrevistas realizadas com os servidores foram transcritas e serão apresentados alguns excertos considerados mais significativos, sendo grifados alguns termos para demonstração das ideias e dos sentidos principais das respostas. Quanto ao questionário aplicado aos estudantes, a maioria das questões eram discursivas e os resultados constarão também em quadros, tabelas ou gráficos (para as questões de múltipla escolha), utilizando-se números absolutos e percentuais, relatando e marcando alguns excertos, a fim de evidenciar os sentidos percebidos nas respostas.

Os respondentes não serão identificados nominalmente, para isso, serão utilizados códigos correspondentes ao segmento (letra) e à ordem de resposta (número) nas tabelas de apuração dos resultados. Dessa forma, serão identificados pelas letras correspondentes: Servidores (S) e Estudantes (E) seguidos pelo número de ordem. No caso dos servidores, a letra S virá seguida dos números de 2 a 5; no caso dos estudantes, a letra E será acompanhada dos números 2 a 57.

Por conseguinte, cada seção a seguir abordará a apresentação e as discussões dos resultados obtidos nesta pesquisa, iniciando pelo estudo documental

relativo aos estágios supervisionados nesta instituição de ensino de maneira geral e nos cursos de EMIEP do câmpus Camaquã, efetuando uma revisão nos regulamentos e PPCs. Após, na seção 4.2, serão apresentados os resultados das entrevistas com os servidores, quando foram evidenciadas as categorias: sentidos atribuídos aos estágios supervisionados no EMIEP (servidores); mapeamento da situação dos estágios supervisionados na ótica dos servidores; relação entre permanência na instituição e/ou engajamento nos estudos mediante necessidade de trabalhar; articulação entre escola e mundo do trabalho. Por fim, na seção 4.3, estão os questionários respondidos pelos estudantes em que as categorias reveladas foram: sentidos atribuídos aos estágios supervisionados no EMIEP (estudantes); principais desafios profissionais e pessoais enfrentados durante a realização dos estágios; avaliações quanto às potencialidades dos estágios supervisionados e possíveis melhorias desse serviço no IFSul Câmpus Camaquã.

4.1 Estágios supervisionados no IFSul

A revisão dos documentos institucionais oportunizou verificar que a articulação da instituição com o mundo do trabalho tem relevância no que concerne à Política de Extensão do IFSul (2018). Verifica-se no no Art. 4º, com relação aos seus objetivos, que a instituição deverá promover o:

[...] desenvolvimento de atividades extensionistas [...] em articulação com o mundo do trabalho e segmentos sociais; [...] estimular e apoiar processos educativos que levem à inovação social, à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão [...] (IFSUL, 2018a, p. 5).

Corroborar-se essa afirmação no capítulo das “Políticas para a Extensão na Dimensão do Trabalho” do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (IFSUL, 2022e, p. 77), o qual destaca que:

[...] os projetos pedagógicos, na medida em que visam à formação humana integral, **devem levar em conta a preparação do educando para a inserção profissional cidadã, o que amplia a relação instituição-sociedade para além do mercado de trabalho e em direção ao mundo do trabalho.** O estágio, quando visto pela ótica da extensão, deve, então, levar em conta que a educação não é produtora de um saber pronto e acabado, normalmente ditado pelo mercado de trabalho: **a prática do estágio deve trocar saberes com o mundo do trabalho** renovando o ensino e a pesquisa (IFSUL, 2022e, p. 77, grifos nossos).

Dessa forma, identifica-se, no trecho anterior, o que é mencionado por Frizzo,

Ribas e Ferreira (2013) no tocante à educação, entendida como algo passível de transpor o ambiente escolar com o objetivo não só de preparar o estudante para o trabalho, mas também para a superação da lógica do capital.

No que diz respeito ao trabalho, o PDI aborda ainda que “[...] a educação brasileira deve vincular-se à profissionalização e à prática social, o trabalho é um tema de importância na Extensão, constituindo-se como princípio educativo nas ações do IFSul” (IFSUL, 2022e, p. 76). Depreende-se, nos propósitos estabelecidos na Política de Extensão do IFSul, que é preconizada a articulação com o mundo do trabalho e a busca da formação humana na perspectiva do “[...] desenvolvimento socioeconômico sustentável, local e regional” (IFSUL, 2018a, p. 5). No Capítulo III, a Política de Extensão contempla Estágio e Emprego e, no Art. 16, essas atividades são compreendidas como “[...] prospecção e [...] divulgação de oportunidades do mundo do trabalho para os estudantes e egressos do IFSul, bem como a efetivação da parceria interinstitucional” (IFSUL, 2018a, p. 10). A “dimensão Estágio e Emprego”, nesse documento, envolve ainda:

- I. o diagnóstico de demandas de estágio obrigatório decorrentes dos cursos ofertados pelos campi do IFSul;
- II. a prospecção de oportunidades para o atendimento da necessidade institucional na realização de estágios obrigatórios;
- III. o estabelecimento de parcerias interinstitucionais, por meio de convênios documentos congêneres, entre o IFSul e instituições públicas, privadas e organizações sociais; e,
- IV. a divulgação de oportunidades de estágio e emprego (IFSUL, 2018a, p. 10-11).

No âmbito do IFSul - Câmpus Camaquã, não há um regulamento próprio para os estágios supervisionados, exceto os PPCs. Nesses, há uma seção específica que discorre a respeito da obrigatoriedade ou não e do cumprimento de horas de estágio para integralização do curso. O PPC trata também sobre a possibilidade de estágio não obrigatório e, em seu anexo, ou no corpo do documento, apresenta um Regulamento de Estágios do curso.

Durante o curso desta pesquisa, ocorreu uma alteração no Regulamento dos Estágios na instituição, visto que o Regulamento de Estágios antigo — aprovado pela Resolução nº 80 (IFSUL, 2014), de 04 de novembro de 2014, do Conselho Superior do IFSul —, se apresentava, em geral, consonante com a Lei nº 11.788 (Brasil, 2008a), principalmente quanto à natureza e às finalidades dos estágios, mas abarcava algumas especificidades, tais como o funcionamento dos Estágios Internacionais e

Estágios nos Cursos Técnicos Binacionais — modalidade essa presente nos câmpus do IFSul Jaguarão e Santana do Livramento, ambos em parceria com o Conselho de Educação Técnico Profissional – Universidade do Trabalho do Uruguai (CETP-UTU). Especificava com detalhes o funcionamento dos estágios obrigatórios (ou curriculares) dos cursos e as devidas competências: da pró-reitoria de extensão; do responsável pelos estágios no câmpus; do coordenador de curso; do orientador; da banca examinadora; do concedente; do supervisor do estágio e do estagiário. Destaca-se, por fim, o Art. 30, que mencionava o que a instituição esperava em termos de aprendizado por parte dos estudantes em situação de estágio:

Art. 30 As atividades realizadas pelo estagiário na instituição concedente deverão proporcionar aprendizado em competências específicas dos cursos. Parágrafo único - Aos estudantes de cursos técnicos na forma integrada é facultado o estágio não obrigatório em atividades não relacionadas ao curso, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o mundo do trabalho (IFSUL, 2014, p. 8).

Já o novo regulamento (IFSUL, 2023), aprovado pela Resolução do Conselho Superior do IFSul (CONSUP/IFSUL) Nº 256, de 4 de abril de 2023, é consideravelmente mais completo e abrangente do que o anterior, visto que engloba conceitos importantes em consonância aos objetivos institucionais observados até então neste estudo. A exemplo, pode-se citar o Art. 1º, § 3º, o qual destaca que deve existir convergência entre as atividades de estágio e os conhecimentos advindos da formação oferecida na instituição, de modo a ampliar os conhecimentos, o alinhamento com o perfil do egresso previsto nos PPCs e a “[...] interlocução da instituição de ensino com os ambientes de trabalho [...]” (IFSUL, 2023, p. 1). Indica, no § 4º, que o estágio necessita promover a relação entre teoria e prática, “[...] objetivando o desenvolvimento da/o estudante para a vida cidadã, contemplando estratégias para a gestão da integração entre o ensino e o mundo do trabalho” (IFSUL, 2023, p. 1). Outrossim, foi incluída no documento a relação entre os estágios supervisionados e a concepção de trabalho como princípio educativo, conforme o Art. 2º:

A formação profissional da/o estagiária/o referida neste regulamento perpassa a concepção de trabalho como princípio educativo adotada pela instituição de ensino, durante o processo de ensino e de aprendizagem em que as atividades de estágio possibilitam à/ao estagiária/o vivências que colaboram na descoberta de suas múltiplas potencialidades (IFSUL, 2023, p. 1).

Foram acrescentados capítulos fundamentais para uma melhor evidência dos conceitos e termos que envolvem os estágios supervisionados, além dos processos, documentos e partícipes na formalização dos estágios. Foram especificadas e aprofundadas as descrições das competências e responsabilidades de cada Pró-reitoria, Coordenação, Setor ou servidor dos câmpus (unidades administrativas), dos orientadores e das unidades concedentes com seus supervisores, além dos direitos e deveres dos estagiários. Destaca-se que o regulamento trata também dos estágios internacionais e dos estagiários com necessidades especiais. Por fim, foi incluída a possibilidade de realização de um estágio obrigatório e um não obrigatório em concomitância, observando-se a carga horária máxima de seis horas diárias e 30 semanais (IFSUL, 2023). Tal inclusão é pertinente, tendo em vista o evidenciado neste estudo e na pesquisa realizada a respeito da necessidade de recebimento da bolsa-auxílio para que o estudante possa manter-se financeiramente enquanto estuda. Necessidade essa que se distingue da assistência estudantil, já que nem todos os estudantes recebem os auxílios devido à escassez de recursos financeiros para tal fim.

Os PPCs dos cursos de EMIEP do Câmpus Camaquã englobam os regulamentos de estágio, conforme segue:

- a) Curso Técnico em Automação Industrial: o PPC desse curso foi reformulado em 2021 e, a respeito dos estágios obrigatórios, caracteriza como “atividade integradora do processo de ensino e aprendizagem, constituindo-se como interface entre a vida escolar e a vida profissional dos estudantes” (IFSul, 2021, p. 15). Descreve o estágio obrigatório como “ato acadêmico intencionalmente planejado” (IFSul, 2021, p. 15) com foco em uma “reflexão propositiva e reconstrutiva” (IFSul, 2021, p. 15) acerca dos diversos saberes. Observa-se a intenção do estágio como desenvolvimento das competências e habilidades exigidas do egresso do curso, tais como: “aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações da prática profissional, vivenciar o cotidiano profissional e oportunizar uma relação interpessoal no âmbito profissional” (IFSul, 2021, p. 15-16). No caso do estágio obrigatório, a regulamentação está atrelada ao Anexo I do PPC, que especifica minuciosamente as incumbências de cada parte envolvida, em consonância com o Regulamento de Estágio do IFSul, sendo que esse último regerá também os estágios não obrigatórios. O PPC prevê a possibilidade de realização do estágio não obrigatório, que deverá

ser orientado por professor do curso, quando autorizado pela coordenação, que analisa previamente as atividades a serem desempenhadas e “[...] a pertinência para a formação do educando e se o educando já cumpriu as disciplinas que são pré-requisitos para a atribuição que irá desempenhar no estágio” (IFSul, 2021, p. 16).

- b) Curso Técnico em Controle Ambiental: a última atualização do PPC foi no ano de 2019 e, nessa ocasião, foi retirada a obrigatoriedade de realização de estágio para a sua conclusão. A justificativa para tal foi a busca pela indissociabilidade entre teoria e prática, “privilegiando metodologias problematizadoras” (IFSul, 2019, p. 19), dando ênfase às atividades de laboratório e “[...] reforçando, ao longo das vivências curriculares, a articulação entre os fundamentos teórico-conceituais e as vivências profissionais” (IFSul, 2019, p. 19). O curso destaca o trabalho como princípio educativo na sua proposta formativa e assume “o compromisso com a dimensão da prática profissional intrínseca às abordagens conceituais, atribuindo-lhe o caráter de transversalidade” (IFSul, 2019, p. 19). Essa articulação entre a teoria e a vivência real das atividades será concretizada por aulas nos laboratórios, estudos de caso, visitas técnicas, entre outros. O estágio supervisionado está previsto no PPC de forma não obrigatória e essa modalidade será regida pelo Regulamento de Estágio do IFSul.
- c) Curso Técnico em Informática: a última atualização do PPC desse curso foi em 2018 e registra-se como obrigatória para conclusão do curso a realização de estágio supervisionado. A norma que rege os estágios curriculares está desatualizada no PPC, pois remete ao Regulamento de Estágio aprovado pelo Conselho Superior em 15/06/2010, Resolução nº 15/2010 datada de 16/06/2010, que é anterior à nº 80/2014 e à Resolução nº 256 de 4 de abril de 2023, que aprovou o novo Regulamento de Estágio (IFSUL, 2023), embora, na prática, sejam obedecidos o Regulamento e a Lei nº 11.788 (Brasil, 2008a). Além do fato mencionado, o PPC não reporta a importância dos estágios na formação do estudante, referindo-se apenas às questões mais protocolares e burocráticas, tais como carga horária do estágio obrigatório e encaminhamento do relatório final de estágios.

Buscou-se, nas entrevistas realizadas com os coordenadores de curso, estabelecer se há congruência entre o perfil de egresso previsto nos PPCs e a

realização dos estágios supervisionados, conforme será apresentado na próxima seção. Porém, as análises empreendidas nos documentos oficiais do IFSul permitiram observar a relevância dada pela instituição para a inserção dos estudantes no mundo do trabalho e a tarefa significativa do estágio supervisionado no processo de ensino e para a formação humana no EMIEP. Pode, em vista disso, ser estratégico para o alcance das metas angariadas nos documentos de planejamento da instituição, consoante ao PDI (IFSUL, 2022e), buscar qualificar o acesso dos estudantes às informações e aos regulamentos dos estágios supervisionados.

No PDI, com relação aos seus objetivos estratégicos, corrobora-se a necessidade de “[...] ampliar o envolvimento do IFSul com a sua comunidade de abrangência” (IFSUL, 2022e, p. 54). Ainda, marca a necessidade de: “[...] promover a pesquisa e a extensão como princípio pedagógico, articulando ensino com as demandas da sociedade” (IFSUL, 2022e, p. 54). Destaca-se, sobretudo, a sua descrição:

Fortalecer o tripé ensino, pesquisa e extensão, de maneira que essa articulação esteja presente na formação integral estudantil, assegurando que ações de pesquisa, empreendedorismo, inovação e extensão sejam parte efetiva dos projetos pedagógicos de curso, e que seja voltada ao atendimento das demandas das comunidades de abrangência e da sociedade em geral, desenvolvendo condições favoráveis à **inserção socioprofissional de estudantes** e de egressas e egressos (IFSUL, 2022e, p. 54, grifos nossos).

Por fim, percebe-se a falta de um mecanismo que facilite a concretização desses objetivos institucionais, assim como uma orientação uniforme e prática, que traduza os princípios da instituição quanto aos estágios e oriente os estudantes, facilitando a articulação com o mundo do trabalho.

4.2 Resultados das análises das entrevistas direcionadas aos servidores envolvidos com os estágios supervisionados no IFSul Câmpus Camaquã (coordenadores dos cursos de EMIEP e Coordenadora de Extensão)

As entrevistas com os servidores oportunizaram um ambiente para elaborarem suas percepções relativas aos estágios supervisionados nos seus cursos e na instituição como um todo, refletindo diferentes sentidos sobre o assunto.

A subseção está dividida em acordo com a estruturação da entrevista e agrupada nas categorias:

- a) sentidos atribuídos aos estágios supervisionados no EMIEP (servidores);
- b) mapeamento da situação dos estágios supervisionados na ótica dos servidores;
- c) relação entre permanência na instituição e/ou engajamento nos estudos mediante necessidade de trabalhar;
- d) articulação entre escola e mundo do trabalho.

4.2.1 Sentidos atribuídos aos estágios supervisionados no EMIEP (servidores)

Na categoria Sentidos atribuídos aos estágios supervisionados no EMIEP (servidores), os servidores foram estimulados a informar:

- a) entendimentos e/ou significados atribuídos aos estágios supervisionados;
- b) sentidos atribuídos à articulação entre estágio supervisionado e o mundo do trabalho;
- c) sentidos atribuídos à relação entre estágio supervisionado e o perfil do egresso;
- d) repercussão do estágio supervisionado na formação integral do estudante.

A primeira pergunta da entrevista era voltada para a busca do entendimento ou dos significados atribuídos aos estágios. Na Tabela 1, constam os excertos das entrevistas que demonstram a ideia principal sobre o tema descritas pelos respondentes.

Tabela 1 - Entendimentos e/ou significados atribuídos aos estágios supervisionados

Qual(is) o(s) entendimento(s) e/ou significado(s) atribuí para os estágios supervisionados (de forma geral)?	
	Excertos
S2	<i>“[...] interligar os diferentes conhecimentos que a gente vê ao longo do curso e como eles se integram na indústria. Unir teoria e prática”.</i>
S3	<i>“A maior relevância é a experiência profissional, a entrada para o mundo de trabalho, quando eles têm essa oportunidade de vivenciar principalmente no setor que eles vão continuar [...]”.</i>
S4	<i>“[...] é a relação que o estudante vai ter com o mundo do trabalho então ele aprende, né, aqui na escola algumas técnicas [...] e aí eles vão, vamos dizer assim, testar esses conteúdos que eles aprenderam aqui no mundo do trabalho, nas empresas [...]”.</i>
S5	<i>“[...] eles tiveram que procurar um conhecimento a mais para complementar o estudo deles então, que é o objetivo do estágio, não é só consolidar o que eles viram aqui, mas também proporcionar esse contato com coisas novas, é bem importante”.</i>

Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa, 2023 (grifos nossos).

Observa-se que três entrevistados(as) (S2, S4, S5) atribuem o significado como sendo um momento de união entre teoria e prática ou oportunidade para aplicar o que aprenderam na escola e ampliar/produzir conhecimentos. A relação teoria e prática é percebida pelos servidores através dos diálogos dos estagiários com os professores, quando ocorre a busca por informações a respeito do trabalho desenvolvido nas empresas concedentes. Os servidores relatam também que ocorre troca de saberes entre empresas e escola, que podem inferir até em mudanças nos cursos, assim como nas atividades da concedente. O servidor S3 relaciona os estágios ao período de experiência profissional e em que os estudantes experimentarão o trabalho na sua área. Os entendimentos dos servidores vêm ao encontro de Barreiro (2006), o qual define os estágios supervisionados como uma oportunidade primordial para os estudantes refletirem sobre o que aprenderam em teoria, face ao trabalho prático. Cabe considerar ainda que a produção do conhecimento deve ocorrer de modo combinado entre teoria e prática, sendo que essa última deve resultar da aplicação da primeira (Vieira *et al.*, 2021). Os estágios oportunizam tanto o aprofundamento técnico quanto teórico do que foi visto na escola (Vieira *et al.*, 2021).

O Regulamento de Estágios do IFSul (IFSUL, 2023) prevê também a relação entre teoria e prática como meio para o desenvolvimento da cidadania nos jovens e de integração entre o ensino e o mundo do trabalho. Percebe-se, assim, o que foi respondido pelos servidores do câmpus em estreita ligação com os documentos institucionais e referenciais estudados.

Nas tabelas 2, 3 e 4, encontram-se os trechos extraídos das respostas à questão que indagava: “Na sua opinião, quais os sentidos mais relevantes do estágio supervisionado no EMIEP?”. Esse questionamento foi desmembrado em três partes para maior detalhamento e discussão das respostas, buscando saber sobre: os estágios supervisionados e a articulação com o mundo do trabalho; a relação com o perfil do egresso e a formação integral do estudante.

Tabela 2 - Sentidos atribuídos à articulação entre estágio supervisionado e o mundo do trabalho

Quando menciono a “articulação entre estágio supervisionado e o mundo do trabalho”, que sentido você dá, ou como compreende esse processo?	
	Excertos
S2	“[...] ter entendimento: o que o mercado tá esperando deles e o que a gente tem um retorno

Quando menciono a “articulação entre estágio supervisionado e o mundo do trabalho”, que sentido você dá, ou como compreende esse processo?	
	Excertos
	<i>deles do que a gente pode melhorar no curso em função daquilo que eles estão vivendo lá”.</i>
S3	<i>“a articulação começa ali né eles deixando de ver aquilo só na teoria, eles começarem a ver na prática [...]”.</i>
S4	<i>“[...] Articulação é a instituição de ensino entrar em contato com as empresas [...] para procurar né a empresa que os estudantes possam estagiar então essa articulação ela é importante para que a instituição seja visada pelas empresas e a gente consiga ser enxergado pelas e as empresas consigam enxergar aqui, né, os potenciais que os nossos estudantes têm de trabalhar nessas empresas porque muitas empresas não sabem os cursos que nós temos aqui, não sabem o que que a gente oferece aqui. [...] quando a gente faz visita técnica a empresa consegue... A gente consegue criar vamos dizer assim, um diálogo também, a gente consegue criar esse contato, esse vínculo com a empresa, né, articular é relacionar. [...] é tu pegar o que tu aprendeu aqui e aplicar esse conhecimento lá, né, então pra articular eu tenho que fazer essa relação, né, e a partir dessa relação também criar talvez criar algo novo.[...] não deixa de ser uma articulação eles estão fazendo com um conhecimento que eles têm, né, e eles estão mudando aquela realidade, aquela realidade lá também tá mudando a realidade da Comunidade, porque talvez a empresa esteja poluindo fazendo alguma coisa errada e eles melhoram o processo [...]”</i>
S5	<i>“[...] essa questão do estágio de articular é literalmente botar eles com pé numa realidade, então é trazer o que é o mundo do trabalho. [...] eles não têm essa vivência, então quando eles entram no estágio e que eles têm que ter a hora certa, tem que ter compromisso, tem que ter cuidado com as coisas que eles estão fazendo. Com isso espera-se também que traga um amadurecimento para eles então uma responsabilidade maior sobre as atividades”.</i>

Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa, 2023 (grifos nossos).

O termo “articulação” foi escolhido para este estudo por seu significado de conexão entre várias partes, dessa forma, atrelando escola, estudantes e mundo do trabalho. O Dicionário Online de Português (DICIO) (2023, n.p.)³⁷ apresenta, dentre outros, dois sentidos para articulação, que interseccionam a utilização do termo neste trabalho: o de “ação ou efeito de articular, de unir pelas articulações, pelas juntas”; e “adequação entre partes; inter-relação”. O Dicionário Aurélio (Ferreira, 2010, p. 68) assenta que articulação é o “ato ou efeito de articular” e que articular significa “unir, juntar”. Desse modo, a questão foi respondida em acordo com o entendimento do termo, mas observa-se que, para os respondentes S3 e S5, a articulação se refere ao entrosamento entre teoria e prática e vivência do mundo do trabalho. Já S2 e S4 indicam um sentido de troca de conhecimentos, diálogo e relacionamento entre

³⁷ A definição dada pelo Dicionário Online de Português (DICIO) está disponível em: <https://www.dicio.com.br/articulacao/>. Acesso em: 19 dez. 2023.

instituições mediados pelos estagiários, sendo que tais trocas inferem em mudanças nos cursos, assim como nas empresas e, por consequência, na comunidade. A AMS permite observar ainda que o sentido de mundo do trabalho atribuído aqui pelos servidores, tem maior aproximação de mercado de trabalho, na ótica capitalista.

Em acordo com o PDI (IFSUL, 2022e), a instituição deve articular-se com a sociedade e suas demandas e desenvolver contextos que facilitem a inserção profissional dos seus discentes, articulando a pesquisa, a extensão e o ensino. Dentre os objetivos dos IFs elencados por Pacheco (2020), o ensino, a pesquisa e a extensão precisam se articular com a realidade socioeconômica do local onde estão localizados: “O território é o ponto de partida e de chegada” (Pacheco, 2020, p. 7). O autor (Pacheco, 2020, p. 8) destaca que essas instituições se opõem à “cultura isolacionista e individualista, muito forte na universidade clássica”. Assim, depreende-se que os discursos dos entrevistados transparecem uma concordância com a necessidade de articulação com a sociedade e que, dessa forma, se pode transformar os cursos, as empresas, as comunidades e os próprios estudantes pelo seu amadurecimento pessoal.

Na Tabela 3, constam excertos das respostas à questão que propunha conhecer quais sentidos os servidores percebiam com relação aos estágios supervisionados e sua conexão com o perfil do egresso previsto nos PPCs.

Tabela 3 - Sentidos atribuídos à relação entre estágio supervisionado e o perfil do egresso

Que sentido dá à relação entre estágio supervisionado e o perfil do egresso previsto no PPC do curso que você coordena (coordenadores de curso)?	
	Excertos
S2	<i>“Considerando que a automação tem um perfil bem amplo, um leque bem abrangente de linhas que o estudante pode seguir, acho que o estágio pode ajudar nisso. Ele pode concluir que não é determinada linha que quer seguir”.</i>
S3	<i>“O pessoal não costuma seguir muito na carreira do curso, eu acho que talvez com o estágio se eles fizessem o estágio não obrigatório numa empresa legal e eles vissem, né, certinho onde eles poderiam aplicar os conhecimentos que eles têm nos cursos, né, acho que talvez a cabeça deles mudaria para eles continuarem na na área”.</i>
S4	<i>“[...] nossos egressos, a maioria deles vão fazer faculdade, vão pra outra cidade, vão tipo verticalizar o conhecimento e acabam não ficando como técnico, [...] o estágio é importante, sem dúvida o estágio sempre é aquele contato do estudante, falando da palavra articulação, né, articulação que o estudante vai ter com o conhecimento que eles aprenderam aqui na instituição com o mundo do trabalho. [...] hoje a gente tá tendo um perfil também de estudante que eles estão pegando escritórios, estão pegando coisas que não estão relacionadas com a área dele pela questão financeira [...]”.</i>
S5	<i>“[...] na nossa região que tem muito a ver com esses dois eixos que a gente pretende</i>

Que sentido dá à relação entre estágio supervisionado e o perfil do egresso previsto no PPC do curso que você coordena (coordenadores de curso)?

	Excertos
	<p><i>formar os nossos alunos, né, que é essa parte da programação que hoje claro ela tá em todos os lugares [...] e na área da manutenção. [...] quando a gente fala do estágio não obrigatório ele não necessariamente é na área técnica, então de novo ele tem mais aquela questão mais da remuneração e muito mais da questão do amadurecimento do aluno”.</i></p>

Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa, 2023 (grifos nossos).

Sob a ótica da permanência na mesma linha de estudos, os servidores concordam que os estágios nem sempre são na área do curso (os estágios supervisionados não obrigatórios) e que os egressos frequentemente não seguem a carreira técnica. Vê-se, no referencial teórico, que uma premissa dos IFs é possibilitar o poder de escolha, isto é, quebrar o paradigma de que a formação técnica tenha um fim em si mesma. Deve, então, permitir tanto a continuidade dos estudos quanto o encaminhamento para o mundo do trabalho (Pacheco, 2010). No entanto, os respondentes S2 e S3 acreditam na validade dos estágios para os estudantes tomarem decisão sobre qual ramo dentro do curso seguir ou definirem sobre se manter trabalhando na área. S4 e S5 ressaltam sobre a articulação dos conhecimentos técnicos e o mundo do trabalho, assim como o ganho financeiro e o amadurecimento do estudante que realiza estágio.

As respostas, em seu sentido geral, apresentam alguma conformidade com os PPCs. Conforme observa-se nesse documento, do Técnico em Controle Ambiental (IFSUL, 2019) é previsto para os estudantes o desenvolvimento humano, a preparação para a cidadania e o mundo do trabalho:

[...] Como um curso integrado ao nível médio, a formação também habilita os concluintes para o prosseguimento dos estudos em nível superior propiciando, ao egresso, condições para: conhecer e compreender a sociedade, sua origem, suas transformações, os fatores intervenientes e seu papel como agente social; conhecer e utilizar as formas de linguagens, a fim de estabelecer relação com o contexto socioeconômico e histórico-cultural; [...]. (IFSUL, 2019, p. 14-15).

Dentre as competências profissionais destacadas para os egressos no PPC do Curso Técnico em Informática (IFSUL, 2018b, p. 5), espera-se que eles possam “[...] posicionar-se criticamente e, por meio da produção do conhecimento, intervir na realidade em busca de sua transformação”. Já o Curso Técnico em Automação Industrial prevê “[...] o pleno desenvolvimento humano, preparando o aluno para

exercício da cidadania, capacitando-o para o exercício pleno de seus direitos e para a inserção qualificada no mundo do trabalho” (IFSUL, 2021, p. 10). Vê-se nos três cursos de EMIEP, do IFSul Câmpus Camaquã, que buscam proporcionar uma formação humana integral, independentemente da área de trabalho escolhida pelos estudantes.

Em confronto com os documentos e o referencial teórico, percebe-se um pouco destoante a preocupação dos coordenadores com o prosseguimento e as experiências dos estudantes nas áreas dos cursos, ainda que todos valorizem as vivências dos estágios. A Tabela 4 exhibe trechos das respostas a respeito do impacto dos estágios supervisionados na formação humana integral dos estudantes e completa a seção das entrevistas que trata dos sentidos atribuídos aos estágios.

Tabela 4 - Repercussão do estágio supervisionado na formação humana integral do estudante

No seu entendimento, qual a repercussão do estágio supervisionado na formação humana integral do estudante?	
	Excertos
S2	<i>“[...] eles vão para um mercado de trabalho em uma empresa onde, teoricamente, eles podem não conhecer ninguém e eles têm que ter um entendimento que trabalhar em equipe hoje é fundamental. [...], dentro daquela organização ou empresa todos os colaboradores têm que executar o melhor papel para empresa. Poder desenvolver eles como pessoas, é mais nesse sentido, de crescerem”.</i>
S3	<i>“[...] uma perspectiva deles terem essa formação completa, né, que é isso que a formação integral visa, né, deles verem as coisas de vários prismas. [...] vivenciarem, né, já o mundo de trabalho e o mercado de trabalho que também eles vão estar inseridos, eles verem essa diferenciação, deles sentirem, né, o que que eles têm direito, mas os deveres que eles têm também e as relações de trabalho. [...]”.</i>
S4	<i>“[...] ver como é que as pessoas se comportam, né, como é que é feito os encaminhamentos dos processos, então um ambiente já é um ambiente de aprendizagem dentro da empresa ele tá vendo como é seguir os protocolos de relacionamento. [...] A formação humana vai te proporcionar o entendimento dessas relações lá, por isso que eles têm Sociologia, que eles enxergam essas relações de poder, eles têm Filosofia. [...] na empresa também é importante eles enxergarem como a empresa enxerga o racismo, como é que a empresa enxerga a questão de gênero e isso é importante também visualizar isso no ambiente de trabalho”.</i>
S5	<i>“É um mundo totalmente diferente, a única parte que é igual [...] é o conteúdo que eles viram aqui, [...] então para a gente tá falando de formação integral se eles não tiverem contato com o mundo do trabalho e saírem direto para universidade ou direto para o emprego eles vão ter várias surpresas. Então essa ideia de do estágio também tem essa questão, né, da formação integral do aluno [...] se ele não tiver feito [...] aí ficam sem a formação técnica no final das contas e aí fica lá entre aspas, né, que a escola não cumpriu sua missão no final das contas de formação integrada, formou um pedaço, digamos assim”.</i>

Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa, 2023 (grifos nossos).

As respostas podem ser divididas em dois grupos, sendo o primeiro dos respondentes S3 e S4, no qual os sentidos apontados estão em consonância com os documentos institucionais, também com Saviani e Duarte (2010) em relação à formação humana integral. O PDI (IFSUL, 2022e) discorre que, na medida em que a formação humana integral é almejada pela instituição, deve-se preparar o educando para o ingresso na vida profissional, ampliando a relação instituição-sociedade, com vistas a superar o mercado de trabalho, indo ao encontro do mundo do trabalho. Já Saviani e Duarte (2010, p. 423) indicam haver “educação” enquanto “comunicação entre pessoas livres”, com níveis diferentes de maturidade, proporcionando uma evolução humana, tanto de quem educa quanto de quem é educado. Por conseguinte, a formação humana “[...] coincide, nessa acepção, com o processo de promoção humana levado a efeito pela educação” (Saviani; Duarte, 2010, p. 423). Ainda, o servidor S4, em sua resposta, está em conformidade com Saviani e Duarte (2010, p. 432), quando os autores alertam para o processo de formação humana como um incessante “[...] movimento de apropriação das objetivações humanas produzidas ao longo da história”. E que: “[...] a filosofia estará concorrendo, na educação, para, a partir das relações alienadas, abolir os entraves que a forma social capitalista vem impondo ao desenvolvimento plenamente livre e universal do ser humano e de sua formação” (Saviani; Duarte, 2010, p. 432).

O segundo grupo, servidores S2 e S5, desenvolvem relatos em acordo com a noção de formação integrada, mas o sentido de formação humana integral ficou apenas subentendido, quando, por exemplo, S2 menciona “desenvolver eles como pessoas”. Nesse sentido, não ficou claro o aspecto que deve ser desenvolvido, mas a AMS das respostas leva ao entendimento de que os estudantes devem ser preparados para o que o “mercado” espera deles. As respostas também proporcionam um entendimento de que os estudantes são conduzidos ao “mercado de trabalho”, supondo uma lógica mais mercadológica para as experiências de estágio. Castaman e Rodrigues (2020a, p. 135) salientam que “[...] parece haver dissintonia entre o que os IF concebem por Currículo Integrado e o entendimento mais recorrente de quem faz a gestão desses processos [...]”, dos professores e das expectativas dos discentes. Entende-se, como já visto neste estudo, que em relação à formação humana integral, não se trata apenas de desenvolver habilidades para instrumentalizar os estudantes e inseri-los no universo do trabalho mas sim dar-lhes oportunidade de ampla e irrestrita reflexão sobre o significado disso (Castaman;

Rodrigues, 2020a).

4.2.2 Mapeamento da situação dos estágios supervisionados na ótica dos servidores

Esta subseção analisa e discute as respostas dos servidores em vista das ações relativas aos estágios no *lócus* da pesquisa. Para tal, as entrevistas foram conduzidas pela seguinte pergunta: “Como você avalia a participação dos estudantes do IFSul Câmpus Camaquã em estágios supervisionados?”. Foi sugerido que contemplassem os seguintes aspectos:

- a) número de estudantes que estagiam;
- b) relação teoria e prática;
- c) remuneração;
- d) formação humana integral.

A Tabela 5 demonstra as respostas relativas ao número de estudantes que realizavam estágio. Ao longo de todas as entrevistas, foi solicitado que os servidores considerassem os estágios obrigatórios e os não obrigatórios.

Tabela 5 - Número de estudantes que estagiam

Como você avalia a participação dos estudantes do IFSul Câmpus Camaquã em estágios supervisionados, quanto ao número de estudantes que estagiam?	
	Excertos
S2	<i>“Com relação ao estágios não obrigatórios são poucos, em função do pelo perfil do nosso estudante às vezes mora no interior [...] já no obrigatório, tem uma participação grande, bem elevado acho que nos últimos três anos, aí são poucos estudantes que não fizeram o estágio e não concluíram o curso efetivamente. Muito por falta de oportunidade na cidade, é uma área bem específica, por isso abrimos dentro do curso algumas vagas de estágio”.</i>
S3	<i>“Número a gente tem até um número bem significativo de alunos estagiando, né, fazendo não obrigatório [...] a grande maioria não tá na sua área direta”.</i>
S4	<i>“Tem bastante gente estagiando [...], tem bastante gente sempre recebo assim só que aí a relação não é com o curso é com relação financeira”.</i>
S5	<i>“Têm acontecido bastante, especialmente esse ano porque a gente tem aquela possibilidade de redução da carga de estágio com quem já fez estágio não obrigatório e vários alunos pediram essa redução, ou seja, entre eles estão querendo diminuir o tempo deles de estágio, então como é obrigatório o número é todos os alunos que estão se formando”.</i>

Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa, 2023 (grifos nossos).

As considerações dos servidores apontam para um número que eles

consideram “significativo” de estudantes realizando estágio não obrigatório e que não trabalham em áreas relacionadas aos seus cursos. O servidor S2 salienta que há um número importante de discentes realizando o estágio obrigatório. S5 relata que os alunos que estão se formando têm a possibilidade de reduzir horas do obrigatório mediante comprovação de horas estagiadas como não obrigatório e que, assim, a totalidade dos formandos realizam estágio.

No Regulamento de Estágios (IFSUL, 2023), no Art. 29, consta, no caso dos estágios obrigatórios, a compulsoriedade da relação dos mesmos com as áreas dos cursos. Já o Art. 23, que dispõe sobre o não obrigatório, cita que as atividades devem ser de preferência na área do curso. Dessa forma, depreende-se que as atividades de estágio no Câmpus Camaquã do IFSul estão, de certa forma, em acordo com o documento, mas que poderia ser realizado um trabalho para aumentar a relação dessas com as áreas relativas aos cursos.

Ainda buscou-se aprofundar sobre a percepção dos servidores quanto à relação entre teoria e prática feita pelos estudantes que estagiam, cujos principais trechos encontram-se na Tabela 6.

Tabela 6 - Relação teoria e prática

Como você avalia a participação dos estudantes do IFSul Câmpus Camaquã em estágios supervisionados, quanto à relação entre teoria e prática?	
	Excertos
S2	<i>“[...] tem retorno da relação teoria e prática sim, né, todos que realizam, no próprio relatório sempre aparece: ‘ah trabalhei em tal no ponto específico da empresa que foi visto em tal aula lá que foi de fundamental importância’ ou ‘em tal [...] aula poderia ter sido visto algo mais focado’, isso sempre aparece nos relatórios”.</i>
S3	<i>“Não sei até que ponto, né, mas nesse ponto de relações de trabalho seria um adicional pra eles”.</i>
S4	<i>“[...] apenas em uma orientação [...] ela me perguntou como é que faria lá para aplicar lá as iscas e tal e aí a gente fez uma troca né na orientação mas foi só na orientação a fora da orientação os estudantes não têm me procurado assim para tirar dúvidas [...]”.</i>
S5	<i>“Tem bastante. Inclusive a gente ainda tá, né, com algumas turmas do fenômeno da pandemia, né, que eles tiveram algumas aulas online, eles não tiveram a prática. Então isso é uma coisa boa quem tá fazendo estágio agora tá às vezes vendo pela primeira vez aquela prática, então por isso que é o papel do professor orientador é extremamente importante para dar essa formação que falta para eles, né, o professor orientador tem esse papel de dar essas dicas, né, onde procurar, como fazer as coisas, porque provavelmente alguns deles estão vendo pela primeira vez essa parte [...]”.</i>

Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa, 2023 (grifos nossos).

Os respondentes S2 e S5 apontam para uma evidente inter-relação entre teoria

e prática durante a ocorrência dos estágios, o que vem ao encontro do que é estabelecido na LDBEN (Brasil, 1996), Art. 35, em se tratando do ensino médio e da relevância desse vínculo perante todas as unidades curriculares. Também Kuenzer (2000) afirma que toda educação sempre será educação para o trabalho, tendo-se em vista esse como práxis humana. Corrobora-se, assim, o trabalho como princípio educativo (Gramsci, 1988) e a necessidade de conexão entre os aprendizados oferecidos pela instituição de ensino e os do mundo do trabalho. Concordam ainda com o Regulamento dos Estágios (IFSUL, 2023), quando indica a necessidade de convergência entre a teoria vista na escola e a prática na realização dos estágios.

Já os demais respondentes se dividem entre a importância do desenvolvimento das relações de trabalho e a ausência de pedidos de ajuda por parte dos estudantes. Porém, as declarações não excluem a possibilidade de os estudantes atrelarem os conteúdos estudados e o trabalho realizado nos estágios supervisionados.

Na Tabela 7, estão apresentadas as respostas quanto à remuneração dos estagiários. Cabe salientar que se tratou dos estágios obrigatórios e não obrigatórios de forma conjunta. Posto isso, nos momentos em que aparecem nas respostas que as “empresas não oferecem bolsa”, os servidores referem-se aos estágios obrigatórios apenas, visto que a bolsa-auxílio é imprescindível no caso dos estágios não obrigatórios.

Tabela 7 - Remuneração

Como você avalia a participação dos estudantes do IFSul Câmpus Camaquã em estágios supervisionados, quanto à remuneração?	
	Excertos
S2	<i>“[...] as empresas não oferecem uma bolsa, que infelizmente acontece muito, aí complica, né, pessoal vem de fora para estudar no turno aqui trabalhar no outro, e ainda sem ter uma remuneração, tendo que arcar com custo de alimentação, então complicado, os estágios no if são os específicos para cumprir a carga”.</i>
S3	<i>“[...] o salário tem diferenciações assim depende...grande esmagadora maioria como estagiam na [...] eles ganham pouco e não ganham o vale transporte, né. [...]”.</i>
S4	<i>“[...] Nossos estudantes [...] muitos deles procuram estagiar só que aí a procura tá mais relacionada com a questão financeira, né, e aí não tem relação com que eles estão vendo no curso, a procura deles é por demanda de estagiar para receber uma bolsa [...]”.</i>
S5	<i>“Muitos alunos têm começado cedo, né, o estágio não obrigatório exatamente pela questão financeira, né, entram no primeiro ano e já estão procurando estágio porque mudou de novo aquele perfil pós-pandemia de que eles precisam ter uma renda para complementar até para terminar os estudos deles aqui entretanto eu acho que a maioria das empresas, não sei se são todas, mas a maioria das empresas não dá remuneração quando o estágio é obrigatório [...] então eles têm que fazer então literalmente no final”.</i>

Como você avalia a participação dos estudantes do IFSul Câmpus Camaquã em estágios supervisionados, quanto à remuneração?

	Excertos
	<i>curso, porque o obrigatório só no último ano, né, muitos deles tão trabalhando até um pedaço, param aquele estágio para fazer o outro estágio, [...] as empresas podem pagar, não não existe nenhum impeditivo, ela só não paga porque o estágio é obrigatório</i> ”.

Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa, 2023 (grifos nossos).

Observa-se em todas repostas a necessidade de trabalhar dos estudantes, pois aceitam as condições de, em alguns casos, ganhar pouco e ter suprimido um dos seus direitos garantidos pela legislação (Brasil, 2008a), que é o auxílio-transporte. Alguns buscam estagiar bem cedo, desde o ingresso na instituição. De acordo com S5, o pós-pandemia surge como momento em que os discentes passam a carecer de forma mais intensa de aporte financeiro para se manterem estudando, o que concorda com o observado nos relatórios (IFSUL, 2022b). Na resposta do S2, vê-se que foi oportuna a alteração no Regulamento dos Estágios (IFSUL, 2023) quando passou a permitir a realização dos estágios obrigatórios e não obrigatórios ao mesmo tempo. Tal modificação assente que o discente não perca a bolsa-auxílio (mesmo que talvez seja reduzida, conforme as horas de estágio), enquanto realiza o obrigatório.

A Tabela 8 dispõe as colocações sobre o impacto na formação humana integral especificamente dos estagiários estudantes do IFSul Câmpus Camaquã, diferente do que foi arguido e apresentado na Tabela 4, quando os servidores foram consultados sobre esse entendimento de uma forma ampla.

Tabela 8 - Formação humana integral

Como você avalia a participação dos estudantes do IFSul Câmpus Camaquã em estágios supervisionados, quanto à formação humana integral?	
	Excertos
S2	<i>“[...] Aparece, as questões de relacionamento, as questões de ter que trabalhar num grupo de desconhecidos, as próprias meninas às vezes trazem que querendo ou não é uma área que ainda tem um certo preconceito com o trabalho de mulheres, mas não, foram bem recebidas, trataram com respeito, deram as mesmas orientações”.</i>
S3	<i>“[...] formação humana integral o ganho é nas relações de trabalho e outro prisma que eles têm a oportunidade de ter.[...]Jeu acho que é super válido eles fazerem estágio não obrigatório, né, para ter essa experiência, mas a gente sabe que por outro lado também às vezes não não é isso que acontece, né, então às vezes o estágio não obrigatório mais atrapalha eles porque é uma coisa a mais para se preocupar [...]”.</i>
S4	<i>*o entrevistado não respondeu essa pergunta.</i>

Como você avalia a participação dos estudantes do IFSul Câmpus Camaquã em estágios supervisionados, quanto à formação humana integral?

	Excertos
S5	<i>“[...] tem a ver mais com a formação técnica, mas não só isso, né, então a gente fala daquela parte da formação humana também quando eles fazem o estágio não obrigatório como ele pode não ser na área específica, aí eu vejo mais esse foco, né, de ver outras coisas que realmente podem não ter nada a ver com o curso deles, se eles fizeram um estágio num supermercado, fizeram estágio, né, numa outra loja de roupa de vendas, outro fez estágio na rádio, muitos fazem estágio parecido com secretariado, né, ou seja, só atende cliente, atualiza as redes sociais. Esses estágios, como a gente diz, não são na área específica técnica, mas dá esse outro lado pros alunos, e isso é bom também. [...] amadurecimento eles precisam, né, a gente tem visto, né, muito os primeiros anos principalmente com um baixo grau de amadurecimento [...] por causa da pandemia e esse choque de realidade de ir em um lugar onde ele precisa ter mais responsabilidade ajuda muito na formação humana inclusive na questão de comunicação [...]”.</i>

Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa, 2023 (grifos nossos).

Os entrevistados afirmam observar nos estudantes do câmpus um ganho nas questões de: relacionamento entre pessoas, relações de trabalho, enfrentamento das questões de gênero, amadurecimento, responsabilidade e melhora na comunicação, além de uma visão de mundo sob “outros prismas”, conforme S3. Dessa forma, tem-se uma perspectiva do mundo do trabalho em acordo com os autores estudados nesta pesquisa. Figaro (2008, p. 93) indica que, no mundo do trabalho, as relações de comunicação presumem um fluxo de discursos expressos por variados “sujeitos e institucionalidades” (a organização empresarial, os sindicatos, os órgãos de fiscalização do trabalho, a legislação fiscal, a escola etc.). Tais discursos revelam as ideologias dos setores e das classes sociais ali presentes (Figaro, 2008). Nesse caso, os estagiários podem, sob aporte educacional do IFSul, compreender esse campo de disputas, pois

Se o mundo do trabalho forma-se da atividade de trabalho — como lugar do encontro e do confronto dos diferentes e das diferenças — ele também influencia as culturas relativas às especificidades das relações ali constituídas; sobretudo atua nas relações de comunicação que são hierarquizadas a partir das lógicas a ele inerentes (Figaro, 2008, p. 93).

Em vista disso, constata-se consonância com os documentos institucionais em que se lê que é preciso levar em conta os diferentes contextos de produção para inserir os estudantes de forma cidadã, mantendo a comunicação com os sujeitos que compõem o mundo do trabalho, para que os discentes sejam capazes de se posicionarem e proporem soluções e melhorias que impactarão na sociedade (CONIF, 2013). Ainda, considera-se que a formação humana integral visa dar bases às

questões do mundo do trabalho transpassado pela ciência e tecnologia como forças produtivas, visto que elas também são fontes de riquezas, mas que apropriadas pelo capital, excluem grande parte da humanidade (Ciavatta, 2008).

4.2.3 Relação entre permanência na instituição e/ou engajamento nos estudos mediante necessidade de trabalhar

Na busca de uma possível relação entre a permanência na instituição, o engajamento nos estudos e a realização de estágio além de estabelecer se há conexão entre a saída do IFSul e a necessidade de trabalhar, foram elaboradas duas questões sobre:

- a) relação entre permanência e/ou engajamento mediante realização de estágio supervisionado;
- b) relação entre a saída dos estudantes e a necessidade de trabalhar.

Nas Tabelas 9 e 10, seguem os principais trechos das respostas dos servidores, as discussões serão feitas das duas tabelas em conjunto, pois elas se complementam.

Tabela 9 - Relação entre permanência e/ou engajamento mediante realização de estágio supervisionado

Você já estabeleceu alguma relação entre a permanência na instituição e/ou engajamento dos estudantes no curso com a realização de estágio?	
	Excertos
S2	<i>“Acredito que sim, justamente pelo que eu falei lá no início, o estágio dá uma visão do todo para eles. Agora tá fazendo sentido por outro lado, o estudante que não quer seguir na área e tá tudo bem, daqui podem sair excelentes médicos, excelentes advogados e está tudo certo [...]”.</i>
S3	<i>“[...] já aconteceu mais de uma vez é que o aluno disse que se não conseguir o estágio não vai ficar no IF porque eles precisam desse valor da bolsa-auxílio para se manterem aqui [...], acho que impacta na permanência de alunos. Quanto ao impacto positivo, não sei até que ponto, pois a gente vê que eles ficam esgotados assim, né, mas sim na questão do dinheiro, na questão da renda impacta, alguns deles têm praticamente só essa renda do estágio e às vezes de alguma pensão, a gente nota isso também, mas no rendimento às vezes eu noto que atrapalha [...]”.</i>
S4	<i>“[...] estudante acaba assim se engajando mais porque ele tem que cumprir as atividades deles aqui e eles querem permanecer no estágio, então ele sabe que eles têm um compromisso aqui com nós, senão a gente não renova o contrato deles, eles têm que dar um retorno, né, para nós. Porque a gente também como orientador a gente dá um parecer ali [...] e a empresa acaba não renovando o contrato se estudante não tá cumprindo com o mínimo que é o necessário na instituição, se não tá com as notas de acordo com a frequência e tudo mais, então acaba assim motivando o estudante. [...]”.</i>

Você já estabeleceu alguma relação entre a permanência na instituição e/ou engajamento dos estudantes no curso com a realização de estágio?	
	Excertos
S5	<i>“Acho que tem relação, tem alguns casos que eu me lembro que os alunos tinham bastante dificuldade e o estágio fez com que eles se engajassem um pouco mais [...] alguns alunos são mais visuais, mais é... práticos, e muitas vezes a gente fica lá na teoria e eles não têm essa vivência prática, então quando eles chegam no estágio veem aquilo acontecendo então é isso, [...] conecta alguns... fecham as ligações na cabeça deles e aí eles conseguem fazer [...]”.</i>

Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa, 2023 (grifos nossos).

Tabela 10 - Relação entre a saída dos estudantes e a necessidade de trabalhar

Percebe se há relação entre a saída dos estudantes do câmpus e a necessidade de trabalhar? Caso sim, de que forma constatou?	
	Excertos
S2	<i>“[...] sim, por precisar complementar a renda em casa, os nossos cursos são manhã ou tarde [...] os estudantes acabam procurando ensino médio à noite para poder trabalhar”.</i>
S3	<i>*Esta pergunta não foi respondida.</i>
S4	<i>“[...] isso tem acontecido muito, de certa forma acaba prejudicando muito [...] porque eles precisam trabalhar no turno inverso e não podem vir nos atendimentos de matemática, atendimentos das disciplinas são importantes. questão da renda - tem mas é muito pontual assim é os estudantes que abandonam mais por questão de não se adaptar à nossa exigência aqui, né, mas nessa questão de trabalho eu tinha, recebi alguns dois ou três processos [...]”.</i>
S5	<i>“[...] durante a pandemia isso aumentou um 100% ou uns 200%, primeiro durante a pandemia eles tiveram que sair porque muitas pessoas perderam emprego e depois da pandemia também teve vários alunos e é por aí se isso antes eram dois agora foram uns 10 alunos que estavam fazendo isso porque não conseguiu conciliar de ficar aqui na escola e trabalhar ao mesmo tempo, a gente sabe que é difícil um emprego de meio turno que pague o suficiente que ajude em casa. Então provavelmente tem tem vários, né, vários que tiveram que optar por esse trabalho em tempo integral [...] tem várias entrevistas que a gente fez na saída deles que se constata que eles saíram por motivo de trabalho e às vezes não era só deles, às vezes era dos pais, às vezes porque eles tinham que se mudar ou coisa que o valha e ele saíram por causa disso. [...]”.</i>

Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa, 2023 (grifos nossos).

Os entrevistados convergem as opiniões quanto ao engajamento dos estudantes, tanto pela conexão teoria e prática (mais comum nos estágios obrigatórios) quanto pela necessidade de manterem o contrato por necessidade financeira (o que ocorre nos estágios não obrigatórios). Isso porque, dentre as normas dispostas no Art. 22 do Regulamento de Estágios (IFSUL, 2023), existe a determinação de condições para renovação dos contratos de estágios não

obrigatórios: ter frequência (ao menos 75%) e mínimo de 60% de aprovação nas unidades curriculares. Porém, S3 alerta para o fato de que o estágio pode atrapalhar a vida acadêmica, devido à sobrecarga de atividades, que conduz a um “esgotamento”. Também se observa na resposta do servidor S4, na Tabela 10, que a realização do estágio compromete a participação nos atendimentos³⁸ oferecidos pelos professores no turno inverso, prejudicando o rendimento estudantil.

Quanto à pergunta sobre a percepção de saída de estudantes por necessidade de trabalhar, todos os respondentes concordam que esse fato acontece. Destaca-se a resposta do servidor S5, que lembra o ocorrido durante e pós-pandemia, quando esse motivo representou grande parte dos relatos nas entrevistas (IFSUL, 2022b). A resposta ratifica também o que foi marcado neste estudo em Moura (2008):

[...] a extrema desigualdade socioeconômica obriga grande parte dos filhos da classe trabalhadora a buscar a inserção no mundo do trabalho visando complementar o rendimento familiar, ou até mesmo a auto-sustentação, muito antes dos 18 anos de idade (Moura, 2008, p. 19).

De acordo com Ciavatta (2005), a instituição precisa estar atenta ao que os estudantes demandam para completarem seus processos educativos, incluindo as necessidades financeiras. Porém, observa-se que, nos últimos anos, há carência de recursos monetários para outras formas de assistência, tais como auxílio-transporte, alimentação etc. (IFSUL, 2022d). O interlocutor S3, na Tabela 9, aponta que “[...] alguns deles têm praticamente só essa renda do estágio e às vezes de alguma pensão”. Tal afirmação concorda com a relevância dos estágios como fonte de renda para os estudantes que vivem essa realidade.

4.2.4 Articulação entre escola e mundo do trabalho

Nesta última parte das entrevistas com os servidores, buscou-se conhecer os principais desafios enfrentados na atualidade com relação aos estágios. Indagou-se a respeito da burocracia, da falta de pessoal, do interesse das empresas e dos estudantes, da falta de informações ou outros motivos que os respondentes desejassem citar. Outra pergunta foi sobre a possibilidade de qualificar a articulação que o IFSul Câmpus Camaquã faz entre os estudantes e o mundo do trabalho,

³⁸ No IFSul Câmpus Camaquã, para todas as disciplinas, é oferecida uma hora aula por semana, no contraturno, para os discentes esclarecerem dúvidas sobre o conteúdo.

deixando totalmente livre a resposta.

Desse modo, na sequência, estão dispostas duas tabelas com os principais excertos sobre:

- a) desafios enfrentados quanto aos estágios supervisionados;
- b) alternativas para qualificar a articulação que o IFSul Câmpus Camaquã faz entre os estudantes e o mundo do trabalho.

Tabela 11 - Desafios enfrentados quanto aos estágios supervisionados

Na sua opinião, quais os principais desafios enfrentados atualmente com relação aos estágios? (Burocracia; falta de pessoal; interesse das empresas; interesse dos estudantes; falta de informação; outros)	
	Excertos
S2	<i>“[...] acredito que é falta de informação tanto das empresas nos conhecerem [...] e falta de informação dos nossos alunos em saber em quais empresas buscar [...]. Acho que essa é a maior dificuldade, falta de informação com relação à comunidade. Da comunidade saber desse perfil de formação de mão de obra, que não é mão de obra, enfim, de formação que a gente dá aqui, de saber que pode buscar aqui”.</i>
S3	<i>“Eu acho que a maior dificuldade hoje em dia é fazer as empresas entenderem as necessidades deles principalmente aqui no câmpus, porque a gente tem essa função da dependência, eles têm que vir no turno inverso pra fazer a dependência. [...] mas também fazerem eles (empresas) seguirem a legislação. [...] maioria das empresas faz eles de escravos praticamente, eles são mão de obra barata e acabam fazendo função de funcionário, que eles não deveriam fazer e tem um monte de coisa que eles não olham lá no contrato e os alunos não falam para mim, só falam depois que saíram [...] Essa é a maior dificuldade hoje em dia, é fazer o pessoal seguir a legislação, o que está na lei dos estágios, facilitaria bastante para eles se isso fosse seguido, seria mais leve a experiência do estágio. Deveria haver uma conscientização das empresas”.</i>
S4	<i>“[...] o maior desafio é a questão do perfil da cidade, então a gente tem uma cidade que tem um perfil mais agrícola, não temos indústrias. Então a gente tem perfil assim mais de serviços, né, prestação de serviço, então por isso acaba oferecendo menos oportunidades [...] o desafio maior é isso, a economia, o perfil da cidade [...]”.</i>
S5	<i>“[...] falta informação e burocracia, são as coisas que mais atrapalham [...] o pessoal já desde o final do terceiro ano já estava me perguntando as coisas do estágio, eu disse que ‘depois, início do quarto ano vai vir alguém que vai conversar com vocês’, mas eles não tiveram isso. Então gerou essa falta de informação. Falta de informação para os estudantes”.</i>

Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa, 2023 (grifos nossos).

A maioria dos respondentes apontam para a falta de informação externa e interna. Para as empresas, falta mostrar a instituição e suas potencialidades, além das áreas dos cursos e o campo de trabalho dos estudantes e egressos. Também, o servidor S3 relata que os estudantes do IFSul, quando em situação de dependência, necessitam assistir algumas aulas no turno inverso ao que estudam normalmente. Porém, as empresas, via de regra, não possuem esse conhecimento ou

deliberadamente optam por não dispensar os estagiários em tais situações. Já para os estudantes, acentua-se a falta de informação, o local para acessar vagas disponíveis de estágio e os procedimentos para fazê-lo.

Percebe-se que há uma certa dificuldade da instituição em estabelecer o que preconiza o PDI (IFSUL, 2018a) no que tange à articulação de parcerias institucionais e perscrutação e comunicação a respeito de vagas para estudantes e egressos. O servidor S3 expõe uma preocupante realidade em que os estagiários são “utilizados como mão de obra barata”, pois realizam trabalho como funcionários. Essa afirmação põe em relevo alguns elementos da instituição de ensino em observação ao Regulamento de Estágios (IFSUL, 2023): a) professor orientador, a quem cabe o acompanhamento e orientação periódica na unidade concedente do estágio; b) servidor responsável pela Extensão nos câmpus, que deve supervisionar e atuar como mediador na solução de problemas nas atividades de estágio; c) servidor responsável pelos estágios no câmpus, encarregado pela interlocução entre a instituição e o mundo do trabalho, assim como por orientar as concedentes sobre os procedimentos para celebração de convênio e informar a todos envolvidos as exigências legais e os trâmites para realização dos estágios.

Não cabe neste estudo o julgamento sobre as condições de trabalho dos servidores, já que, em vários câmpus da instituição, a pessoa incumbida da Extensão pode ser a mesma dos estágios, e os coordenadores dos cursos são professores com várias turmas. Tal situação pode tornar dificultosa a atividade de orientação e supervisão individual dos contratos, além das atividades dos estudantes nos estágios. Na Tabela 12, evidencia-se, na resposta do servidor S4, o problema do acúmulo de atividades. Porém, em conformidade com os documentos institucionais citados anteriormente, em contraponto com as respostas mencionadas na Tabela 11, é perceptível que, na prática, existem algumas dissonâncias.

Conhecidos os principais desafios na visão dos servidores, na Tabela 12, apresentam-se as observações dos mesmos sobre possibilidades de qualificação da articulação que o IFSul Câmpus Camaquã faz entre os estudantes e o mundo do trabalho.

Tabela 12 - Alternativas para qualificar a articulação que o IFSul Câmpus Camaquã faz entre os estudantes e o mundo do trabalho

De que forma você acredita ser possível qualificar a articulação que o IFSul Câmpus Camaquã faz entre os estudantes e o mundo do trabalho?	
	Excertos
S2	<i>“[...] talvez trazendo as empresas aqui e mostrando o que nós temos a oferecer e conseguindo levar mais os estudantes às visitas técnicas [...] o problema é que a gente tem ido mais fora: em Porto Alegre, Caxias, Garibaldi. [...] o que eu vejo de bom é eles verem que tem mercado de trabalho, que tem demanda então, talvez mostrar isso aqui dentro de Camaquã, fazer e articular melhor, trazer as empresas aqui, [...] é preciso fazer uma comunicação melhor com as empresas divulgando melhor o nosso trabalho”.</i>
S3	<i>“Eu acho que a gente pode melhorar bastante essa principalmente a articulação com as empresas [...]. os estágios obrigatórios, né, na verdade, que são 240 horas [...] as empresas não querem, né, porque eles vão perder o tempinho deles ali e aí quando tiver aprendendo o que tem que fazer, ele vai sair, então eles não têm o tempo de exploração. [...] mas a gente poderia tentar investir mais nessa área e ir mais atrás de empresas e tentar conseguir algo mais de vagas. [...] eu acho que tudo pode ser melhorado, a comunicação interna também, não sei por que a comunicação hoje, por mais que a gente deixe totalmente aberta, tem uma falha [...]. Hoje em dia não está faltando diálogo, está faltando interpretação, não adianta falar, falar e a gente não se entender e hoje em dia o que acontece é isso”.</i>
S4	<i>“[...] temos um setor específico, então essa pessoa que trabalha nesse setor precisa, né, entrar em contato com as empresas, buscar informações, e precisa porque normalmente a gente nem sabe, tem uma empresa de expurgo aqui e eu nem sabia que tinha. [...] fazer essa articulação de vínculo com a instituição, né, abrindo as portas para que os estudantes possam se candidatar ao estágio nessa empresa. [...] A coordenação tem que estar junto nesse trabalho aí com certeza, é um trabalho coletivo sem dúvida, só que como a gente tá sempre fazendo um monte de coisa fica difícil de sair da instituição [...] Precisa diminuir a carga horária, conhecer melhor a realidade das empresas, condições de trabalho e que a gente possa sair da instituição, se ausentar da instituição para poder fazer isso [...]. Quanto ao teu trabalho, ele é pertinente, está trabalhando com um produto para que o estudante possa se engajar melhor no mundo do trabalho. O produto pode ser uma palestra para empresas mostrando como funciona o estágio, como funciona o IFSul, como é a instituição. A empresa pode vir aqui conhecer a escola, a gente dá uma palestra para eles, se mostra os cursos, eles veem os laboratórios e como trabalhamos com os estudantes”.</i>
S5	<i>“[...] melhoria, né, desse processo de integração com as empresas é realmente comunicação, tanto nós conhecer as empresas, pra isso que a gente tem as nossas visitas técnicas, pra eles verem qual é a possibilidade do mundo do trabalho e as empresas virem aqui conhecer a escola que eu acho que menos acontece. As empresas pegam, né, as que já sabem, né, que já tem esse conhecimento, que já vieram aqui são aquelas que já pegaram vários estagiários e viram que tem qualidade, as outras que não conhecem, eles teriam que vir aqui, ver o nosso laboratório, ver uma apresentação dos cursos, [...] pra elas verem que tem uma ótima formação aqui e que eles têm ficado nas empresas, porque tem dado resultado lá dentro da empresa, né, então comunicação, acho que a ideia principal nesse caso é comunicação. As empresas virem aqui conhecer melhor o IF e tirarem dúvidas e os alunos também conhecem as possibilidades das empresas, muitos deles não conhecem. [...] comunicar melhor é a saída para melhorar o processo”.</i>

Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa, 2023 (grifos nossos).

Em todas as respostas os servidores demonstram uma percepção de que falta “comunicação”, sendo necessário melhorar a interlocução com as empresas da região

e ampliar os conhecimentos acerca das possibilidades que elas têm a oferecer aos estudantes. Porém, não só identificar as empresas, mas demonstrar a elas a qualidade do ensino do IFSul e o que isso pode lhes agregar. Os respondentes não mencionam em seus discursos a respeito do mundo do trabalho, depreendendo-se na análise, o sentido análogo à “empresas”.

Pacheco (2020, p. 10) discorre sobre os fundamentos estruturantes da ação dos IFs, que são a “verticalidade, a transversalidade e a territorialidade”. Esse último, diz respeito ao “desenvolvimento soberano sustentável e inclusivo do seu território de atuação” (Pacheco, 2020, p. 11) e pressupõe o protagonismo da instituição nos locais onde está instalada. Desse modo, a ideia central dos servidores em relação à comunicação é congruente com o que o autor manifesta, visto que é imprescindível inteirar-se sobre o território, a sua realidade e necessidades, o que é viável, por meio da troca de informações e articulação entre as partes.

4.3 Resultados das análises dos questionários direcionados aos estudantes do IFSul Câmpus Camaquã

O perfil dos estudantes foi detalhado na seção 3.2, que trata do universo, campo e amostra da pesquisa, mas cabe retomar algumas informações que permitem conhecer melhor esse público antes de apresentar os demais resultados. Os respondentes identificaram-se, na sua maioria, como sendo do gênero feminino, 55,4%; quanto à cor, raça ou etnia, 83,9% se reconhecem como brancos. Na pergunta sobre a renda, percebe-se que 41% têm renda familiar de até quatro salários mínimos e 37,5% vivem em companhia de quatro pessoas ou mais. Ainda, 50% dos interlocutores afirmam ter custos financeiros com transporte ou moradia para estudar no IFSul, mas apenas 18,2% recebem auxílio da Assistência Estudantil.

A subseção está segmentada conforme as categorias:

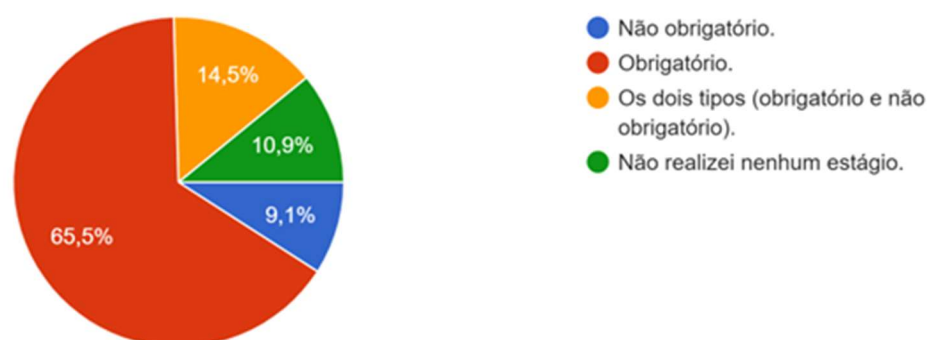
- a) sentidos atribuídos aos estágios supervisionados no EMIEP (estudantes);
- b) principais desafios profissionais e pessoais enfrentados durante a realização dos estágios;
- c) avaliações quanto às potencialidades dos estágios supervisionados e possíveis melhorias desse serviço no IFSul Câmpus Camaquã.

Os dados estão dispostos de acordo com a sequência das perguntas do questionário, por meio de tabelas e gráficos, seguidos das discussões.

4.3.1 Sentidos atribuídos aos estágios supervisionados no EMIEP (estudantes)

Para buscar conhecer os sentidos atribuídos pelos estudantes aos estágios supervisionados, foram feitas seis perguntas, mas antes, eles responderam sobre a realização ou não de algum tipo de estágio supervisionado e obteve-se os seguintes dados, conforme a Figura 3.

Figura 3 - Realização ou não de estágio supervisionado pelo público da amostra
Durante os anos de estudos no IFSul, você realizou qual tipo de estágio supervisionado?



Fonte: Gerado pelo *Google Forms*, dados da pesquisa, 2023.

Em números absolutos, 55 responderam; desses, 36 estudantes realizaram o estágio obrigatório e seis nunca estagiaram. Cinco fizeram apenas o não obrigatório e oito, as duas modalidades. Assim, 13 estudantes tiveram a experiência de estagiar de forma não obrigatória.

Após, foram respondidas quatro questões, conforme a Tabela 13, que demonstra os principais sentidos relacionados aos estágios supervisionados, o número de vezes que foram mencionados em cada pergunta feita e os excertos mais relevantes ou que melhor apresentam a ideia apontada pelos respondentes.

Tabela 13 - Sentidos dos estágios supervisionados apontados pelos estudantes

Pergunta: Para você o que é, ou quais sentidos você atribui aos estágios?	
Respostas	Nº de menções
Relação teoria e prática	23
Inclusão, preparação para o mundo/mercado de trabalho	17

E38 - “Acredito que o estágio é uma grande base, de **como pode funcionar o mercado de trabalho pós-formado, e conseguimos exercer algumas atividades e estudos aprendidos durante os 4 anos cursados no Instituto Federal**”.

Ganho de experiência, profissional e pessoal

10

E30 - “É algo para adquirir **experiência e conhecimento, além de colocar o que já foi aprendido em prática**”.

Pergunta: Você acredita que o estágio possa contribuir para formação acadêmica e/ou para o futuro profissional do estudante? Relate o porquê.

Respostas

Nº de menções

Sim, pela relação teoria e prática

29

E45 - “Sim, pois além de pôr **em prática o que se aprendeu, pode ter a chance de ser efetivado depois do estágio**.”

Sim, pela preparação para o mundo/mercado de trabalho

17

E53 - “Sim, eu mesmo só **descobri que seria programador** por conta da maneira que o meu estágio de programação se desenrolou.”

Não, ou sim com ressalvas

4

E55 - “Não muito, acredito que os estudantes **devam ser aconselhados a procurarem estágios, mas não obrigados a realizá-los**, pois é dentro da instituição que devemos realmente aprender sobre o curso, em sua totalidade!”.

Sim, pelo ganho de experiência, profissional e pessoal

1

Pergunta: Na sua opinião, os estágios favorecem as relações interpessoais? Relate o porquê.

Respostas

Nº de menções

Sim, pela necessidade de se relacionar com pessoas diferentes

37

Sim, como conexão com o mundo/mercado de trabalho e comunicação com pessoas desse meio

8

E29 - “Sim, pois **o estágio força com que o estudante tenha que lidar com o outro e com o diferente, mesmo que a escola tenha este papel, por vezes a socialização fica por conta do aluno, que pode escolher se isolar ou se manter em um grupo que lhe seja confortável, enquanto no estágio ele será obrigado a interagir com mais pessoas, além de auxiliar nos contatos**”.

Sim, pela troca de conhecimentos práticos

2

E4 - “Sim, temos **contato com vários técnicos da área e aprendemos muito com eles**”.

Não

1

Pergunta: Caso tenha realizado estágio, conseguiu estabelecer relação entre o que aprendeu no curso e a prática profissional? (Pode ser relação com outras disciplinas que não as técnicas, isto é, pode ser uma relação com o curso em geral.) Cite alguns exemplos.

Respostas

Nº de menções

Sim, houve relação entre o aprendido no curso e a prática realizada no estágio.	36
E29 - <i>“Ao realizar o meu estágio, consegui relacionar com conhecimentos básicos de legislação ambiental, além de conhecimentos de informática básica, ao redigir minutas foi necessário utilizar da norma culta da língua portuguesa”.</i>	
Não	1

Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa, 2023 (grifos nossos).

As respostas às quatro perguntas na Tabela 13 direcionam para a relação feita entre teoria e prática como principal sentido atribuído aos estágios pelos estudantes. Em vários relatos eles mencionam terem percebido a vivência das teorias aprendidas na escola, colocadas em prática, até mesmo conferindo sentido às mesmas. Na sequência, indicam inclusão, preparação ou conexão com o mundo/mercado de trabalho, seguido do ganho de experiência profissional e pessoal. Quando perguntados sobre o favorecimento das relações interpessoais pelos estágios, apenas um respondente disse que não favorece, os demais acreditam que sim.

A relação entre teoria e prática, também mencionada pelos servidores como sentido para os estágios nas Tabelas 1 e 6, tem ligação com os argumentos de autores estudados. Pimenta e Lima (2017) alegam que a compreensão da correlação entre teoria e prática oportuniza novos prismas para concepção de estágio e que esse deve propiciar ao estudante um acercamento da realidade em que vai trabalhar. Conforme as autoras (2017, p. 45), o estágio se distancia do conceito em que é tido como a parte prática do curso apenas, mas sim, que ele “[...] deve caminhar para a reflexão a partir da realidade”. Nesse sentido, os orientadores dos estágios devem proceder junto aos seus pares e aos estudantes à apropriação da realidade em que estão inseridos, analisando-a e questionando-a “[...] criticamente, à luz de teorias” (Pimenta; Lima, 2017, p. 45).

Percebe-se também concordância com as declarações dos servidores na relevância atribuída pelos estudantes à inclusão, preparação e conexão com o mundo/mercado de trabalho. Utilizou-se a expressão “mundo/mercado de trabalho” para as classificações, pois observou-se que os discentes tratam mundo do trabalho e mercado de trabalho de maneira quase indistinta, contudo, voltam-se mais para o sentido mercadológico de trabalho. Dentre as respostas às quatro questões da Tabela 13, a palavra “mundo” é relatada quatro vezes: em duas, há menção ao “mundo do trabalho”, uma ao “mundo real” e outra ao “mundo profissional”. Todas as outras com

esse sentido denotam o “mercado de trabalho”: E17: “Sim, pois durante o estágio também se aprende a conviver com os colegas e/ou chefes no **mundo do trabalho**, o que agrega sobre o modo de pensar e agir profissionalmente”; E29: “O estágio é um importante instrumento de educação e ensino, para que o aluno se integre no **mundo do trabalho**, realizando e desempenhando tarefas relativas às disciplinas abordadas [...]”; E36: “Sim, pois ele nos dá uma base de como as coisas funcionam de acordo com o **mundo real**, te trazendo desafios e responsabilidades conforme o estágio”; E15: “É uma oportunidade de se familiarizar com o **mundo profissional** e integrar os conhecimentos adquiridos nos cursos” (Grifos nossos).

Ainda, verifica-se discursos quanto ao ganho de experiência por meio da realização de estágios. Ciavatta (2014, p. 198) aponta o EMIEP como uma necessidade para a classe trabalhadora considerando-se a realidade brasileira; funciona ainda como “[...] uma mediação para que o trabalho se incorpore à educação básica como princípio educativo e como contexto econômico, formando uma unidade com a ciência e a cultura” (Ciavatta, 2014, p. 198). O EMIEP reporta-se a uma “[...] formação que seja integrada, plena, vindo a possibilitar ao educando a compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso” (Ciavatta, 2014, p. 198). Salienta-se, aqui, as colocações dos estudantes, as quais refletem a relevância dos estágios supervisionados na concepção do EMIEP: E37: “Estágio é uma maneira de aprender como as coisas acontecem na vida real, aplicando conhecimentos que são adquiridos durante a vida acadêmica”; E18: “Para mim, o estágio é produtivo e significativo, pois além de pôr em prática o que foi ensinado ao longo do curso, também aprendemos questões sociais dentro do trabalho, a partir da convivência com os profissionais da área”.

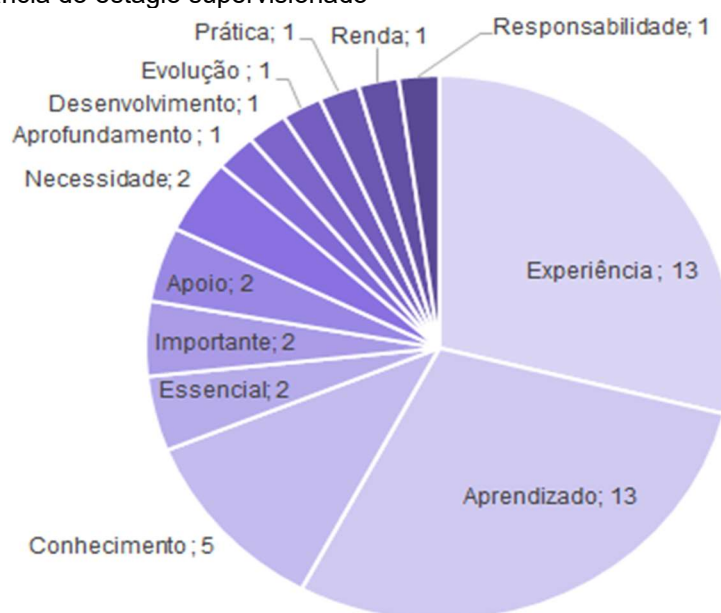
Do mesmo modo, os estágios supervisionados oportunizam aos estudantes a reflexão sobre o seu fazer sob a ótica das relações sociais e, para Barreiro (2006), produzirão conhecimento e poderão ter o entendimento sobre a sua função na sociedade. Sobre essa última afirmação de Barreiro, destacam-se os excertos: E18: “[...] durante o estágio também se aprende a conviver com os colegas e/ou chefes no mundo do trabalho, o que agrega sobre o modo de pensar e agir profissionalmente”; E53: “[...] acho que o networking que eu tive dentro da empresa me ajudou muito”; E55: “[...] através deles criamos vínculos e contatos no mercado de trabalho”.

Observa-se, nas respostas anteriores, associação com o que foi mencionado algumas vezes pelo servidor S5, em consonância com as Tabelas 2, 3 e 8, a respeito

do fato de que estagiar proporciona um amadurecimento aos estudantes. Ocorrem ainda, de acordo com os discentes, oportunidades de relações interpessoais com sujeitos articulados ao mundo/mercado de trabalho. Essas relações podem ser transpassadas pelas contradições típicas da sociedade capitalista, mas que podem auxiliar nos primeiros contatos com a realidade da vida profissional.

A Figura 4 demonstra as respostas à pergunta do questionário: “escreva uma palavra que, para você, define a importância do estágio supervisionado.”

Figura 4 - Importância do estágio supervisionado



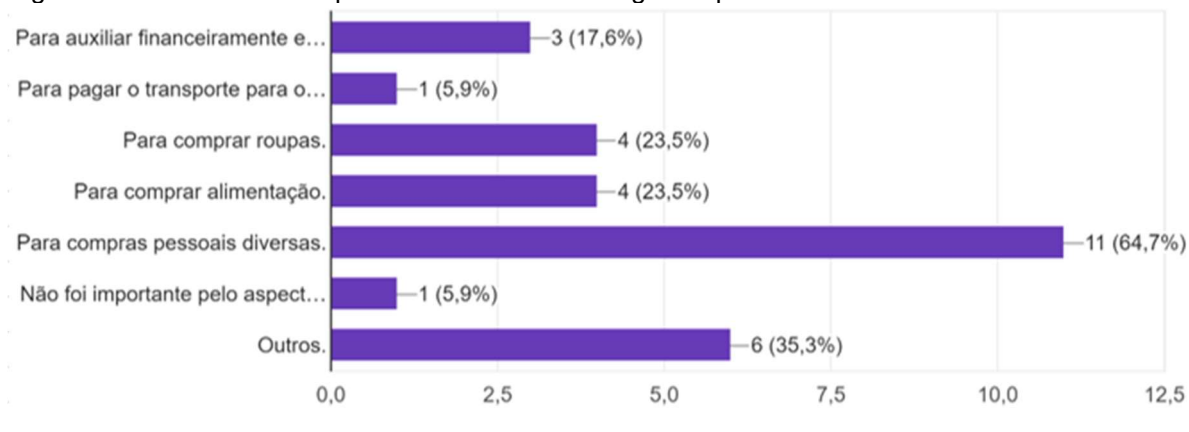
Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa, 2023.

As três palavras de maior ocorrência foram experiência (para muitos estudantes este é o primeiro contato com o mundo do trabalho, o que acarreta em ganho de experiência), aprendizado (desenvolvem-se aprendizados sob diversos aspectos, tanto com relação ao mundo do trabalho, quanto à maneira de lidar com problemas interpessoais e pessoais) e conhecimento (ganho de conhecimentos técnicos e de formação geral, assim como de pessoas relacionadas ao mundo do trabalho); em contraponto, há uma menção à palavra “prática”, o que vem ao encontro, mais uma vez, do que afirmam Pimenta e Lima (2017), de que o estágio não se define como apenas a parte prática de um curso. Os estudantes, a partir das palavras escolhidas, marcam para o sentido de que se trata de uma vivência bem mais abrangente, que não pode ser reduzida à prática, tampouco a um simples trabalho pelo ganho

financeiro.

Nesse sentido, a última das seis perguntas desta etapa visou saber a relevância do aspecto financeiro na realização do estágio: caso tenha realizado estágio remunerado, em quais aspectos financeiros ele foi importante? (Marque mais de uma opção, caso necessário). As alternativas de “a” até “g” constam na Figura 5.

Figura 5 - Relevância do aspecto financeiro dos estágios supervisionados



- a) Para auxiliar financeiramente em casa
- b) Para pagar o transporte para o IFSul
- c) Para comprar roupas
- d) Para comprar alimentação
- e) Para compras pessoais diversas
- f) Não foi importante pelo aspecto financeiro
- g) Outros

Fonte: Gerado pelo *Google Forms*, editado pela autora, dados da pesquisa, 2023.

O gráfico denota que, embora a maioria tenha marcado a opção “e) Para compras pessoais diversas”, há um percentual considerável de respondentes que auxiliam financeiramente em casa, compram roupas, alimentação e transporte, não descartando, portanto, a relevância desse aspecto.

A seguir, realiza-se a análise sobre os desafios enfrentados pelos estudantes nos estágios supervisionados.

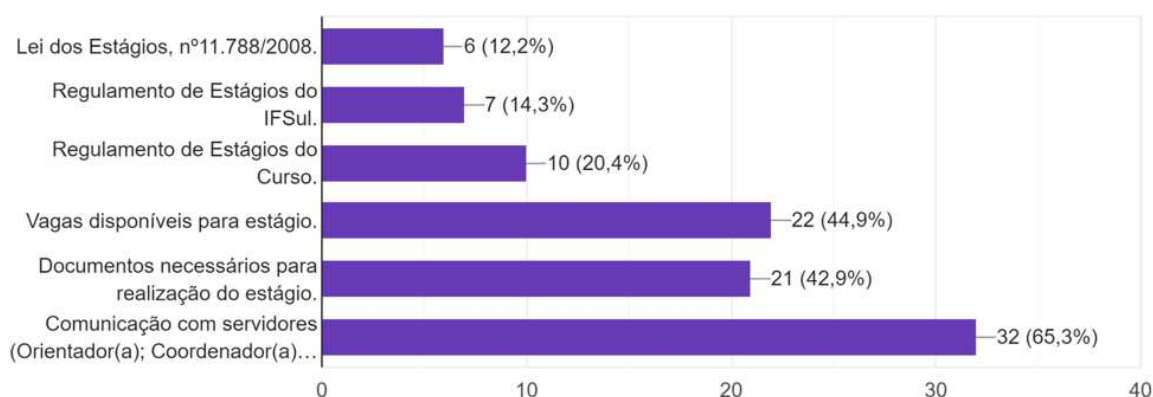
4.3.2 Principais desafios profissionais e pessoais enfrentados durante a realização dos estágios

O tema desta seção foi investigado com o propósito de averiguar dificuldades e desafios enfrentados pelos estudantes em relação ao estágio. Dessa maneira, produziu-se dados que configuram a realidade experimentada pelos mesmos, de

modo a contribuir com a elaboração do produto educacional. Para isso, foram estruturadas as próximas três questões; a primeira, disposta na Figura 6, continha uma parte objetiva, com opção de assinalar mais de um item, e outra aberta.

Figura 6 - Dificuldades quanto ao acesso às informações sobre estágios

No IFSul, em algum momento você sentiu dificuldade quanto ao acesso às informações sobre estágios? Tais como:



Fonte: Gerado pelo *Google Forms*, dados da pesquisa, 2023.

No gráfico, é possível identificar o que já foi apontado neste estudo como problemático no setor de estágios, que é a designação de apenas uma pessoa para atender a essa parte, além da Extensão, o que dificulta a comunicação e a permanência do servidor na sala. As respostas discursivas convergem para a mesma situação: 18 ocorrências para “dificuldade ou problemas para encontrar com o servidor que atende os estágios”. Há, ainda, várias colocações dos estudantes que demonstram “dificuldade em encontrar vaga”, sendo 11 ocorrências desse tipo, e também oito relatam dificuldades para acessar os documentos: E41: “[...] informações estavam todas no site, mesmo eu não encontrando, os documentos basicamente peguei todos com minha turma”; E44: “No geral o contato com a pessoa responsável pelo estágio é difícil”.

E 50: “[...]entendo que fica difícil pra instituição ficar buscando vagas pros alunos, mas é uma questão que ajudaria bastante, tanto que muitos acabam deixando fazer para última hora pois não conseguiram encontrar uma vaga antes”.

A AMS dos discursos dos servidores e discentes permite destacar numerosas confluências, tais como a carga horária dos servidores (vide S3 e S4 na Tabela 12) insuficiente para atender às exigências dos cargos. Isso implica falhas no atendimento

dos estudantes na escola, assim como na busca por vagas para estágios. Outra constatação é uma necessidade identificada tanto nos relatos dos estudantes quanto no do servidor S3, na Tabela 12, que é a de explicação individual e presencial e de interpretação do que é dito ou lido. Muitos jovens não conseguem buscar por conta própria a documentação que se encontra no site do IFSul Câmpus Camaquã, como relata o E41. Quando encontram, têm dificuldade no preenchimento, como depoimento a seguir: E39: “Ouvia sempre a frase ‘entra no site, tem tudo lá’ isso é um pouco constrangedor, pois se estamos ali querendo uma ajuda presencial para que nossas dúvidas sejam mais claras”.

A solução para o problema de falta de pessoas para atender aos estudantes em todos os horários está fora do escopo deste estudo. Porém, é possível utilizar dos conhecimentos produzidos nesta pesquisa para a construção de um produto que proporcione a conexão entre essas noções sobre os estágios supervisionados no IFSul Câmpus Camaquã e as demandas dos estudantes e servidores (Brasil, 2019a).

A segunda pergunta desta parte teve como objetivo conhecer os desafios enfrentados pelos estagiários na empresa, conforme a Tabela 14. Essa foi organizada de acordo com os principais motivos apontados e foram incluídos trechos das respostas que melhor os definem.

Tabela 14 - Dificuldades encontradas pelos estagiários nas empresas

Pergunta: Quais os principais desafios que você enfrentou na empresa em que estagiou? (Relate suas percepções ou situações que foram desafiadoras.)	
Respostas	Nº de menções
Adaptação pessoal ao ambiente (rotina, experiência, timidez)	11
E40 - “Principalmente a gerência de meu tempo do estágio para com o IF , e desafios como atendimento a variadas pessoas , algo que tive dificuldades”.	
Não se sentiu desafiado(a)	8
E16 - “A maioria dos desafios se encontraram no primeiro momento de iniciação do estágio, relativo à entrega de documentos e oficialização do mesmo . Não houve muitos desafios na empresa em si, pois minha experiência lá foi bem tranquila ”.	
Aplicação da teoria na prática	7
E37 - “Acredito que o maior desafio, principalmente nas primeiras semanas de estágio, foi aplicar toda a bagagem educacional na prática ”.	
Dificuldades com a supervisão na empresa	6

E22 - **“Realizava poucas atividades durante a semana, fiquei grande parte do tempo lavando vidrarias, limpando bancadas e organizando papéis, coisas que claramente não têm associação com meu curso [...]”**.

E17 - **“Às vezes a falta de supervisão e auxílio para o estagiário”**.

Relações interpessoais	4
------------------------	---

E15 - **“Dificuldade em ser a única mulher em uma fabriqueta/metalúrgica”**.

Remuneração muito baixa	2
-------------------------	---

E32 - **“Ganhei muito conhecimento e experiência, porém a remuneração na minha visão era baixa e continua sendo, visto que eu fazia atividades semelhantes e até iguais das pessoas que eram efetivas na empresa, além disso trabalhava apenas duas horas a menos e ganhava muito menos para fazer diversas tarefas, que alguns efetivos não faziam também”**.

Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa, 2023 (grifos nossos).

Essa pergunta trouxe alguns pontos relevantes a serem observados. Dentre os apontamentos, surgiram declarações de desconforto por parte de algumas meninas por serem as únicas mulheres no ambiente de trabalho. Essa questão vai de encontro ao que respondeu o servidor S2 (vide Tabela 8), quando o mesmo menciona que, ainda que as meninas estagiassem em ambientes de predominância masculina, eram tratadas com respeito. Faltou uma especificação melhor nas respostas quanto às situações vivenciadas por elas. Porém, é possível constatar a necessidade de ampliar as opções de empresas conveniadas, assim como uma conscientização de todos os estudantes sobre os seus direitos, em observância ao que prescrevem os documentos institucionais, nos quais se preconiza a formação de sujeitos críticos e preparados para exercer sua cidadania (IFSUL; 2018a; 2018b; 2019; 2021; 2022e; 2023) e a Lei dos estágios (Brasil; 2008a).

Houve também casos em que os estagiários não realizavam tarefas adequadas ou não tinham supervisão de fato na empresa (visto que, em tese, havia supervisão, conforme os termos de compromisso dos estágios). Já o principal desafio identificado, quanto ao número de ocorrências, trata-se da “adaptação pessoal ao ambiente”, ou seja, à vida laboral. Para essa classificação, foram analisados os sentidos contidos nas declarações dos estudantes, apresentando conexão ao modo de ser de cada pessoa, tal como timidez, ou ainda falta de experiência, saída da zona de conforto, entre outros.

Embora oito estagiários tenham relatado que não se sentiram desafiados, outros tantos descrevem dificuldades significativas, a exemplo, os dois discentes que mencionaram a remuneração bem menor do que a dos funcionários. E32 expõe sobre

a execução de tarefas que alguns colaboradores não faziam, denotando o desvio das atividades do estágio à exploração do estagiário como mão de obra barata para realização de trabalhos precários. O servidor S3 menciona a ocorrência de casos similares, conforme a Tabela 11, quando cita que “a maioria das empresas” trata os estagiários como “escravos”, como mão de obra barata, e que os mesmos não informam durante o ocorrido, apenas quando terminam o período de contrato. Isso pode se explicar pelo receio de perder a vaga, corroborando o que aponta Antunes (2005) quanto aos jovens cada vez mais pertencerem ao grupo de pessoas que realizam trabalhos precários, devido ao desemprego estrutural.

Outrossim, a Lei nº 11.788 (Brasil, 2008a) é clara quando expõe que os estagiários não podem ser tratados como colaboradores comuns, pois esse não é o objetivo dos estágios supervisionados. Pelo contrário, devem oportunizar aprendizados e competências que tenham vínculo com o currículo dos seus cursos, tais como o ocorrido com os respondentes que marcaram ter aplicado a teoria na prática, ou que venceram os desafios impostos pela timidez, falta de experiência, organização do tempo etc.

As constatações dos problemas elencados alertam para o que indicam Andrade e Resende (2015) quanto à exigência de que a instituição de ensino e as empresas trabalhem em conjunto com o estudante desde o planejamento até a avaliação final das atividades. As tarefas devem ser diversificadas, a fim de oportunizar a compreensão do processo de trabalho por inteiro, sempre levando ao enriquecimento do currículo escolar do estagiário, evitando-se o trabalho rotineiro e repetitivo (Andrade; Resende, 2015). Contudo, em vários casos, os estudantes vivenciam o mercado de trabalho, sendo que as atividades são tratadas como uma mercadoria barata a ser explorada.

A última questão desta parte, descrita na Tabela 15, refere-se aos desafios pessoais, ou seja, buscou-se reconhecer as dificuldades inerentes ao estudante, sua individualidade, assim como seus conhecimentos acadêmicos quando submetidos ao ambiente de trabalho.

Tabela 15 - Dificuldades pessoais enfrentadas na realização dos estágios

Pergunta: Quanto ao seu preparo pessoal, sentiu-se desafiado em algum ponto? (exemplos: conhecimento técnico, conhecimento sobre conduta adequada etc.)	
Respostas	Nº de

	menções
Aplicação da teoria na prática (agravada pela pandemia).	16
<i>E57 - “Sim. Em alguns momentos, sentia-me insegura quanto à maneira adequada de proceder e receosa quanto à possibilidade de cometer algum erro. Penso que meu maior déficit era saber manusear corretamente alguns instrumentos específicos nos laboratórios, já que, por conta da pandemia, diversas aulas práticas foram suprimidas do currículo e deixaram lacunas no conhecimento dos acadêmicos”.</i>	
Não se sentiu desafiado(a) ou resolveu facilmente a dificuldade.	13
<i>E41 - “não muito, a maioria das coisas eu já tinha possuía algum conhecimento e de resto minha ‘supervisora’ me explicava tudo direitinho, então foi tranquilo no geral”.</i>	
Relações interpessoais no trabalho, timidez, dificuldade de comunicação.	11
<i>E3 - “Sobre o técnico não, mas o ambiente de trabalho e o trabalho em equipe acabam assustando”.</i>	
<i>E34 - “Um desafio foi o fato de não saber muito bem como me portar em um ambiente de trabalho, visto que foi minha primeira experiência”.</i>	
<i>E12 - “Sim, na questão da comunicação”.</i>	
Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa, 2023 (grifos nossos).	

Os apontamentos dos estudantes sobre a defasagem dos conteúdos na pandemia de Covid-19 corroboram o que foi mencionado pelo servidor S5 (vide Tabelas 6 e 8), quando menciona as “aulas *online*” em detrimento das aulas de laboratório, ou práticas. Outrossim, S5 relata que a pandemia causou atrasos nos conteúdos dos cursos e também no amadurecimento dos estudantes. Daí a relevância dos estágios, tanto para a concretização dos conhecimentos na prática quanto para a formação humana.

4.3.3 Avaliações quanto às potencialidades dos estágios supervisionados e possíveis melhorias desse serviço no IFSul Câmpus Camaquã

A terceira e última seção das análises apresenta os argumentos sobre as potencialidades que os jovens observam nos estágios supervisionados, a avaliação da articulação do IFSul entre eles e as empresas e, ainda, as sugestões de melhorias desse serviço.

Tabela 16 - Potencialidades dos estágios supervisionados

Pergunta: Na sua opinião, qual a maior potencialidade desenvolvida ou o principal impacto na vida do estudante que se dá através da realização do estágio supervisionado?	
Respostas	Nº de

	menções
Aquisição de experiência profissional e desenvolvimento pessoal	42
E14 - “ <i>Um conhecimento prático que só pode ser adquirido desta forma, e um enquadramento no mercado de trabalho”.</i> E32 - “ <i>Acredito que a preparação profissional, pois é muito importante, não só com as técnicas do conteúdo, mas também a experiência pessoal e emocional, esse processo se torna enriquecedor”.</i>	
Ingresso no mundo/mercado de trabalho	8
E22 - “ <i>Ingresso no meio de trabalho com possibilidade de aprendizagem”.</i> E55 - “ <i>Aprendizado e introdução ao mercado de trabalho, através de boas oportunidades de estágio”.</i>	

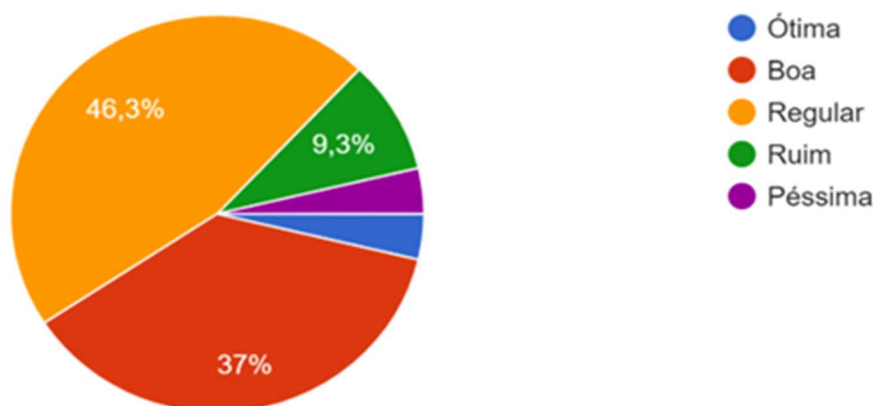
Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa, 2023 (grifos nossos).

As declarações apresentaram-se em múltiplas concepções, mas, em uma análise minuciosa dos discursos, a AMS mostrou ser possível condensá-los nas duas categorias anteriormente mencionadas, conforme o sentido global observado. A “aquisição de experiência profissional e desenvolvimento pessoal” abarca respostas de conteúdos como: ganho de experiência; habilidade de comunicação e de lidar com pessoas; senso de responsabilidade; comportamento em um ambiente de trabalho; decisão sobre a carreira; aprendizado, entre outros. Os estudantes elencaram também, como potencialidade dos estágios, o “ingresso no mundo/mercado de trabalho”. E30 ressalta: “A oportunidade de emprego remunerado futuramente na empresa, além de crescer na mesma”.

Percebe-se consenso com as respostas dos servidores, principalmente com as que expõem sobre a repercussão dos estágios na formação humana integral dos estudantes (vide Tabela 4). Da mesma maneira, estão consoantes com Ramos (2014) quando aponta que o EMIEP deve proporcionar o entendimento das condutas dos meios de produção e econômicos, habilitando os sujeitos para exercer de forma autônoma e crítica as suas profissões. De acordo com E50, eles desenvolvem a “[...] capacidade de uma primeira compreensão de como é o mercado de trabalho”. Observa-se que, diferentemente de ver o estágio como meio de inclusão no mundo/mercado de trabalho, o estudante declara que pode compreender sobre ele, o que acarreta uma possibilidade de desenvolvimento crítico da realidade.

Na sequência, os estudantes foram encorajados a avaliar a articulação realizada pelo IFSul entre eles e o mundo do trabalho. Foram dadas cinco alternativas, segundo a Figura 7.

Figura 7 - Avaliação quanto à intermediação feita pelo IFSul entre estudantes e o mundo do trabalho



Fonte: Gerado pelo *Google Forms*, dados da pesquisa, 2023.

As respostas, em números absolutos, foram ao todo 54, sendo que 25 avaliaram como regular; 20 como boa; cinco como ruim; duas como péssima e duas como ótima. Nota-se que a maior parte se situa entre regular e péssima, com 32 apontamentos. Portanto, corrobora a preocupação inicial, que gerou este estudo, assim como as respostas dos servidores presentes na Tabela 12.

Buscou-se conhecer a opinião dos discentes sobre os pontos importantes a serem alvo de melhorias no processo de articulação entre eles e o mundo do trabalho. Com base nas respostas obtidas e o que se observou ao longo desta pesquisa, obteve-se subsídios para elaboração do produto educacional.

Tabela 17 - Sugestões dos estudantes para melhorias na intermediação escola-estudante-mundo do trabalho

Pergunta: Considerando que a intermediação escola-estudante-mundo do trabalho feita no IFSul Câmpus Camaquã possa ser melhorada, o que você sugere?	
Respostas	Nº de menções
Melhor relacionamento com as empresas	20
E18 - <i>“Gostaria que o IFSul pudesse realizar a intermediação entre as empresas e estudantes de maneira mais eficaz, pois normalmente as empresas não respondem as mensagens, ou nunca possuem vagas para estagiário, e não sabemos quais empresas possuem vínculo com a instituição e estão à disposição para atender a demanda, o que dificulta o processo de busca por estágios”.</i>	
E35 - <i>“[...] maior ligação entre escola e empresas para mais disponibilidade de vagas”.</i>	
Melhor comunicação e atendimento aos estudantes	16
E16 - <i>“Mais clareza e transparência com as informações, e com um auxílio maior ao estudante que necessita realizar o estágio obrigatório”.</i>	

E37 - “**Simplificar o processo e esclarecer o mesmo**, disponibilizando tudo que é preciso para concluir o estágio e **explicando o passo a passo** de como realizá-lo (na maneira burocrática)”.

Maior flexibilidade com os estagiários, proporcionar estágio no câmpus

4

E54 - “Que fosse mais organizado as vagas de estágio, e que tivesse **mais compreensão dos professores quanto a isso principalmente em relação a dependência**”.

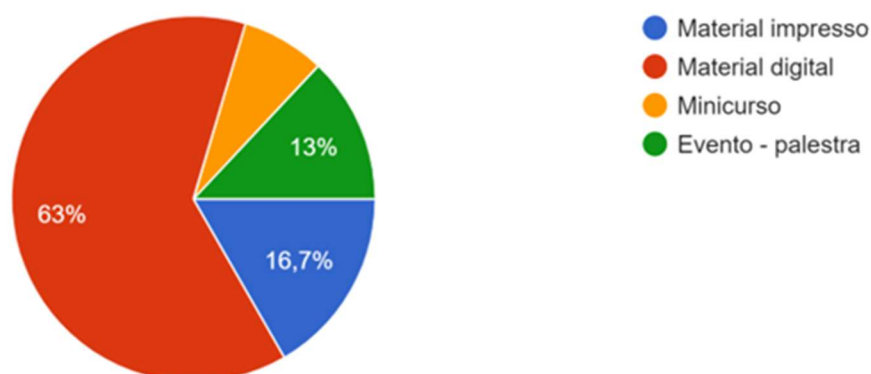
Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa, 2023 (grifos nossos).

A prioridade, de acordo com as respostas dos estudantes, refere-se ao “melhor relacionamento com as empresas”, pois sentem dificuldade em encontrar vagas de estágio. Pacheco (2020, p. 19) alerta que os IFs se desenham como algo “novo e inovador” e coloca como um dos desafios institucionais a “[...] integração com a sociedade, através de todas as suas atividades [...]”. Constata-se, pelas respostas dos estudantes e servidores, que diversas empresas ainda não conhecem as potencialidades da instituição e vice-versa. As ponderações feitas pelos dois segmentos pesquisados convergem nesse ponto, conforme se observa nas Tabelas 12 e 17.

A “melhor comunicação e atendimento aos estudantes” também foi destacada pelos servidores S3 e S5 na Tabela 12 como sendo fundamental e que pode ser aprimorado. Quanto à categoria de “maior flexibilidade com os estagiários e proporcionar estágio no câmpus”, ela foi formada pelos depoimentos em que se identificou que os discentes desejam flexibilização por parte da escola. Porém, isso deve partir das empresas concedentes, com relação à liberação dos estagiários em épocas de provas, bem como para estudantes com unidade curricular em dependência. Quanto à possibilidade de realizar estágios obrigatórios no câmpus, já é factível para todos os cursos.

A última pergunta do questionário angariou produzir dados sobre que tipo de material teria melhor aceitação junto aos discentes, sendo ela: “que tipo de material você acredita ser de mais fácil acesso para as informações sobre os estágios?”. Foram apresentadas quatro alternativas, conforme a Figura 8.

Figura 8 - Tipo de material sugerido



Fonte: Gerado pelo *Google Forms*, dados da pesquisa, 2023.

O gráfico demonstra que, dentre as 54 respostas obtidas, 34 ou 63% das pessoas preferem material digital; nove ou 16,7%, material impresso; sete ou 13%, evento - palestra; e quatro ou 7,4%, minicurso. Somando-se os que responderam evento - palestra e minicurso, tem-se 11 ou 20,4% de respondentes que preferem informações mediante comunicação presencial.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

A Área de Ensino, em que se situa o Mestrado ProfEPT, “[...] transita entre a ciência básica e a aplicação do conhecimento produzido” (Brasil, 2019a, p. 3). Deve-se utilizar os conhecimentos gerados na pesquisa, “[...] construindo pontes [...] para sua aplicação em produtos e processos educativos voltados às demandas da sociedade” (Brasil, 2019a, p. 3).

A proposta do Mestrado ProfEPT direciona para a “[...] formação de profissionais capazes de desenvolver atividades de pesquisas relacionadas ao ensino, voltadas para a EPT, em espaços formais e não formais de educação” (Pasqualli; Vieira; Castaman, 2018, p. 113). Os estudantes do ProfEPT, ao concluírem o curso, devem ser capazes de, além da dissertação, elaborarem um produto educacional, “[...] por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado” (Pasqualli; Vieira; Castaman, 2018, p. 113).

De acordo com dados do documento de Área de Ensino (Brasil, 2019a, p. 15), no Mestrado Profissional, diferentemente do Mestrado Acadêmico, a(o) estudante necessita elaborar um produto educacional e aplicá-lo em “situação real”, “em formato artesanal ou em protótipo”:

Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação/tese deve ser uma reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto educacional respaldado no referencial teórico metodológico escolhido (Brasil, 2019a, p. 15).

O produto educacional é entendido pela Área de Ensino como “[...] o resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta” (Brasil, 2019a, p. 16). Percebe-se, dessa forma, que o produto demanda beneficiar uma comunidade, sociedade ou instituição, sendo o seu processo de elaboração considerado:

[...] ao mesmo tempo, um diferencial para a formação de profissionais do ensino, um desafio para a docência e uma inovação no ‘fazer pesquisa’ nos programas de Pós-Graduação. Entrecruzam-se alguns princípios da formação do pesquisador com a necessidade da aplicabilidade por meio da partilha entre os conhecimentos produzidos pelo mestrando no seu espaço de trabalho (Pasqualli; Vieira; Castaman, 2018, p. 9).

Os autores destacam a importância da “articulação do ensino com a pesquisa aplicada na elaboração do produto educacional” (Pasqualli; Vieira; Castaman, 2018, p. 9) e que se almeja que o “[...] mestrando desenvolva uma pesquisa focada nas situações reais [...], visando à condição de protagonismo de seu processo de formação e transformação profissional” (Pasqualli; Vieira; Castaman, 2018, p. 9).

Os produtos educacionais produzidos no Mestrado Profissional ProfEPT possuem licenças *Creative Commons*, isto é, ficam disponíveis e podem ser utilizados atendendo “às cinco liberdades”: os interessados, professores e outros profissionais poderão “[...] reusar (liberdade de usar), revisar (adaptar, modificar, traduzir), remixar (combinar dois ou mais materiais), redistribuir (compartilhar) e reter (ter a própria cópia) os diferentes produtos gerados nos MP³⁹” (Rizzatti *et al.*, 2020, p. 2). Essa livre adaptação possibilita a difusão e democratização do conhecimento construído na pesquisa do mestrando para “[...] professores e professoras nos mais diferentes contextos do nosso país” (Rizzatti *et al.*, 2020, p. 2).

Quanto à tipologia do produto educacional, ele poderá ser: tecnologia social; material didático; curso de formação profissional; software ou aplicativo; manual ou protocolo; processo educacional; evento organizado; relatório técnico; acervo; produto de comunicação; carta, mapa ou similar. Essas tipologias referem-se a Produtos Educacionais declarados como válidos, mas “[...] não excluem outros modelos ou perfis que não estejam aqui elencados e que possuam justificativas nos projetos específicos dos programas” (Rizzatti *et al.*, 2020, p. 6).

Tendo em vista o que se apresentou até aqui e os estudos empreendidos com vistas à problemática “como qualificar o acesso ao conjunto de regulamentos e orientações sobre os estágios supervisionados no âmbito do EMIEP, com base nos sentidos evidenciados em discursos de servidores e estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) Câmpus Camaquã?”, elaborou-se dois produtos educacionais que contribuíssem para os desafios que se estabelecem em torno dos estágios supervisionados e da articulação com o mundo

³⁹ Mestrados Profissionais.

do trabalho. A construção dos Produtos Educacionais foi respaldada pelo estudo bibliográfico e documental e, em consonância, com as informações obtidas nas respostas dos questionários aplicados aos estudantes dos quartos anos do EMIEP do Câmpus Camaquã do IFSul e nas entrevistas com os coordenadores dos cursos de EMIEP e coordenadora de Extensão do mesmo câmpus. Para tanto, construiu-se um material didático/instrucional e um evento organizado, por entender que essas ferramentas poderão alcançar o objetivo proposto neste estudo.

Rizzatti *et al.* (2020, p. 5), caracteriza o material didático/instrucional e descreve que pode ser um tipo de “[...] material textual, como manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares, dicionários [...]”. O evento organizado pode ser realizado em formato de “[...] feiras e mostras científicas, atividades de divulgação científica, entre outros [...]” (Rizzatti *et al.*, 2020, p. 5).

A partir do exposto, apresenta-se o “Guia D@ Estagiári@” (Apêndice A), classificado como material didático/instrucional, e a “I Feira dos Estágios e Profissões do IFSul Câmpus Camaquã” (Apêndice B), que se define como evento organizado.

5.1 Guia d@ Estagiári@

O Guia d@ Estagiári@ caracteriza-se como um material textual elaborado em *Portable Document Format* (PDF) que visa a contemplar algumas fragilidades apontadas nos dados produzidos na pesquisa. Logo, pretende facilitar o acesso a documentos e regulamentos de estágios, bem como colaborar no alcance das informações sobre o mundo do trabalho. De acordo com a Figura 8, 63% dos respondentes (estudantes) afirmaram ter preferência por um material digital. Todavia, pretende-se que o mesmo fique disponível na página do IFSul Câmpus Camaquã e também seja divulgado entre os estudantes pelas redes sociais (grupos de *WhatsApp* e *Instagram* — @estagios_ifsul_camaqua — conta criada especificamente para atender aos assuntos sobre estágios).

Assim, ele foi pensado para ter uma linguagem simples e acessível, que facilite a compreensão dos discentes do EMIEP. O design jovial tenta transmitir leveza aos temas que, por vezes, possam parecer densos. A apresentação em formato de PDF não restringe a interatividade, pois há vários links que dão acesso a legislações, regulamentos institucionais, músicas, artigos, livros etc. A capa nas cores verde e

vermelho (tons presentes nas demais páginas) simboliza a instituição e sua logomarca, e idealizou-se não utilizar um índice para dispor de um aspecto mais informal da apresentação, sendo os conteúdos distribuídos em 21 páginas e elencados na página 4, conforme a Figura 9.

Figura 9 - Capa e descrição dos tópicos abordados no Guia



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Inicialmente, apresentou-se no guia um breve histórico da instituição, salientando sobre o público atendido e as dificuldades iniciais de implementação enfrentadas pela escola. Na sequência, introduziu-se o tema “trabalho como princípio educativo”, além da exemplificação do que caracteriza o mundo e o mercado de trabalho a partir do exemplo do trabalho doméstico (Figura 10), por ser de fácil reconhecimento por todos.

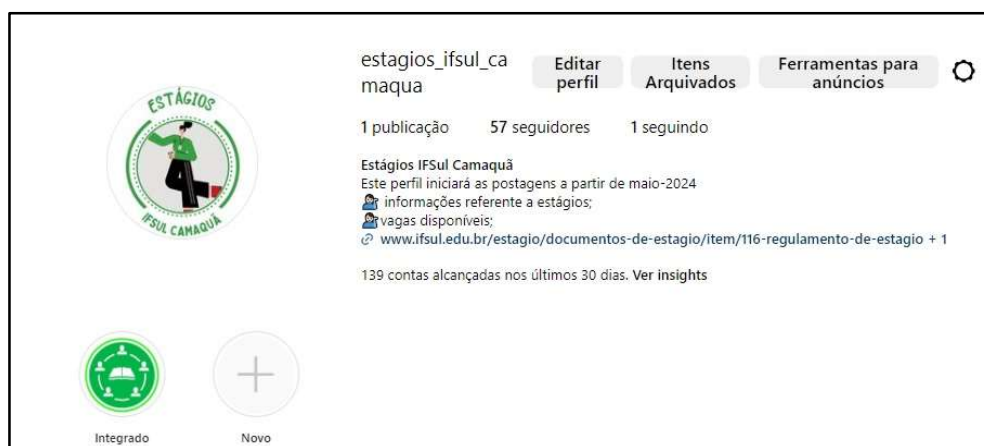
Figura 10 - Parte da página 9 do Guia d@ Estagiári@, exemplo de mundo e mercado de trabalho



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Por fim, adentrou-se nas questões específicas sobre os estágios supervisionados em que se destacam alguns pontos gerais e dispõe-se de *links* de acesso às leis e aos regulamentos da instituição. Neste material, desenvolveu-se dois fluxogramas com indicação de passo a passo para encaminhamento dos estágios obrigatórios e não obrigatórios. Ainda, inseriu-se alguns direitos e deveres dos estagiários e dicas de como realizar o estágio. Além disso, criou-se um perfil na rede social *Instagram* (já mencionada anteriormente - Figura 11), no qual se pretende publicar vagas de estágios e outras informações relativas a esse tema. Portanto, por meio dos materiais adicionais (*links* de artigos, livro, músicas), os estudantes poderão ter um aprofundamento sobre os assuntos abordados no Guia.

Figura 11 - Página da rede social *Instagram*



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

5.2 I Feira de Estágios e Profissões do IFSul Câmpus Camaquã

O evento foi idealizado como complementação do Guia d@ Estagiári@, para contemplar outro aspecto evidenciado na pesquisa junto aos servidores, ou seja, otimizar a comunicação e articulação com as empresas (vide Tabela 12). Outrossim, os estudantes apontam necessidade similar quando relatam que deve existir maior “ligação” com as empresas a fim de aumentar o número de vagas disponíveis (vide Tabela 17). Em consequência, foi elaborada a proposta da feira de estágios e profissões, caracterizada como evento de extensão, com base no Guia para Projetos de Extensão no IFSul (IFSUL, 2024), documento norteador na confecção e execução de projetos dessa natureza.

No formato de infográfico, tem-se a sugestão de programação, a caracterização do evento como extensão e o passo a passo para construção do projeto, além de todos elementos necessários para encaminhamento do registro junto à pró-reitoria de extensão: resumo, justificativa, fundamentação teórica, metodologia, equipe executora (a ser definida), objetivos e resultados esperados, o que fazer após aprovação do projeto e alguns lembretes sobre a organização.

Figura 12 - Infográfico - I Feira de Estágios e Profissões do IFSul Câmpus Camaquã



Fonte: Modelo de infográfico e imagens do *Canva* e redigido pela autora, 2024.

O *design* utilizado busca demonstrar que, normalmente, a ideia de realização de um projeto ocorre a uma pessoa, mas, na sequência, é necessária a colaboração de outras e, assim, empreender o trabalho em equipe. Isso é mencionado ao longo do texto como fundamental para a consolidação desse tipo de evento e reforçado nas imagens. Quanto à predominância das tonalidades em azul, almejou-se transmitir tranquilidade e segurança e manter a cor utilizada pela pró-reitoria de extensão no guia para projetos de extensão (IFSUL, 2024).

A proposta da I Feira dos Estágios e Profissões do IFSul Câmpus Camaquã será encaminhada à direção-geral do câmpus, para os coordenadores de extensão e dos cursos de EMIEP com uma sugestão de implementação.

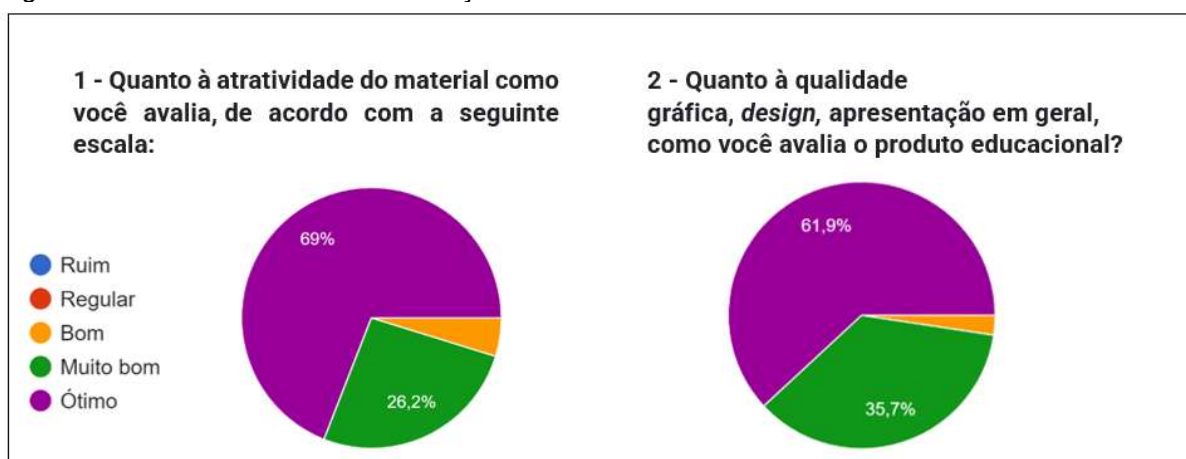
5.3 Avaliação e validação do produto educacional

Os produtos educacionais foram avaliados em duas etapas, a primeira através de questionário (APÊNDICE E), aplicado por meio eletrônico, via *Google Forms*, com 11 questões fechadas e duas abertas, com critérios estabelecidos em Leite (2018): atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança de ação. Os questionários apresentavam opções de respostas de acordo com a escala Likert, permitindo que fossem evidenciados diferentes níveis de intensidade, em consonância aos gráficos que serão evidenciados a seguir. Havia também duas questões discursivas, que serão explicitadas no formato de tabela.

A avaliação foi feita pelos servidores entrevistados na pesquisa: Coordenadores de Cursos do EMIEP e Coordenadora de Extensão, assim como pelos estudantes dos quartos anos do EMIEP do ano letivo de 2024. A aplicação do questionário aos servidores foi realizada a partir do envio do formulário por e-mail, tendo em vista o cronograma de trabalho diferenciado de cada um. Quanto aos estudantes, foi realizada uma apresentação dos produtos educacionais em cada turma do 4º ano do EMIEP. De acordo com o SUAP, o número total de estudantes nas quatro turmas neste ano letivo é de 70, desses, 38 enviaram a avaliação dos produtos. Os materiais foram encaminhados via *WhatsApp* para os grupos das turmas, assim como o *link* para o questionário de avaliação. Além disso, foi feita a projeção e explicação de cada página do Guia d@ Estagiári@. Com relação à Feira dos Estágios e Profissões do IFSul Câmpus Camaquã, foi explanado sobre o evento e projetada a primeira página, que contém a sugestão de programação. Do total de 42 respondentes, 9,5% (quatro) eram servidores; 19% (oito) eram estudantes do TAI; 26,2% (11), do TINF; e 45,2% (19), do TCA.

As duas perguntas relativas à atração dos produtos (Figura 13) obtiveram as seguintes avaliações: 1) Quanto à atratividade do material: 69% (29) consideraram “ótimo”; 26,2% (11), “muito bom”; e 4,8% (dois), “bom”. 2) Quanto à qualidade gráfica, *design* e apresentação geral: 61,9% (26) responderam “ótimo”; 35,7% (15), “muito bom”; e 2,4% (um), “bom”.

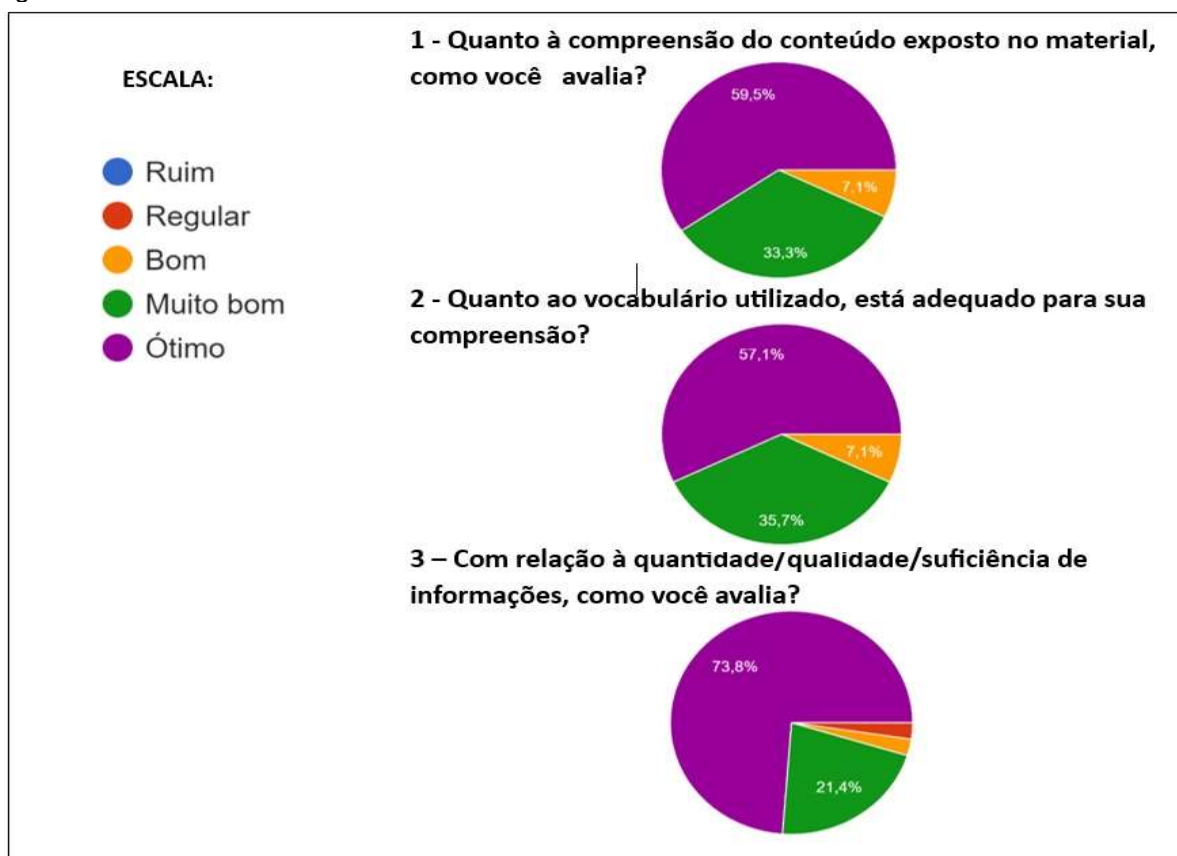
Figura 13 - Questões relativas à ATRAÇÃO



Fonte: Gerados pelo *Google forms*, dados da pesquisa, 2023.

Quanto à compreensão (Figura 14), questionou-se sobre três aspectos: compreensão geral do conteúdo do material e, nesse ponto, 59,5% (25) consideraram “ótimo”; 33,3% (14), “muito bom”; e 7,1% (três), “bom”. Em relação ao vocabulário utilizado, 57,1% (24) avaliaram como “ótimo”; 35,7% (15), “muito bom”; e 7,1% (três), “bom”. A quantidade/qualidade/suficiência de informações foi observada por 73,8% (31) como “ótimo”; 21,4% (nove), “muito bom”; 2,4% (um), “bom”; e 2,4% (um), “regular”.

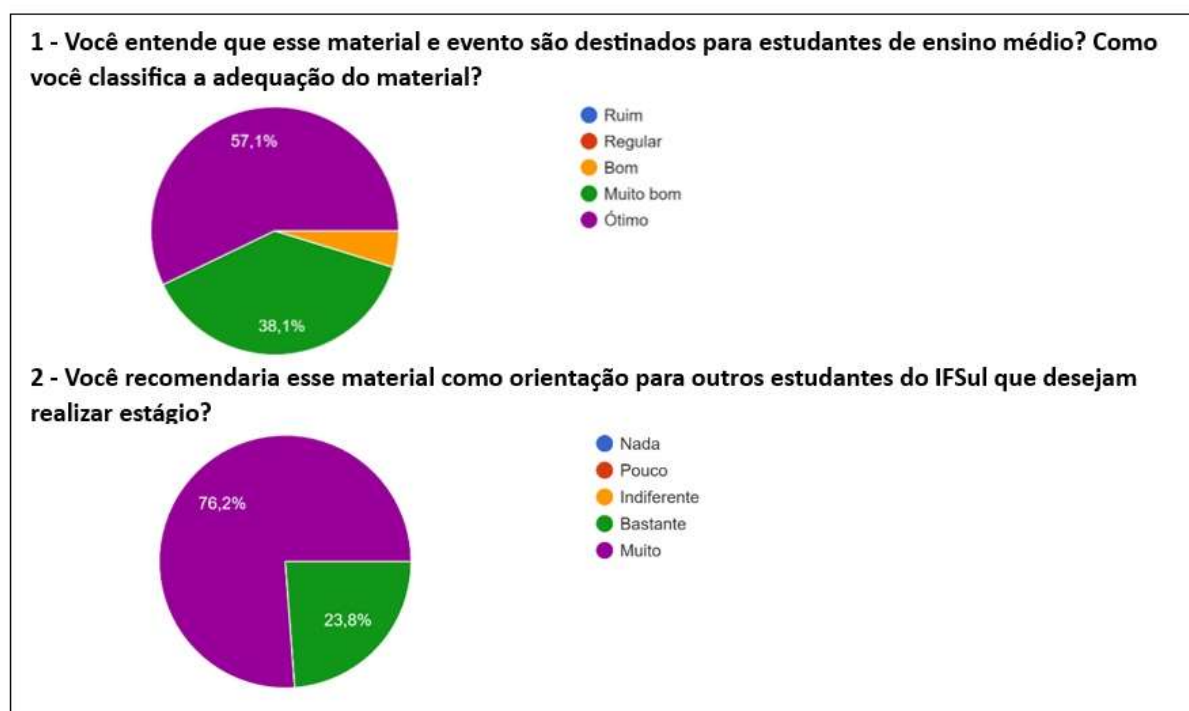
Figura 14 - Questões sobre a COMPREENSÃO



Fonte: Gerados pelo *Google forms*, dados da pesquisa, 2023.

Relacionado ao envolvimento (Figura 15), perguntou-se sobre a adequação do material aos estudantes do ensino médio. As respostas somaram 57,1% (24) para “ótimo”; 38,1% (16), “muito bom”; e 4,8% (dois), “bom”. Responderam que recomendariam “muito” o material para outros estudantes 76,2% (32) e “bastante”, 23,8% (dez).

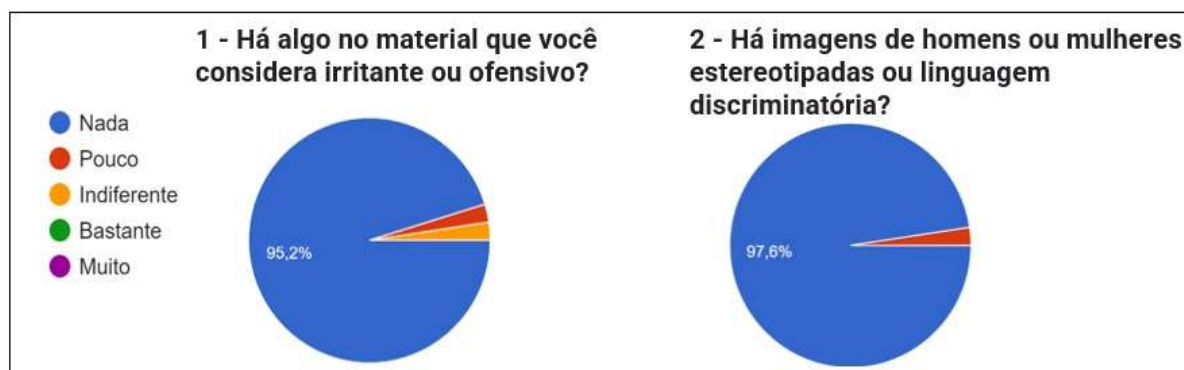
Figura 15 - Questões a respeito do ENVOLVIMENTO



Fonte: Gerados pelo *Google forms*, dados da pesquisa, 2023.

Nas questões sobre a aceitação (Figura 16), foram levantados dois pontos. Sobre haver algo irritante ou ofensivo, 95,2% (40) afirmaram “nada”; 2,4% (um), “pouco”; e 2,4% (um), “indiferente”. Em relação à existência de imagens de homens ou mulheres estereotipadas ou linguagem discriminatória, 97,6% responderam “nada” e 2,4% (um), “pouco”.

Figura 16 - Questões a respeito da ACEITAÇÃO



Fonte: Gerados pelo *Google forms*, dados da pesquisa, 2023.

As duas últimas perguntas objetivas avaliam a mudança de ação (Figura 17).

Os pontos foram: se o material e evento apresentados cumprem o objetivo de facilitar o acesso às informações, em que 69% (29) consideraram “muito” e 31% (13), “bastante”. Ainda, se os produtos proporcionarão mudança para os estudantes na busca por informações: 71.4% (30), “muito”; 26,2% (11), “bastante”; e 2,4% (um), “indiferente”.

Figura 17 - Questões sobre MUDANÇA DE AÇÃO



Fonte: Gerados pelo *Google forms*, dados da pesquisa, 2023.

As duas questões dissertativas demandaram aos respondentes que contribuíssem relatando sobre algo de que tivessem sentido falta nos materiais. Também foi solicitado que registrassem suas contribuições para melhorar os produtos educacionais. Na Tabela 18, tanto servidores quanto estudantes serão identificados pela letra “R” e o número correspondente à ordem de resposta (de 2 a 43).

Tabela 18 - Questões relativas às CONTRIBUIÇÕES

Pergunta: Registre aqui se você sentiu falta de algum conteúdo no material apresentado.

Respostas

R3 “O material está muito bem organizado, no momento eu não acrescentaria nada.”

R13 “não”.

R19 “Não senti, está tudo perfeito e muito explicativo.”

R20 “Não senti falta.”

R39 “Para mim esta bom”.

R43 “A princípio tudo que precisa ser apresentado aos estudantes está no material.”

Pergunta: Registre suas contribuições para melhorar esse produto educacional.

Respostas

R3 “O material está de acordo com a proposta do projeto. Bem elaborado e atinge os objetivos propostos. No momento não teria nenhuma contribuição.”

R13 “nada”

R20 “Está ótimo!”

R39 “Para mim está bom”

R41 “Talvez possuir algum vídeo para aumentar a acessibilidade do material.”

R43 “Seria interessante avaliar o design gráfico do ponto de vista de um designer digital, para saber se a quantidade de elementos visuais não está demasiada ou com cores que dificultam a leitura. Especialmente para pessoas com necessidades especiais (dislexia).”

Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa, 2023.

Dois respondentes deixaram excelentes contribuições quanto à acessibilidade, ficando esse indicativo para novas adaptações a serem feitas pela instituição a longo prazo. Embora o *design* do Guia d@ Estagiári@ tenha sido elaborado por um profissional da área (*designer digital*), são importantes as considerações sobre futuras adaptações para pessoas com deficiência (PCDs).

Constata-se, de maneira geral, que as respostas foram positivas em relação aos dois produtos, visto que a maioria das avaliações se restringem a “ótimo, muito bom e bom”. Assim, a segunda etapa será a validação efetivada pela banca de defesa da dissertação:

A segunda instância de validação é obrigatória para todos e será feita pela banca de defesa de dissertação ou tese, com base no instrumento de validação proposto ao longo desse ensaio, tendo sido desenvolvido a partir de propostas que já estão em uso por alguns PPGs e tendo sido aprovado na plenária de coordenadores do Seminário de Área de 2019 (Rizzatti *et al.*, 2020, p. 7).

Após o processo anteriormente relatado, o produto educacional resultante do presente estudo será registrado no *International Standard Book Number* (ISBN) e

depositado em repositório nacional conhecido como eduCAPES⁴⁰, que é “[...] um portal educacional online, de objetos educacionais abertos para uso de alunos e professores da educação básica, superior e pós-graduação que busquem aprimorar seus conhecimentos” (Capes, 2022).

⁴⁰ “O eduCAPES engloba em seu acervo milhares de objetos de aprendizagem, incluindo textos, livros didáticos, artigos de pesquisa, teses, dissertações, videoaulas, áudios, imagens e quaisquer outros materiais de pesquisa e ensino que estejam licenciados de maneira aberta, publicados com autorização expressa do autor ou ainda que estejam sob domínio público” (Capes, 2022).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve início em vista da preocupação com as demandas dos estudantes do EMIEP do IFSul Câmpus Camaquã em relação aos estágios supervisionados. Contou como objetivo geral analisar, nos discursos de estudantes e servidores do IFSul Câmpus Camaquã, as concepções de Estágio Supervisionado e sua relevância no EMIEP, com a finalidade de elaborar um produto educacional que qualificasse o acesso ao conjunto de regulamentos e orientações sobre os estágios, tendo em vista a articulação com o mundo do trabalho.

Com base nos referenciais teóricos estudados, percebeu-se a EPT, na forma do EMIEP, como estratégica para a quebra da dualidade estrutural do ensino e do trabalho (manual e intelectual), na busca por sobrepujar as determinações da sociedade capitalista. Entendeu-se que é indispensável desenvolver o protagonismo da instituição na sociedade, já que um de seus fundamentos estruturantes é a territorialidade, e que uma via capaz de favorecer a interlocução entre elas são os estágios supervisionados. Portanto, verificou-se como válido estreitar as relações com o mundo do trabalho e a articulação com a sociedade por meio dos mesmos. Os estágios, nesse processo, podem superar o simples encaminhamento para o mercado de trabalho para alcançar o nível de articulador entre o trabalho pedagógico realizado na instituição e o mundo do trabalho. Deseja-se desse modo, formar cidadãos capazes de acessar o mercado de trabalho, mas com consciência das forças que determinam que o trabalho seja visto como mercadoria, visando suplantar esse entendimento mercadológico do trabalho. Quanto ao trabalho pedagógico realizado na instituição, entende-se que ele é permeado pela origem social, concepções ideológicas e pedagógicas de cada servidor da educação, dentro e fora de sala de aula. A soma e o entrelaçamento de todos esses aspectos, comporão a formação dos estudantes do IFSul câmpus Camaquã.

A partir da realização da pesquisa, verificou-se confluência nas manifestações dos servidores e estudantes sobre a comunicação interna relativa ao tema: dificuldade

em acessar documentação, legislação, vagas disponíveis, entre outros. Porém, um fator inesperado ganhou destaque na análise dos dados: o que tange à comunicação externa realizada com as empresas, sendo apontada como fragilidade pelos dois segmentos. Esse fato dificulta o acesso às vagas e termina por frustrar o reconhecimento dos potenciais tanto da escola quanto dos seus estudantes e egressos. A quebra desse padrão, que foi confirmado pela pesquisa, depende de **reflexão, ação e reflexão** por parte do IFSul Câmpus Camaquã na busca por uma compreensão factual da sociedade em que está inserido, para se tornar possível lançar suas raízes de maneira profícua nesta região. Cabe ressaltar, que existe uma responsabilidade institucional (do IFSul como um todo), e não somente do câmpus Camaquã, quanto à regulamentação, organização e divulgação das informações relacionadas aos estágios em acordo com o que ditam os documentos institucionais analisados neste estudo.

Obter maior facilidade para acessar documentos e vagas permite aos estudantes tranquilidade no transcorrer da busca por estágio, visto que se corroborou a relevância do ganho proveniente da bolsa-auxílio. Os servidores, em suas declarações, mencionaram que, muitas vezes, essa é a única fonte de renda dos estagiários e que vários estudantes saíram da instituição pela necessidade de trabalhar. A bolsa-auxílio é utilizada para pagamento de transporte, alimentação, roupas e itens pessoais, além de ajudar em casa, conforme mencionaram os entrevistados. Portanto, qualificar os acessos, dando-lhes consciência dos seus direitos e deveres, das legislações e regulamentos que os amparam pode ser um incentivo para continuarem seus estudos.

Apurou-se também, pelos dados produzidos na pesquisa, que havia necessidade de aprofundar algumas concepções a respeito do trabalho como princípio educativo, do entendimento e da diferenciação entre mercado e mundo do trabalho. Para tanto, reafirma-se o compromisso dos IFs em oferecer uma formação omnilateral para superar a dualidade das classes sociais: oferecendo formação para o trabalho, porém também para a vida. Desse modo, não é necessária a preocupação demasiada com o prosseguimento dos estudos ou trabalho na área técnica cursada, mas sim, com a compreensão de que se deve educar cidadãos, com senso crítico ao sistema que se impõe na sociedade. Outrossim, os dois segmentos entendem que os estágios supervisionados contribuem, além do que já foi exposto, à formação humana integral dos estudantes, uma vez que, a partir dos relatos, há um ganho na autonomia,

responsabilidade e desenvoltura pessoal e social.

Os dados produzidos apontaram para a elaboração de um produto educacional (PE) que reparasse as fragilidades encontradas nos dois segmentos, contudo, se tornaria muito complexo abordar todas elas em apenas um PE. Dessa maneira, foram elaborados dois materiais: o Guia d@ Estagiári@, direcionado aos estudantes, e a I Feira dos Estágios e Profissões do IFSul Câmpus Camaquã, para os servidores. Foi considerada, na criação do Guia d@ Estagiári@, uma introdução que demonstra a origem da instituição e por que ela é tão vinculada ao trabalho, evidenciando o trabalho como princípio educativo e diferenciando o mercado e o mundo do trabalho. Na sequência, adentra nas informações sobre estágios supervisionados. Como parte desse PE, foi criado um perfil na rede social *Instagram* para dar visibilidade às vagas e informações sobre estágios. Foi dada ênfase nas questões dos estágios com detalhamento dos procedimentos e links que dão acesso aos documentos e legislação. No entanto, criou-se outro PE para dar conta das fragilidades relativas à interlocução com as empresas, evidenciadas pelos dois grupos pesquisados. A I Feira dos Estágios e Profissões do IFSul Câmpus Camaquã caracteriza-se como um evento de extensão com o objetivo de divulgar os cursos do câmpus, assim como ampliar o leque de empresas conveniadas, expandindo as parcerias institucionais.

Os dois PE, um material digital informativo e um evento, se complementam. Trata-se de um empreendimento inicial com vista a qualificar os acessos, tanto às documentações, quanto às vagas e, contribuir em um longo processo, que envolve muitas partes: servidores, comunidade externa à instituição, estudantes, dirigentes, além da implementação de uma política institucional que dê sustentação a essa iniciativa. Essa é uma das limitações deste estudo: para que as iniciativas deem certo, são necessárias várias pessoas e entidades dispostas a colaborar, principalmente, com relação à articulação com a sociedade. Outrossim, será necessária a realização de uma pesquisa prévia junto à comunidade externa e ampliação do campo na comunidade interna, analisando de forma mais abrangente as demandas de ambos. Seria relevante o prosseguimento e aprofundamento dos estudos empreendidos até aqui para que se possa dar subsídios às políticas de extensão e de estágios no IFSul, para que efetivamente se cumpram os objetivos da instituição e o prescrito nos seus documentos norteadores.

O presente estudo e os PE elaborados podem contribuir para o melhor funcionamento dos serviços e das informações a respeito dos estágios no IFSul

Câmpus Camaquã, assim como poderão ser aproveitados e adaptados em diferentes realidades de outras instituições e localidades. O estudo contribui para dar visibilidade aos estudantes e suas necessidades, assim como expõe que é preciso evitar o encastelamento da instituição, a fim de que se estendam suas parcerias e seu entrosamento com a comunidade. Por fim, é essencial para a EPT que esse tipo de estudo e ações propostas sejam ampliados para superação dos desafios expostos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rosana Cássia Rodrigues; RESENDE, Marilene. Aspectos legais do estágio: uma retrospectiva histórica. **Revista Multitexto**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 58-64, jun. 2015. Disponível em: <http://www.ead.unimontes.br/multitexto/index.php/rmcead/article/view/108>. Acesso em: 23 out. 2022.

ANDREOTTI, Azilde L. HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" Faculdade de Educação da Unicamp. **Glossário**. Campinas. [S.D.]. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/leis-organicas-do-ensino-de-1942-e-1946>. Acesso em: 29 abr. 2023.

ANTUNES, André. A educação está nocauteada. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz**. Notícias. Entrevistas. Rio de Janeiro. 2018a. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-educacao-esta-nocauteada>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ANTUNES, André. Conselho Nacional de Educação aprova BNCC do ensino médio. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz**. Notícias. Entrevistas. Rio de Janeiro. 2018b. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/conselho-nacional-de-educacao-aprova-bncc-do-ensino-medio>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Reestruturação Produtiva**. Dicionário de Verbetes. GESTRADO UFMG. Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente. Belo Horizonte, S.D. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/reestruturacao-produtiva/>. Acesso em: 08 nov. 2023.

ARTICULAÇÃO. *In*: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/trabalho/>. Acesso em: 19 dez. 2023.

BARREIRO, Iraíde Marques de F.; GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. **Sobre a BDTD**. Brasília, S.D. Disponível em: <https://bdtb.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 04 set. 2023.

BRAIDO, Luiza da Silva; CASTAMAN, Ana Sara; FERREIRA, Liliana Soares. Novos caminhos, velhas rotas: Análise dos movimentos de sentidos sobre a educação profissional e tecnológica. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**.

Araraquara. v. 18, n. 00, p. e023002, 2023. DOI: 10.21723/riaee.v18i00.16421. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16421>. Acesso em: 8 nov. 2023.

BRAIDO, Luiza da Silva *et al.* Análise dos Movimentos de Sentidos na pesquisa em Educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, p. e280087, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/h8Ttr5DRdqZpCqnqQZsjz5r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. **Programas e Ações da SETEC**: Expansão da Rede Federal. Ministério da Educação. Brasília. [S. D.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica do Ensino Industrial**. Diário Oficial da União, Seção 1. 9/2/1942, P. 1997 (Publicação Original). Brasília. 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 1.002, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, de 29 de setembro de 1967**. Institui nas empresas a categoria de estagiário e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 out. 1967. Disponível em: https://atvi.com.br/wp-content/uploads/2018/02/Portaria_MTPS_n_1002_29_09_1967.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília. Casa Civil, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 08 ago. 2022.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 76/75 de 23 de janeiro de 1975**. O ensino de 2º grau na Lei Nº 5.692/71. [S.I.], 1975. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/parecer_76-1975_o_ensino_de_2o_grau_na_lei_5.692-71.pdf. Acesso em: 8 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 7.044, de 18 de Outubro de 1982**. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Brasília. Câmara Legislativa, 1982. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 8 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 30 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. **Casa Civil**. 1997a. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 8 out. 2022.

BRASIL. **Portaria MEC nº 646/97, de 14 de maio de 1997**. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96 e no Decreto Federal nº 2.208/97 e dá outras providências (trata da rede federal de educação tecnológica). 1997b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646_97.pdf. Acesso em: 19 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília. Câmara dos Deputados. 1998. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1998/lei-9649-27-maio-1998-372115-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB Nº 04/99- Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília: Ministério da Educação, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/resol0499.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 2736 de 30 de setembro de 2003**. Revoga a Portaria n.º 646, de 14 de maio de 1997, que regulamentou a implantação da Educação Profissional. 2003. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/35268-revoga-a-portaria-n-u-646-de-14-de-maio-de-1997-que-regulamentou-a-implantauo-da-educauo-profissional.html>. Acesso em: 19 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.154 de 23 de Julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Casa civil, 2004a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 8 out. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 39/2004** Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília. Ministério da Educação. 2004b. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/leis/pareceres_cne/legisla_tecnico_parecer392004.pdf. Acesso em: 08 de nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005**. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Brasília. Casa Civil, 2005a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11195.htm. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.478 de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Brasília. Casa Civil, 2005b. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5478.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**: Documento Base. Dezembro de 2007. Brasília. Ministério da Saúde. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília. 2008a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília. Casa Civil. 2008b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. **A história das instituições federais de educação profissional começa em 1909 com a criação das 19 Escolas de Aprendizizes e Artífices**. Brasília. Ministério da Educação. 2008c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/historico>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília. Casa Civil. 2008d. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm#:~:text=Altera%20dispositivos%20da%20Lei%20n,da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20profissional%20e%20tecnol%C3%B3gica. Acesso em: 08 nov. 2023.

BRASIL. MAPA - Memória da Administração Pública Brasileira. **Dicionário On-line da Administração Pública Brasileira**. Brasília. Arquivo Nacional. 2011. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 466 do CNS que trata de pesquisas em seres humanos e atualiza a resolução 196**. Brasília. Ministério da Saúde. 2012a. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 06/2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília. Ministério da Educação. 2012b. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09 out. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação - Câmara da Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 11/2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Ministério da Educação. Brasília. 2012c. Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN112012.pdf?query=FUNCIONAMENTO. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, Casa Civil. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília. Ministério da Saúde. 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília. Secretaria geral. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área - Ensino**. Brasília. 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Novos Caminhos - Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília. 2019b. Disponível em: <https://novoscaminhos.mec.gov.br/conheca-o-programa>. Acesso em: 08 nov. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno. **Resolução nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília. Ministério da Educação. 2021a. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECPN12021.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **O que é a Covid-19?** Brasília. Ministério da Saúde. 2021b. Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Carta Circular nº 1/2021- CONEP/SECNS/MS de 03 de março de 2021**. Brasília. 2021c. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/CARTAS/Carta_Circular_01.2021.pdf. Acesso em: 30 set. 2022.

BRASIL. MAPA - Memória da Administração Pública Brasileira. **Publicações. Biografias. Getúlio Dornelles Vargas**. Brasília. Arquivo Nacional. 2022. Disponível em: <http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/1034-getulio-dornelles-vargas>. Acesso em: 04 out. 2023.

CAMAQUÃ, Prefeitura Municipal de. **O Município: Dados Gerais. Localização**. Camaquã. [S. D]. Disponível em: <https://www.camaqua.rs.gov.br/portal/>. Acesso em: 07 ago. 2022.

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. 2022. Disponível em: Portal eduCapes: Sobre o eduCAPES. Acesso em: 08 nov. 2022.

CASTAMAN, Ana Sara; RODRIGUES, Ricardo Antonio. Ensino Integrado: perspectivas e provocações. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 13, n. 2, maio/ago. 2020a. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/14941>. Acesso em: 21 abr. 2022.

CASTAMAN, Ana Sara; RODRIGUES, Ricardo Antonio. O trabalho como princípio educativo no ensino integrado ao médio. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 6, n. 17, p. 301-314, 2020b. Disponível em: <http://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/2291/2099>. Acesso em: 25 set. 2022.

CIAVATTA, Maria. **O trabalho como princípio educativo: uma investigação teórico-metodológica (1930-1960)**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1990.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 08 out. 2022.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos?. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 10 jan. 2024.

COLOMBO, Irineu Mario; BALLÃO, Carmen Mazepa. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. **Educar em Revista** [online], n. 53, p. 171-186, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.36902>. Acesso em: 17 out. 2022.

COLOMBO, Irineu Mario. Escola de Aprendizes Artífices ou Escola de Aprendizes e Artífices?. **Educar em Revista**. Curitiba. v. 36,e71886. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/zXWJRxQDDnRGSdjhGzGr3FR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 out. 2023.

CONIF - CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Extensão Tecnológica - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica/ Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Cuiabá. CONIF/IFMT. 2013. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/extensao-e-cultura/arquivo/2016/extensao-tecnologica-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-2013.pdf> Acesso em: 17 out. 2022.

COREDE-Centro-sul. **Planejamento Estratégico de Desenvolvimento da Região Centro-sul**. São Jerônimo: Ed. Fotografica, 2016. Disponível em: <http://www.coredecentrosul.com.br/documentos/livro-ped-centro-sul.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.

CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo/Brasília: UNESP/Flacso, 2000.

ESCOTT, Clarice Monteiro; MORAES, Márcia Amaral Correa de. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. *In: História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos institutos federais de educação, ciências e tecnologia*. p.1492-1508, 2012. Disponível em: <https://histedbrnovo.fe.unicamp.br/pf-histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.51.pdf>. Acesso em: 08 out. 2022.

FERNANDES, Danielle Cireno. **Precarização do Trabalho**. Dicionário de Verbetes. GESTRADO UFMG. Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente. Belo Horizonte. 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/precariozacao-do-trabalho/>. Acesso em: 06 nov. 2022.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Articulação**. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Liliana Soares. Trabalho Pedagógico na Escola: do que se fala?. **Educação & Realidade** [online], v. 43, n. 2 , p. 591-608, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623664319>. Acesso em: 10 set. 2022.

FERREIRA, Liliana Soares. Discursos em análise na pesquisa em educação: concepções e materialidades. **Revista Brasileira de Educação**. v. 25 e 250006, p. 1-18, 2020a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5RT6P594sk7ccDp6NKYX6qK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 set. 2022.

FERREIRA, Liliana Soares. **Educação Profissional e Tecnológica no Rio Grande do Sul**. Curitiba: Editora CRV, 2020b.

FERREIRA, Liliana Soares; BRAIDO, Luiza da Silva.; DE TONI, Dulcineia L. P. Pedagogia nas Produções Acadêmicas da Pós-Graduação em Educação no RS: Análise dos Movimentos de Sentidos. **Revista Cocar**, Belém, Edição Especial, n.8,

p. 146- 164, Jan./Abr./ 2020. Disponível em:
<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3052>. Acesso em: 20 set. 2022.

FERREIRA, Liliana Soares. Análise dos movimentos de sentidos sobre trabalho pedagógico na pesquisa em educação. **Revista Brasileira de Educação** [online]. v. 27, e270014, 2022a. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27570174008>. Acesso em: 20 set. 2022.

FERREIRA, Liliana Soares. Sobre 'formação' e trabalho pedagógico dos professores: 'parece que o vento mania o tempo'. **Acta Scientiarum**. Education, v. 44, e55174, 2022b. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/journal/3033/303371539037/html/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

FERREIRA, Liliana Soares; CORRÊA, Marcos Britto; SILVEIRA, Rozieli Bovolini. Proposições sobre a noção de sujeito no trabalho pedagógico. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 33, e20210061, 2022.

FERREIRA, Liliana Soares *et al.* Trabalho pedagógico na educação profissional e tecnológica nos Institutos Federais gaúchos em tempos de pandemia. *In*: FERREIRA, Liliana Soares *et al.* **Trabalho pedagógico na educação profissional e tecnológica em diferentes contextos: desafios e reflexões**. Volume 3. Curitiba: CRV, 2022.

FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados. **Organicom**, São Paulo, n. 9, p. 90-100, 2º sem., 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138986/134334>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em:
[https://books.google.com.br/books?id=oB5x2SChpSEC &lpg=PA6&ots=ORUW2rakm3&dq=FONSECA%2C%20J.%20J.%20S.%20Metodologia%20da%20pesquisa%20cient%3ADfca.%20Fortaleza%3A%20UEC%2C%202002.%20Apostila.&hl=pt-BR&pg=PA20#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=oB5x2SChpSEC&lpg=PA6&ots=ORUW2rakm3&dq=FONSECA%2C%20J.%20J.%20S.%20Metodologia%20da%20pesquisa%20cient%3ADfca.%20Fortaleza%3A%20UEC%2C%202002.%20Apostila.&hl=pt-BR&pg=PA20#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 19 set. 2022

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira Educação**. v. 14, n. 40, p.168-194, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a14.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão da relação educação e trabalho para trabalho e educação. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 10, n. 20, p. 228-248, 2015. Disponível em:
<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2729>. Acesso em: 10 jul. 2022.

FRIZZO, Giovanni Felipe Ernst; RIBAS, João Francisco Magno; FERREIRA, Li-

liana Soares. A Relação Trabalho-Educação na Organização do Trabalho Pedagógico da Escola Capitalista. **Educação**, Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, v. 38, n. 3, set./dez. p. 553-564, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/8987/pdf>. Acesso em: 27 nov. 2022.

GENTILI, Pablo. O que há de novo nas novas formas de exclusão na educação? neoliberalismo, trabalho e educação. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 191-202, jan./jun. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71754>. Acesso em: 10 nov. 2023.

GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA Denise T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo. Editora Atlas SA, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo. Atlas, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HERMIDA, Jorge Fernando; LIRA, Jailton de Souza. Políticas educacionais em tempos de golpe: entrevista com Dermeval Saviani. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 144, p. 779-794, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FfbjXtkLHPsyWJsfwVHFvVJ/?lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades@. **Trabalho e Rendimento**. Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/camaqua/panorama>. Acesso em: 04 jul. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO (IFES). **Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional**. Vitória, 2019. Disponível em: <https://profep.ifes.edu.br/areadeconcentracao?start=3>. Acesso em: 30 ago. 2022

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO (IFES). ProfEPT. **Consulta de Egressos/Dissertações/Produtos Educacionais**. Vitória. 2021. Disponível em: <https://profep.ifes.edu.br/consulta-de-egressos-dissertacoes-produtos-educacionais>. Acesso em: 04 set. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Resolução 80/2014. Regulamento de Estágio**. Pelotas. 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/lfhop/Desktop/DOWNLOAD/Regulamento_de_Estagio%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/lfhop/Desktop/DOWNLOAD/Regulamento_de_Estagio%20(3).pdf). Acesso em: 22 out. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Histórico**. Pelotas. 2015. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/historico>. Acesso em: 07 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul) **Política de Extensão e Cultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense**. Aprovado pelo Conselho Superior, conforme Resolução nº 128, de 12 de dezembro de 2018. Pelotas. 2018a. Disponível em: <https://www.ifsul.edu.br/politica-de-extensao-e-cultura>. Acesso em 22 out. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Catálogo de Cursos. Informática**. Pelotas. 2018b. Disponível em: <https://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/curso/154>. Acesso em 28 out. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Catálogo de Cursos. Controle Ambiental**. Pelotas. 2019. Disponível em: <http://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/curso/12>. Acesso em: 28 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **IFSul-Camaquã completa 10 anos!**. Camaquã. 2020. Disponível em: <http://www.camaqua.ifsul.edu.br/ultimas-noticias/874-ifsul-camaqua-completa-10-anos>. Acesso em: 16 jul. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Projeto Pedagógico de Curso PPC - Curso Técnico em Automação Industrial Forma Integrada**. Pelotas. 2021. Disponível em: <https://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/curso/13>. Acesso em: 23 out. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP**. Relatórios. Camaquã. 2022a. Disponível em: <https://suap.ifsul.edu.br/edu/relatorio/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Relatório das Entrevistas com Estudantes que Solicitaram Transferência**. Camaquã. 2022b. (Mimeo).

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Estágios: Informações e Documentos**. Camaquã. 2022c. Disponível em: <http://www.camaqua.ifsul.edu.br/documentos-estagio>. Acesso em: 29 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul) **Editais**. Camaquã. 2022d. Disponível em: file:///C:/Users/lfhop/Desktop/DOWNLOAD/20220603121601_629a25b13b83c.pdf. Acesso em: 31 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024 do IFSul - Capítulo 3 - Projeto Pedagógico Institucional**. Pelotas. 2022e.

Disponível em:

<http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/1334-pdi-2020-2024-ifsul>. Acesso em: 11 set. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Pacote de Material Gráfico Institucional**. Pelotas. 2022f.

Disponível em:

<http://www.ifsul.edu.br/identidade-visual/item/119-pacote-de-material-grafico-institucional>. Acesso em: 10 set. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Resolução CONSUP/IFSUL nº 256. Regulamento de Estágios do IFSul**. Pelotas. 2023. Disponível em:

<https://www.ifsul.edu.br/estagio/documentos-de-estagio/item/116-regulamento-de-estagio>. Acesso em: 11 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Guia para projetos de extensão no IFSul**. Pelotas. 2024.

Disponível em: <https://www.ifsul.edu.br/guia-para-projetos-de-extensao-no-ifsul>. Acesso em: 05 mar. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Nossos Câmpus e Polos**. Pelotas. [s.d.] Disponível em:

<http://www.ifsul.edu.br/mapa>. Acesso em: 30 ago. 2022.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.

LEITE, Priscila Souza Chisté. **Investigação Qualitativa em Educação. Atas do 7º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa**. ISBN: 978-972-8914-82-0. Fortaleza. 2018. Disponível em:

<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1946> Acesso em: 8 nov. 2022.

MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Editora Alínea, 2007.

MANCEBO, Deise. **Subjetividade Docente**. Dicionário de Verbetes. GESTRADO UFMG. Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente. Belo Horizonte. S.D. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/subjetividade-docente/>. Acesso em: 08 nov. 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 3. ed. São Paulo: Sundermann, 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. 1102 p.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014.

MOURA, Dante Henrique; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira; RAMOS, Marise Nogueira. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**. Documento Base, Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 8 ago. 2022.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e EPT: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**, v. 2, p. 4-30, mar. 2008. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 12 abr. 2021.

NASCIMENTO, Claudio Rodrigues. **A Dialética nas Fronteiras da Convivência**: o movimento dos sujeitos a partir de uma Escola Técnica Industrial em direção ao mundo do trabalho. Tese de Doutorado. 2018, 366 f. Programa de Pós-graduação em Educação, UFSM, Santa Maria, RS, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19365/TES_PPGEDUCACAO_2018_NASCIMENTO_CLAUDIO.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 01 set. 2023.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Natal: IFRN, 2010. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1013>. Acesso em: 01 set. 2022.

PACHECO, Eliezer. Desvendando os Institutos Federais: Identidade e Objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 1. 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/575>. Acesso em: 24 nov. 2022.

PALMA FILHO, João Cardoso (organizador). A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas. Pedagogia Cidadã. **Cadernos de Formação. História da Educação**. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2005. p. 61-74. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>. Acesso em: 04 out. 2023.

PASQUALLI, Roberta; VIEIRA, Josimar de Aparecido; CASTAMAN, Ana Sara. Produtos Educacionais na formação do mestre em educação profissional e tecnológica. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC)**. Manaus, v. 04, n. 07, p. 106-120, jun. 2018. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/302>. Acesso em: 30. out. 2022.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2017.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção de Ensino Médio Integrado**. 2008.

Disponível em:

http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5). Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 01 set. 2022.

RIZATTI, Ivanise Maria *et al.* Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores.

Revista ACTIO: Docência em Ciências, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. Curitiba. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>. Acesso em: 30 out. 2022.

SANSON, César. **O trabalho nos clássicos da Sociologia**: Marx, Durkheim, Webber. São Paulo: Expressão Popular, EDUFRRN, 2021.

SANTOS, Heric Nero Lisboa dos; FONSECA, Rodrigo Raposo da. Crescimento econômico na era Lula (2003-2010): causas e consequências. **HOLOS**, v. 5, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5277>. Acesso em: 23 out. 2023.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. **Classe Social**. Dicionário de Verbetes. GESTRADO UFMG. Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente. Belo Horizonte. 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/classe-social/>. Acesso em: 06 nov. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 1989.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p.152-165, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 11 set. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas. Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 15, n. 45, p. 422-590, set./dez 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/02>. Acesso em: 27 set. 2022.

SENADO, Notícias. **A Reforma que tornou o ensino profissional obrigatório em 1971**. Agência Senado. Brasília. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>. Acesso em: 17 out. 2023.

TUMOLO, Ligia Maria. Soufen; TUMOLO, Paulo. Sergio. A vivência do desemprego: um estudo crítico do significado do desemprego no capitalismo. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 2, n. 2, p. 327-344, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/dpGWnRCX8Gwjn6ZD5NjJHrz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2023.

TURMENA, Leandro; AZEVEDO, Mário Luiz. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os Institutos Federais em questão. **Revista Diálogo Educacional**, v. 17, n. 54, p. 1067-1084. jul.-set, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189154957002.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.

UCZAK, Lucia Hugo; BERNARDI, Liane Maria; ROSSI, Alexandre José. O governo Temer e a asfixia dos processos de democratização da educação. **Educação**, [s.l.], v. 45, n. 1, p. e23/ 1–23, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/33740>. Acesso em: 10 nov. 2023.

VIEIRA, Josimar de Aparecido *et al.* O mundo do trabalho como espaço de aprendizagem do ensino médio integrado à educação profissional. **Humanidades & Inovação**. v. 8, n. 45, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/index>. Acesso em: 15 nov. 2023.

VIANA, Nildo. **Linguagem, discurso e poder**: ensaios sobre linguagem e sociedade. Pará de Minas: Editora Virtualbooks, 2009.

WOOD, Ellen Meiksins. **As origens do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL - GUIA D@ ESTAGIÁRI@



CATALOGAÇÃO

FICHA TÉCNICA

Este guia é um produto educacional desenvolvido a partir da pesquisa "Ensino Médio integrado à educação profissional e o mundo do trabalho: articulações com base nos estágios supervisionados do IFsul câmpus Camaquã", atrelado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), *Campus* Porto Alegre. O estudo se insere na Linha de Pesquisa "Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) Macroprojeto 5 - Organização do Currículo Integrado na EPT".

Autora: Luciana Fraga Hoppe

Projeto Gráfico e Diagramação: Rodolfo Hoppe Krüger

Coautora e Orientadora: Ana Sara Castaman

Por que elaborar um GUIA D@ ESTAGIÁRI@?

A ideia de criarmos um material informativo digital surgiu, em decorrência da pesquisa junto aos(as) estudantes das turmas dos quartos anos do Ensino Médio Integrado, do ano letivo de 2022 e com os(as) servidores(as) envolvidos(as) com os estágios supervisionados no IFsul câmpus Camaquã. Após as análises dos dados, elaboramos este Guia, que será apresentado como introdução ao evento "I Feira dos estágios e profissões do IFsul câmpus Camaquã".

Os(as) entrevistados(as) consideram **ESTÁGIOS** uma importante fonte de **EXPERIÊNCIA + APRENDIZADO + CONHECIMENTO** sobre aspectos técnicos e de comportamentos sociais.

Porém, foram constatadas algumas fragilidades, quanto ao acesso às informações sobre vagas disponíveis, documentos, entre outras. Assim, é a partir delas que iniciamos o nosso Guia.

Você vai **ENCONTRAR AQUI:**

- 1 BREVE HISTÓRICO DO IFSUL
- 2 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO
- 3 MERCADO DE TRABALHO X MUNDO DO TRABALHO
- 4 ESTÁGIOS LEI Nº 11.788/2008 REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS DO IFSUL
- 5 ESTÁGIO OBRIGATÓRIO PASSO A PASSO E DOCUMENTOS
- 6 ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO PASSO A PASSO E DOCUMENTOS
- 7 DIREITOS E DEVERES DOS ESTAGIÁRIOS



Não deixe de conferir os vários **materiais de apoio** que garimpamos para você!




Vamos usar o exemplo do trabalho doméstico

Quantas vezes você já ouviu alguém falar:

- Fulana(o) não trabalha. Ela(e) é dona(o) de casa?

histórica e majoritariamente realizado por mulheres!



Quem disse que dona(o) de casa não trabalha?

Imaginamos que qualquer um(a) que já tenha realizado esse tipo de atividade, saiba que isso não é verdade, afinal trata-se de uma tarefa que implica em inúmeras demandas.

Essa concepção se origina no sistema capitalista, o qual rege o nosso mundo, pois uma vez que o trabalho doméstico não gera lucro, dentro desse sistema, ele não tem valor. Mas se essa pessoa realizar as mesmas tarefas dentro de uma indústria (limpando, lavando etc.), será que aí ela(e) trabalha? De acordo com o capitalismo, sim, porque ela ingressou no **mercado de trabalho**.

Veja esse [VRP] sobre o Trabalho doméstico numa perspectiva feminista.

SEGUINDO O RACIOCÍNIO...

Ao ingressar em uma indústria ou outro tipo de empresa e realizar o trabalho de limpeza a(o) fulana(o) do nosso exemplo, praticará uma atividade típica de mercado:

VENDERÁ SUA MÃO-DE-OBRA PARA OBTER DINHEIRO PARA COMPRAR O SEU SUSTENTO

ou seja, a sua sobrevivência.



Então, quando falamos em **mercado de trabalho**, estamos nos referindo somente à face mercadológica do trabalho, do ponto de vista do capitalismo.

Ok, mas e o mundo do trabalho?

O *mundo do trabalho*, como o nome já diz, engloba um "mundo" de relações que nascem das atividades humanas do trabalho (FIGARO, 2008).

Porém, não é só isso. É uma categoria vasta e complexa, que abriga grande parte da atividade humana, incluindo conceitos como:

"trabalho, relações de trabalho, vínculo empregatício, mercado de trabalho, salário, tecnologia, troca, lucro, capital, organizações, controle, poder, sociabilidades, cultura, relações de comunicação" (FIGARO, 2008, p. 93, grifo nosso).

Utilizando ainda o exemplo do trabalho doméstico, o mundo do trabalho envolve a atividade quando ela não é remunerada (em casa) e também quando se recebe pagamento em troca (no emprego).

Saiba mais sobre o mundo do trabalho e as organizações!

Enfim, chegamos aos ESTÁGIOS!

Os estágios são muitas vezes os primeiros contatos dos(as) jovens com o trabalho remunerado e conforme nossa pesquisa apontou, representam uma fonte de experiências, aprendizados, conhecimentos e proporcionam vários desafios.

É fundamental que o(a) **INGRESSANTE** no mundo do trabalho seja **CONHECEDOR(A)** dos seus **DIREITOS E DEVERES BÁSICOS**.

Clique aqui para você acessar a Lei nº 11.788 (BRASIL, 2008)

No IFSul, temos um regulamento próprio para estágios, que contempla a Lei nº 11.788/2008 e inclui as especificidades da instituição. Você pode acessar aqui [Regulamento de Estágios](#).

É importante que você leia estes documentos. Não vamos descrever aqui os artigos, mas apenas elencar pontos que julgamos relevantes para tentar ajudar você.

A Associação Brasileira de Estágios dispõe de uma cartilha com perguntas e respostas sobre o tema.



Algumas pinceladas sobre...

CONCEITO
É ato educativo desenvolvido em ambiente de trabalho, para estudantes do ensino regular, educação profissional e especial, ensino médio e superior e anos finais do fundamental na modalidade EJA*.

ESTÁGIO NO EMIEP*
Previsto nos projetos pedagógicos dos cursos, pode ser: **OBRIGATÓRIO** para obtenção do diploma e compor a carga horária do curso ou ser **NÃO OBRIGATÓRIO**.

VÍNCULO
O estágio supervisionado não gera vínculo empregatício, desde que sejam obedecidas todas as normas estipuladas na Lei nº 11.788/2008.

ARTICULAÇÃO
Entre teoria e prática em uma situação de trabalho e proporciona ao (à) estudante reflexão sobre a sua formação e o seu fazer.

TEMPORALIDADE
A duração do contrato não pode ser superior a DOIS anos. Exceto no caso de Pessoas Com Deficiência, quando poderá ter duração maior, estendendo-se até o final do curso.

SUPERVISÃO
Todo estágio é supervisionado, pois necessita de um(a) professor(a) orientador(a) vinculado(a) à instituição de ensino e um(a) supervisor(a) na unidade concedente.

Estágios

Pra descontrair, vir um pouco, mas também refletir sobre algumas realidades:



* Educação de Jovens e Adultos
* Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

O estágio obrigatório, é aquele que, se estiver previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), sem ele você **NÃO** concluirá o curso e **NÃO** obterá o diploma.

Salientamos bem, pois é importante desde o início do curso, você estar ciente disso. Evite deixar para a "última hora" a realização do estágio obrigatório. Isso poderia prejudicar o seu ingresso em universidades, empregos, concursos etc.

**Nossaaa!
Pra que tanto
negrito?**



No IFSul Camaquã, apenas o Curso Técnico em Controle Ambiental **não exige mais** o estágio obrigatório. Se você é deste curso, pode ficar tranquilo(a).



Os(as) estudantes do Técnico em Automação Industrial, têm um regulamento específico no PPC e podem iniciar o estágio a partir da segunda etapa do 3º ano (mas, há alguns requisitos). [Confira o documento clicando aqui.](#)



Os(as) estudantes do Técnico em Informática têm o regulamento específico no PPC e podem iniciar o estágio a partir do ingresso no 4º ano. [Confira o documento clicando aqui.](#)

Há atividades que podem reduzir ou eliminar o tempo de estágio, confira nos regulamentos.

Como iniciar o PROCESSO

Segue um passo-a-passo:



A documentação para iniciar o

estágio não obrigatório

é bem semelhante a do obrigatório, confira:

1. Você irá buscar a vaga nos agentes de Integração (CIEE¹, Formata RH², outros) ou nas próprias empresas. Normalmente há uma seleção e se tudo der certo, siga os passos seguintes.

2. Peça o comprovante da aplicação de seguros para a empresa, com data inicial igual à do início do estágio. Preencha os dados no TCE, incluindo do(a) professor(a) orientador(a) de sua escolha.

3. NÃO comece o estágio antes de pegar TODAS assinaturas e entregar a documentação no setor de estágios do IFSul.

Sabe que é possível realizar um estágio obrigatório ao mesmo tempo que um não obrigatório? [Veja o Artigo do Regulamento de Estágios.](#)



Na busca pelo estágio, pode ser interessante apresentar um currículo. Confira alguns modelos.



A cada 6 meses, é obrigatória a entrega do Relatório Parcial do Estágio. Também, quando terminar o contrato, você deve preencher o Relatório Final e entregar no Setor de Estágios do IFSul. Veja aqui o documento.

¹ Centro de Integração Empresa-Escola
² Formata Recursos Humanos

DIREITOS E DEVERES

- Horário compatível com o dos estudos;
- Redução do horário de estágio em épocas de provas;
- Acompanhamento do(a) professor(a) orientador(a) e do(a) supervisor(a) na empresa;
- Ter um ambiente de aprendizagem social, profissional e cultural, observando o estabelecido na legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho;
- Pausa para descanso e alimentação;
- Seguro contra acidentes pessoais;
- Bolsa-auxílio*;
- Auxílio transporte*;
- Recesso remunerado, de preferência na época das férias escolares*.
- Cumprir com pontualidade o horário combinado previamente no TCE;
- Avisar a concedente com antecedência quando necessitar reduzir o horário de estágio em épocas de provas;
- Estar atento às normas do local de trabalho e orientações do(a) supervisor(a) do estágio e do(a) professor(a) orientador(a);
- Zelar pelos materiais de trabalho;
- Tratar a todos com cordialidade;
- Combinar previamente eventuais ausências e recessos;
- Ter percentual de presença no IFSul de no mínimo 75%;
- Ter aprovação no ano letivo.

VEJA MAIS NA LEI N° 11.788/2008 E REGULAMENTO DE ESTÁGIOS DO IFSUL

*A bolsa-auxílio, auxílio transporte e recesso são opcionais nos estágios obrigatórios e COMPULSÓRIOS nos estágios não obrigatórios




{Acesso às vagas}



Criamos um perfil no Instagram para divulgação das vagas de estágios. Será um espaço dedicado somente a esse assunto.

Siga: @estagios_ifsul_camaqua





FINALIZANDO...

Desejamos que você tenha uma experiência incrível no seu estágio! Para isso, vale lembrar:

- Seja cordial com todos(as) no ambiente de trabalho;
- Cada empresa, instituição tem uma cultura e normas de conduta. Isso se aplica ao modo de vestir, maquiagem, acessórios etc. Procure conhecer o seu local de estágio e seguir essas normas;
- Seja colaborativo(a) e preste atenção ao que as pessoas estão dizendo para você, sempre pergunte em caso de dúvidas e apresente sugestões também. Demonstre interesse;
- Guarde o celular e somente utilize nos momentos em que for permitido;
- O estágio é uma oportunidade para vencer desafios pessoais, como problemas de comunicação, medo de interagir com outras pessoas, vencer a timidez...tire proveito disso! Quando precisar de ajuda, além do(a) professor(a) orientador(a), você pode recorrer ao(a) coordenador(a) do seu curso, ao(a) responsável pelos estágios ou à equipe de apoio ao ensino.

Vamos lá, o mundo espera você!



Referências:

ABRES - Associação Brasileira de Estágios. **Cartilha do Estágio**. [S. L.]. 2017. Disponível em: https://abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/cartilha_abres.pdf. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, 2008b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm. Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. MAPA - Memória da Administração Pública Brasileira. **Dicionário On-line da Administração Pública Brasileira**. Brasília: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario>. Acesso em: 20 set. 2023.

CANVA. **Modelos de Currículo para editar**. [S. L.]. [S. D.]. Disponível em: https://www.canva.com/pt_br/curriculos/modelos/. Acesso em: 01 fev. 2024.

CASTAMAN, Ana Sara; RODRIGUES, Ricardo Antonio. Ensino Integrado: perspectivas e provocações. **Revista Educação e Emancipação**, São Luis, v. 13, n. 2, maio/ago. 2020a. DOI: <https://doi.org/10.18784/2358-4319.v13n2p153-151>. Disponível em: <http://www.periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/educacaoemancipacao/article/view/14941>. Acesso em: 21 abr. 2022.

CASTAMAN, Ana Sara; RODRIGUES, Ricardo Antonio. O trabalho como princípio educativo no ensino integrado ao médio. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 8, n. 17, p. 301-314, 2020b. Disponível em: <http://periodicos.apps.uem.br/index.php/RECEI/article/view/2291/2099>. Acesso em: 25 set. 2022.

FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados. **Organicom**, São Paulo, n. 9, p. 90-100, 2ª sem., 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138986/134334>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ÍNDIGO. **Estagiário**. YouTube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bJ57y0j0Dw>. Acesso em: 01 fev. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSU). **Histórico**. Pelotas, 2015. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/historico>. Acesso em: 07 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSU). **Catálogo de Cursos. Informática**. Pelotas, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/fthop/Desktop/DOWNLOAD/04_PPC_CMO_INF_1_ATUALIZADO_CAPED_14_1_2_2018%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/fthop/Desktop/DOWNLOAD/04_PPC_CMO_INF_1_ATUALIZADO_CAPED_14_1_2_2018%20(1).pdf). Acesso em: 28 out. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSU). **Projeto Pedagógico de Curso PPC - Curso Técnico em Automação Industrial Forma Integrada**. Pelotas, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/fthop/Desktop/DOWNLOAD/283_PPC_reformulado_2021_1.pdf. Acesso em: 23 out. 2022.



APÊNDICE B - PRODUTO EDUCACIONAL - I FEIRA DOS ESTÁGIOS E PROFISSÕES DO IFSUL CÂMPUS CAMAQUÃ

I FEIRA DOS ESTÁGIOS E PROFISSÕES DO IFSUL CÂMPUS CAMAQUÃ

Data: xx/xx/xxxx
Local: IFSul
Carga Horária: 8 h

Desenvolvimento do projeto de extensão: I Feira de Estágios e Profissões do IFSul Câmpus Camaquã

7:30 Credenciamento

8:00 Abertura

8:15 Apresentação do
Guia d@ Estagiário@



10:00 Demais estudantes -
Oficina de elaboração de
currículo (ministrante
convidado, preferencialmente
servidor do IFSul, com equipe
de suporte)

12:00 Almoço

13:30 Bate-papo com profissionais de
diversas áreas (previamente definidas
pelos estudantes e os ministrantes
deverão ser preferencialmente
egressos do câmpus) com pelo menos
quatro convidados.

15:45 Intervalo

16:00 Apresentação das
agências de integração
convidadas e realização
de cadastro dos
estudantes, entrega de
currículos e divulgação de
vagas.

18:00 Encerramento
(avaliação do evento)



8:45 Mesa redonda
com empresas: xxxx;
yyyy; zzzz (tema
envolvendo
apresentação da
empresa e estágios - a
ser detalhado de
preferência em
conjunto com os
palestrantes e
estudantes bolsistas)

9:45 Intervalo

10:00 Apresentação
dos cursos às
empresas e visitas aos
laboratórios (10
minutos de
apresentação de cada
curso e visitas aos
laboratórios mediadas
por servidores das
áreas e estudantes dos
respectivos cursos)

Caracterização do evento:

De acordo com o Guia para Projetos de Extensão no IFSul (IFSul, 2024), a Feira é considerada como evento, pois implica na exibição pública, livre ou com clientela específica envolvendo a comunidade externa. O mesmo guia (IFSul, 2024) aponta que se pode elencar três elementos básicos para que uma ação seja considerada extensionista:

- 1) Envolvimento da comunidade externa no planejamento da ação, contribuindo com os seus conhecimentos e vivências através do diálogo junto à equipe da instituição;
- 2) Participação efetiva de estudantes na equipe executora, realizando interação e diálogo com a comunidade externa;
- 3) A ação deve ser proposta por servidores que a coordenarão e realizarão a orientação, o acompanhamento durante o processo e a avaliação dos resultados.

A área temática da I Feira de Estágios e Profissões do IFSul câmpus Camaquã é "Trabalho", pois envolverá cooperação interinstitucional e oportunidades de trabalho.

Será oferecida certificação de 8 h aos participantes que realizarem o credenciamento e tiverem presença em ao menos quatro atividades e para a equipe executora, com carga horária compatível com o tempo de planejamento e execução do evento.

Construção do projeto de extensão

O início da ação de extensão ocorre com a construção de um diagnóstico das demandas e problemas da comunidade externa. No caso da Feira, esse processo transcorreu da pesquisa relativa ao Mestrado. Porém ao colocar o projeto em prática, a equipe responsável deverá ir a campo e realizar uma pesquisa para maior apuração e detalhamento do diagnóstico.



Primeiros passos:

- O proponente da ação deve elaborar o projeto e organizar uma equipe de servidores interessados. Considera-se membros imprescindíveis: um representante de cada área técnica, um representante da coordenadoria de extensão.
- Elaborar um edital de seleção de bolsista para estudantes. Caso não haja disponibilidade financeira para pagamento de bolsa, os estudantes poderão participar de forma voluntária, considerando seu interesse pela temática.
- Buscar uma instituição parceira, articulada à escola e convidá-la a colaborar com o projeto.
- Encaminhar o projeto para registro junto à Pró Reitoria de Extensão e Cultura.

O que deve estar contido nos projetos de Extensão do IFSul

Ao escrever o projeto, deve-se observar a construção de:

Resumo: Descrição das informações da proposta de forma sucinta.

Justificativa: Importância e os benefícios ou transformações que a proposta trará, o público-alvo beneficiado com a ação, o local onde será realizada e o motivo de escolha da metodologia.

Fundamentação teórica: apresentar de forma breve e objetiva, justificando a abordagem conceitual escolhida.

Metodologia: Especificar como será realizado o planejamento, organização e encontros da equipe executora e comunidade.

Equipe executora: Dados completos de todos envolvidos para posterior certificação.

Objetivos e resultados esperados: Os objetivos têm de abarcar as ações a serem realizadas para atingir os fins da proposta. Os resultados esperados é o que se almeja como resultado da proposta. (IFSul, 2024)



Resumo

A proposta de realização da I Feira de Estágios e Profissões do IFSul Câmpus Camaquã tem como objetivo mapear e divulgar oportunidades do mundo do trabalho para os estudantes deste câmpus, bem como efetivar novas parcerias interinstitucionais. Justifica-se a produção deste evento mediante as análises dos resultados da pesquisa realizada durante o curso de Mestrado intitulada "Ensino Médio integrado à educação profissional e o mundo do trabalho: articulações com base nos estágios supervisionados do IFSul câmpus Camaquã".

O ponto de partida para a realização do evento foi a pesquisa realizada com a comunidade interna. Portanto será necessária a ida a campo da equipe executora para realizar o diagnóstico das demandas das comunidades.



Essa etapa envolverá os discentes e servidores no planejamento, visitação e análise dos dados. O público-alvo é a comunidade externa (empresas e agentes de integração) e comunidade interna (estudantes), espera-se que ambos sejam impactados com a ação favorecendo a articulação entre eles.

Justificativa

A I Feira dos Estágios e Profissões do IFSul Câmpus Camaquã é um produto educacional desenvolvido a partir da pesquisa "Ensino Médio integrado à educação profissional e o mundo do trabalho: articulações com base nos estágios supervisionados do IFSul câmpus Camaquã", atrelado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Porto Alegre.

Os dados da pesquisa realizada junto aos Servidores envolvidos com os estágios supervisionados e com os estudantes dos quartos anos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) apontaram para uma necessidade de maior comunicação com as empresas da cidade. Foi argumentado pelos servidores que muitas entidades ainda não conhecem o IFSul, assim como a instituição não tem informação sobre elas. Quanto aos estudantes, relataram dificuldade em encontrar vagas para estagiar e haver poucas empresas conveniadas.

Em vista disso, a proposta tem como público-alvo tanto a comunidade externa, que terá benefícios em abrir as portas para os estudantes do IFSul, os quais têm um aporte de conhecimentos técnicos e ensino de qualidade, quanto a comunidade interna, que ampliará a gama de vagas disponibilizadas para estágios, além de conhecerem melhor a realidade das empresas locais. A ação inicialmente será nas empresas, através de visitas e convite para participarem do evento. Após os contatos e aceite dos convites, serão realizados encontros de planejamento e por fim a execução da Feira, nas dependências do IFSul câmpus Camaquã.



Fundamentação teórica

Dentro dos estudos empreendidos, destacam-se os fundamentos estruturantes da ação dos Institutos Federais (IFs) estão três elementos: a verticalidade, a transversalidade e a territorialidade.

Pacheco (2020) discorre que esse último concerne ao "desenvolvimento soberano sustentável e inclusivo do seu território de atuação" (Pacheco, 2020, p. 11), pressupondo o protagonismo da instituição nas regiões onde está instalada. Dessa forma, é indispensável à instituição inteirar-se a respeito do território onde se encontra e das suas necessidades. Essa ação é viável a partir da troca de informações e da articulação entre IF e sociedade conforme é proposto na execução da I Feira de Estágios e Profissões. Destaca-se ainda o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (IFSul, 2018) no que tange à articulação de parcerias institucionais para perscrutar e comunicar a respeito de vagas para estudantes e egressos do IFSul. Foram revistos também o Regulamento dos Estágios do IFSul (IFSul, 2023) e a legislação dos estágios Lei nº 11.788 (Brasil, 2008).

O envolvimento com a sociedade em que se encontra o IFSul câmpus Camaquã é fundamental para a concretização dos objetivos institucionais de transformá-la, impactando de maneira positiva no seu desenvolvimento educacional, cultural e social. Freire (1996, p. 98) aponta que a educação “é uma forma de intervenção no mundo” e que poderá ser conforme a intervenção exercida pelos processos educativos “reprodutora” da sociedade capitalista e opressora em que vivemos ou poderá ser “desmascaradora” quando educar para superação da ideologia dominante. Portanto, sem envolvimento, comunicação e conexão com os envolvidos no processo educativo (uma parte desse processo são os estágios supervisionados, que se dá nas empresas), torna-se improvável a transformação desta sociedade.



Objetivos:

Objetivo geral:

- Mapear e divulgar oportunidades do mundo do trabalho para os estudantes do IFSul câmpus Camaquã, bem como efetivar novas parcerias interinstitucionais.

Objetivos específicos:

- Conhecer as empresas estabelecidas no município;
- Envolver estudantes e servidores do IFSul câmpus Camaquã na busca por empresas e na apresentação dos seus cursos;
- Promover a interlocução entre estudantes e empresas (convidadas a participar da Feira e novas conveniadas);
- Facilitar o acesso às vagas de estágio por meio dos agentes de integração (convidados a participar da Feira);
- Auxiliar no esclarecimento sobre profissões apresentando relatos de experiência de profissionais de diferentes áreas, preferencialmente de egressos do IFSul câmpus Camaquã.

Resultados esperados

Espera-se que após a realização do evento, haja ampliação do número de empresas conveniadas e com isso, maior acesso às vagas de estágios, concretizando-se parcerias entre empresas e IFSul. Além disso, é almejado que os discentes esclareçam dúvidas sobre algumas profissões, tornando mais confiante seu ingresso no mundo do trabalho.



Após a aprovação do projeto

- Organizar um cronograma de encontros da equipe executora. Caso não seja possível reunir todos de maneira presencial, poderão ser feitos por videoconferência.

- Montar uma comissão entre a equipe executora do projeto e buscar junto à Associação Comercial e Industrial da cidade, no cadastro de empresas da Prefeitura Municipal (ou em outra fonte) por estabelecimentos que tenham potencial para firmarem convênio com o IFSul.
- Deve-se considerar o ramo de atividades e a sua relação com os cursos técnicos ofertados pela instituição, observando-se não só a atividade-fim, mas também atividades-meio convergentes com os cursos. Após análise, organizar em conjunto com a coordenadoria de Extensão a melhor forma de entrar em contato com as mesmas, convidando-as para o evento. O objetivo desta ação é aumentar o leque de empresas conveniadas que possibilitem a realização de estágios aos estudantes do IFSul.
- Identificar os agentes de integração que atuam na cidade e convidá-los a participar do evento e que proponham temas a serem abordados. Solicitar que apresentem a agência, realizem cadastro dos estudantes e(ou) recebam seus currículos.
- Coletar sugestões dos estudantes do câmpus sobre quais profissões gostariam de conhecer e buscar colaboração prioritariamente junto aos egressos do câmpus.

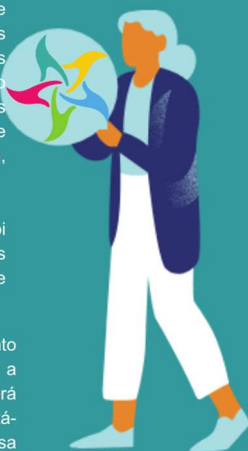


Montar o evento em colaboração conjunta com a comunidade interna e externa tendo flexibilidade nas resoluções para facilitar o envolvimento de todos.



Lembre-se:

- Organize o local com bastante antecedência. Por exemplo: veja os equipamentos necessários para os agentes de integração, pois caso realizem o cadastro dos estudantes no local do evento, necessitarão de equipamentos de informática, conexão com internet, etc.
- Esse tipo de evento não se constrói sozinho, serão necessárias várias mãos, de dentro e de fora da equipe executora.
- A equipe organizadora do evento deve trabalhar em conjunto com a gestão do câmpus, pois será necessário um dia letivo para realizá-lo. Seria interessante deixar essa data marcada no calendário escolar.
- Por fim, o diálogo com a comunidade interna é essencial para o sucesso da Feira, pois sem o engajamento de professores e estudantes, todo esforço pode ser em vão.



Referências

BRASIL. **Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, 2008a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 21 out. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024 do IFSul - Capítulo 3 - Projeto Pedagógico Institucional**. Pelotas, 2022. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/1334-pdi-2020-2024-ifsul>. Acesso em: 06 mar. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Resolução CONSUP/IFSUL Nº 256. Regulamento de Estágios do IFSul**. Pelotas, 2023. Disponível em: <https://www.ifsul.edu.br/estagio/documentos-de-estagio/item/116-regulamento-de-estagio>. Acesso em: 11 dez. 2023

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Guia para projetos de extensão no IFSul**. Pelotas, 2024. Disponível em: <https://www.ifsul.edu.br/guia-para-projetos-de-extensao-no-ifsul>. Acesso em: 05 mar. 2024.

PACHECO, Eliezer. Desvendando os Institutos Federais: Identidade e Objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 1. 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/575>. Acesso em: 24 nov. 2022.



**INSTITUTO
FEDERAL**
Rio Grande
do Sul



PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA ESTUDANTES

Perfil do estudante

As perguntas a seguir têm o objetivo de conhecer um pouco mais sobre a sua realidade.

1 - Com qual gênero você se identifica?

- Feminino
- Masculino
- Outro
- Prefiro não informar

2 - Como você identificaria a sua cor/raça/etnia?

- Amarela
- Branca
- Indígena
- Parda
- Preta

3 - Qual renda mensal aproximada (a soma dos salários de todos que moram na sua casa)?

- Até R\$ 2.000,00
- De R\$ 2.000,00 a R\$ 4.000,00
- De R\$ 4.000,00 a R\$ 10.000,00
- De R\$ 10.000,00 a R\$ 20.000,00
- Mais de R\$ 20.000,00
- Não sei informar.

4 - Quantas pessoas vivem na sua casa, contando com você?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7 ou mais.

5 - Em qual município você reside?

- Amaral Ferrador
- Arambaré
- Barra do Ribeiro
- Camaquã
- Cerro Grande do Sul
- Chuvisca
- Cristal
- Dom Feliciano
- Mariana Pimentel
- São Lourenço do Sul
- Sentinela do Sul
- Sertão Santana
- Tapes

6 - Você tem algum custo com transporte ou moradia para poder estudar no IFSul?

- Sim
- Não

7 - Em caso afirmativo na questão anterior, qual valor você gasta por mês aproximadamente?

- Até R\$ 300,00
- De R\$ 300,00 a R\$ 800,00
- De R\$ 800,00 a R\$ 1.000,00
- Mais de R\$ 1.000,00

8 - Você recebe algum recurso da Assistência Estudantil do IFSul?

- Sim
- Não

9 - Qual seu curso?

- Técnico em Automação Industrial
- Técnico em Controle Ambiental
- Técnico em Informática

Sentidos atribuídos aos estágios supervisionados

Nesta seção gostaríamos de saber mais sobre o que você pensa a respeito dos estágios, mesmo que não tenha realizado ainda, relate a sua concepção a respeito desse assunto.

1 - Durante os anos de estudos no IFSul, você realizou qual tipo de estágio supervisionado?

- Não obrigatório.
- Obrigatório.
- Os dois tipos (obrigatório e não obrigatório).
- Não realizei nenhum estágio.

2 - Para você o que é, ou quais sentidos você atribui aos estágios?

Sua resposta

3 - Você acredita que o estágio possa contribuir para formação acadêmica e/ou para o futuro profissional do estudante? Relate o porquê.

Sua resposta

4 - Na sua opinião, os estágios favorecem as relações interpessoais? Relate o motivo.

Sua resposta

5 - Caso tenha realizado estágio, conseguiu estabelecer relação entre o que aprendeu no curso e a prática profissional? (Pode ser relação com outras disciplinas que não as técnicas, isto é, pode ser uma relação com o curso em geral.) Cite alguns exemplos.

Sua resposta

6 - Escreva uma palavra que, para você, define a importância do estágio

supervisionado.

Sua resposta

7 - Caso tenha realizado estágio remunerado, em quais aspectos financeiros ele foi relevante? (Marque mais de uma opção, caso necessário)

- Para auxiliar financeiramente em casa.
- Para pagar o transporte para o IFSul.
- Para comprar roupas.
- Para comprar alimentação.
- Para compras pessoais diversas.
- Não foi importante pelo aspecto financeiro.
- Outros.

Desafios

Nas próximas questões, descreva os desafios enfrentados na realização do estágio ou na tentativa de encontrar uma vaga.

1 - No IFSul, em algum momento você sentiu dificuldade quanto ao acesso às informações sobre estágios? Tais como:

- Lei dos Estágios, nº11.788/2008.
- Regulamento de Estágios do IFSul.
- Regulamento de Estágios do Curso.
- Vagas disponíveis para estágio.
- Documentos necessários para realização do estágio.
- Comunicação com servidores (Orientador(a); Coordenador(a) do Curso ou Setor de Estágios)

2 - Quais os principais desafios que você enfrentou na empresa em que estagiou? (Relate suas percepções ou situações que foram desafiadoras.)

Sua resposta

3 - Quanto ao seu preparo pessoal, se sentiu desafiado em algum ponto? (exemplos: conhecimento técnico, conhecimento sobre conduta adequada etc.)

Sua resposta

Potencialidades

1 - Na sua opinião, qual a maior potencialidade desenvolvida ou o principal impacto na vida do estudante que se dá pela realização do estágio supervisionado?

Sua resposta

2 - Como você avalia a articulação feita atualmente pelo IFSul entre o estudante e o mundo do trabalho?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

3 - Considerando que a articulação estudante e mundo do trabalho feita no

IFSul câmpus Camaquã possa ser melhorada, o que você sugere?

Sua resposta

4 - Que tipo de material você acredita ser de mais fácil acesso para as informações sobre os estágios:

- **Material impresso.**
- **Material digital**
- **Minicurso**
- **Evento - palestra**

APÊNDICE D - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS SERVIDORES

Qual(is) o(s) entendimento(s) e/ou significado(s) atribui para os estágios supervisionados (de forma geral)?

Na sua opinião, quais os sentidos mais relevantes do estágio supervisionado no EMIEP?

- a) Quando menciono a “articulação entre estágio supervisionado e o mundo do trabalho”, que sentido você dá, ou como compreende esse processo?
- b) Que sentido dá à relação entre estágio supervisionado e o perfil do egresso previsto no PPC do curso que você coordena (coordenadores de curso)?
- c) No seu entendimento, qual a repercussão do estágio supervisionado na formação integral do estudante?

Como você avalia a participação dos estudantes do IFSul câmpus Camaquã em estágios supervisionados?

- a) Quanto ao número de estudantes que estagiam.
- b) Quanto à relação entre teoria e prática.
- c) Quanto à remuneração.
- d) Quanto à formação humana integral.

Na sua opinião, quais os principais desafios enfrentados atualmente com relação aos estágios?

- a) Burocracia.
- b) Falta de pessoal.
- c) Interesse das empresas.
- d) Interesse dos estudantes.
- e) Falta de informação.
- f) outros, cite.

Você já estabeleceu alguma relação entre a permanência na instituição e/ou engajamento dos estudantes no curso com a realização de estágio?

- a) Percebe se há relação entre a saída dos estudantes do câmpus e a necessidade de trabalhar? Caso sim, de que forma constatou?

De que forma você acredita ser possível qualificar a articulação que o IFSul câmpus Camaquã faz entre os estudantes e o mundo do trabalho?

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Questionário para avaliação do Produto Educacional desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica ProfEPT, no Instituto Federal do Rio Grande do Sul *campus* Porto Alegre, por meio da pesquisa intitulada: “**ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E MUNDO DO TRABALHO: ARTICULAÇÕES COM BASE NOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS DO IFSUL CÂMPUS CAMAQUÃ**”. O Produto Educacional estará disponível no acervo da página do MEC para produtos educacionais (link <https://educapes.capes.gov.br/>).

Tendo em vista o desenvolvimento e a aplicação do produto educacional supracitado, construído com base nos resultados da referida pesquisa realizada no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense Câmpus Camaquã, segue o questionário composto por 11 questões fechadas, 2 abertas. As perguntas são distribuídas em cinco seções com base em Leite (2018), que tratarão das seguintes categorias: atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança de ação.

A sua participação é voluntária, mas muito importante!

Data

Data

Você é servidor ou estudante?

- Servidor
- Estudante do Curso Técnico em Automação Industrial
- Estudante do Curso Técnico em Controle Ambiental
- Estudante do Curso Técnico em Informática

Avaliação do Produto Educacional por categorias

As questões devem ser respondidas com base na sua análise e avaliação do produto educacional proposto pela pesquisadora sob a ótica de usuário do mesmo, ou como servidor que trabalha com os estudantes (potenciais candidatos aos estágios supervisionados).

ATRAÇÃO

1 - Quanto à atratividade do material como você avalia, de acordo com a seguinte escala:

- Ruim
- Regular
- Bom
- Muito bom
- Ótimo

2 - Quanto à qualidade gráfica, *design*, apresentação em geral, como você avalia o produto educacional?

- Ruim
- Regular
- Bom

- Muito Bom
- Ótimo

COMPREENSÃO

1 - Quanto à compreensão do conteúdo exposto no material, como você avalia?

- Ruim
- Regular
- Bom
- Muito bom
- Ótimo

2 - Quanto ao vocabulário utilizado, está adequado para sua compreensão? Avalie de acordo com a escala:

- Ruim
- Regular
- Bom
- Muito bom
- Ótimo

3 - Com relação à quantidade/qualidade/suficiência de informações, como você avalia?

- Ruim
- Regular
- Bom
- Muito bom
- Ótimo

ENVOLVIMENTO

1 - Sabendo que esse material é destinado para estudantes de ensino médio como você, como você classifica a adequação do material?

- Ruim
- Regular
- Bom
- Muito bom
- Ótimo

2 - Você recomendaria esse material como orientação para outros estudantes do IFSul que desejam realizar estágio?

- Nada
- Pouco
- Indiferente
- Bastante
- Muito

ACEITAÇÃO

1 - Há algo no material que você considera irritante ou ofensivo?

- Nada
- Pouco
- Indiferente
- Bastante

- Muito

2 - Há imagens de homens ou mulheres estereotipadas ou linguagem discriminatória?

- Nada
- Pouco
- Indiferente
- Bastante
- Muito

MUDANÇA DE AÇÃO

1 - O material apresentado busca facilitar o acesso às informações sobre regulamentos e documentos dos estágios. Na sua opinião, ele cumpre esse objetivo?

- Nada
- Pouco
- Indiferente
- Bastante
- Muito

2 - Na sua opinião o material proporcionará mudança para o estudante que busca por informações a respeito dos estágios?

- Nada
- Pouco
- Indiferente
- Bastante
- Muito

CONTRIBUIÇÕES

1 - Registre aqui se você sentiu falta de algum conteúdo no material apresentado.
Sua resposta

2 - Registre suas contribuições para melhorar esse produto educacional.
Sua resposta

ANEXO A - RELATÓRIO DOS ESTUDANTES QUE DESCONTINUARAM SEUS ESTUDOS NO IFSUL CÂMPUS CAMAQUÃ

O relatório do Sistema Unificado de Administração Pública elaborado pela Coordenadoria de Registros Acadêmicos do IFSul Câmpus Camaquã, com dados do SUAP.

Soma dos Períodos Letivos 2010 até 2022	
Cursos Integrados	Nº de pessoas
Inscritos	4606
Vagas	1376
Matriculados	1364
Cancelamentos	113
Evasões	181
Transferência externa	214
Trancamento	66
Reprovado por falta	173
Concludente	216
Concluído/Formado	327

Fonte: IFSul, 2022a

**ANEXO B – MOTIVOS DE TRANSFERÊNCIA E CANCELAMENTO DE
MATRÍCULAS**

ANO	CURSO	TURMA	ESTUDANTE	MOTIVO
2021	TCA	2V	1	Mudança de domicílio.
2021	TAI	2V	2	Demora no retorno às aulas, o ensino remoto com apenas 2h, muito tempo para concluir o curso.
2021	TAI	2V	3	Fez encceja e passou na universidade - serviu exército e perdeu muito tempo.
2021	TAI	1M	4	Demora para formação no médio, deseja ir para o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva.
2021	TAI	3M	5	Demora para concluir estudos. Fará ENCCEJA.
2021	TAI	2V	6	Dificuldade com o ensino remoto e possível demora de retorno ao presencial.
2021	TAI	3M	7	Dificuldade com remoto e demora de retorno ao presencial. Está estudando em outra escola.
2021	TAI	1M	8	Não se adaptou na escola.

2021	TAI	2V	9	Desinteresse causado pelo remoto, aliado ao fato de que precisa morar em camaquã, pois no interior não tem internet para acompanhar as aulas. Custo muito alto para se manter aqui, sendo que não está tendo acesso a tudo o que o IFSUL pode oferecer no presencial.
2021	TINF	3V	10	Não gostou do curso, desanimou com o ensino remoto.
2021	TINF	2M	11	Atraso no retorno às aulas devido a pandemia.
2021	TAI	3M	12	Problemas pessoais e que de acordo com a família não foram levados em consideração pela escola.
2022	TINF	2M	13	Não gostou do curso, está trabalhando, não assistiu muitas aulas presenciais.
2022	TINF	1V	14	Achou o curso muito difícil, não se sentia em condições de compreender, chorava quando chegava em casa.
2022	TAI	2V	15	Necessidade de trabalhar.
2022	TCA	3V	16	Mudança de domicílio.
2022	TINF	3V	17	Dificuldades com o remoto e necessidade de ajudar em casa.
2022	TINF	3V	18	Necessidade de trabalhar e dificuldades com remoto.

2022	TAI	2V	19	Não gostou do curso, e caso trocasse, demoraria muito para concluir o médio.
2022	TAI	1M	20	Não gostou do curso, necessidade de trabalhar.
2022	TAI	1M	21	Não gostou do curso.
2022	TAI	1M	22	Não gostou do curso.
2022	TAI	3V	23	Motivos pessoais, não deu informação.
2022	TAI	1V	24	Motivos pessoais, problemas de saúde.
2022	TAI	2M	25	Necessidade de trabalhar.
2022	TAI	2M	26	Não se adaptou no curso, necessidade de trabalhar.
2022	TINF	4V	27	Necessidade de trabalhar.
2022	TAI	2M	28	Não se adaptou no curso, necessidade de trabalhar.
2022	TAI	2M	29	Não desejava estudar no IFSUL, não se adaptou, vai trabalhar.
2023	TCA	3M	30	Necessidade de trabalhar.
2023	TINF	1M	31	Problemas pessoais, e de saúde.
2023	TCA	2V	32	Problemas pessoais, e de saúde.

2023	TINF	1M	33	Desinteresse, custo alto para se manter, sendo que talvez fosse reprovar novamente.
2023	TAI	1V	34	Mudança de domicílio.
2023	TINF	3M	35	Dificuldade nas disciplinas, necessidade de trabalhar.
2023	TINF	2V	36	Necessidade de trabalhar, problemas de saúde.

Fonte: Elaborado pela autora, IFSul, 2022b.

ANEXO C - PARECER COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E O MUNDO DO TRABALHO: POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO A PARTIR DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

Pesquisador: LUCIANA FRAGA HOPPE

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 65051122.6.0000.8024

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.784.668

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa desenvolvida por Luciana Fraga Hoppe, orientada por Ana Sara Castaman, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Mestrado Profissional) do IFRS - Campus Porto Alegre. A pesquisa possui como temática a relação entre o estágio supervisionado no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, a instituição de ensino e o mundo do trabalho. Classifica-se como pesquisa de natureza aplicada, de abordagem predominantemente qualitativa, mas com questões que permitirão também a análise quantitativa. Quanto aos objetivos, a pesquisadora indica que será, ao mesmo tempo, exploratória, descritiva e explicativa. Os dados serão produzidos por meio de levantamento bibliográfico e documental, além de entrevistas semi-estruturadas e aplicação de questionário. Está prevista a participação de 92 pessoas, sendo 88 estudantes matriculados no quarto ano do Ensino Médio Integrado e 4 servidores do IFSul - Câmpus Camaquã (3 coordenações de curso e a coordenação de extensão).

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar o papel do estágio supervisionado na formação de estudantes do ensino médio integrado à educação profissional, com a finalidade de elaborar um produto educacional que facilite o acesso ao conjunto de informações e regulamentos do trabalho pedagógico de estágios do IFSul câmpus Camaquã, intermediando escola-estudantes-mundo do trabalho.

Endereço: Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303

Bairro: CENTRO

CEP: 95.700-088

UF: RS

Município: BENTO GONCALVES

Telefone: (54)3449-3340

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL**



Continuação do Parecer: 5.784.668

Objetivos Secundários:

Conhecer os referenciais teóricos sobre os estágios no ensino médio integrado à educação profissional, de modo a compreender as interfaces entre formação integral e mundo do trabalho;

Mapear as ações desenvolvidas no Setor de Estágio do IFSul câmpus Camaquã;

Analisar sentidos atribuídos aos estágios pelo servidor(a) envolvido(a) com a extensão, bem como pelos(as) coordenadores (as) de cursos técnicos integrados à educação profissional;

Analisar sentidos atribuídos aos estágios pelos estudantes de quarto ano do ensino médio integrado à educação profissional do IFSul câmpus Camaquã;

Elaborar, aplicar e avaliar um produto educacional que facilite o acesso ao conjunto de informações do trabalho pedagógico e dos regulamentos de estágios do IFSul - câmpus Camaquã, intermediando escola-estudantes-mundo do trabalho.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

De acordo com o Conselho Nacional de Saúde (CNS), nos seus "Termos e Definições" confere a necessidade de um consentimento, livre e esclarecido dos seus participantes. Os estudantes dos quartos anos do ano letivo de 2022, na sua totalidade, têm mais de 18 anos completos.

Portanto, não será necessário o envio do TCLE aos responsáveis legais. Será assegurado a todos os participantes, discentes e servidores a escolha quanto a participação ou não na pesquisa e ainda, a desistência da participação a qualquer tempo, inclusive após ter respondido o questionário, o participante poderá solicitar a sua exclusão do estudo, através do e-mail da pesquisadora que será informado no convite. O início das respostas será condicionado ao aceite dos termos do TCLE, o qual terá validade como assinatura, e que será apresentado através do Google Forms logo antes do questionário. No TCLE será explicitada a "[...] justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa, com o detalhamento dos métodos a serem utilizados" (BRASIL, 2012, p. 5). Os convites serão enviados aos estudantes e servidores pelos e-mails institucionais, individualmente ou com cópia oculta. O TCLE para os estudantes constará logo antes do questionário e para os servidores, será impresso, tendo em vista que com esses será feita

Endereço: Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303
 Bairro: CENTRO CEP: 95.700-088
 UF: RS Município: BENTO GONCALVES
 Telefone: (54)3449-3340 E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 5.784.668

entrevista gravada com transcrição posterior. Observar-se-á a Resolução CNS nº 510/2016, que “[...] dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes” (BRASIL, 2016, p. 1), bem como levar-se-á em consideração as demais resoluções desse conselho com relação às pesquisas com seres humanos. Portanto, os questionários serão enviados ao Comitê de Ética em Pesquisa do IFRS, conforme preconizado pelo CNS. A presente pesquisa apresenta risco mínimo, pois não traz possibilidade de riscos evidentes, tendo em vista que as intervenções serão de cunho profissional (para os servidores) e acerca dos conhecimentos e observações realizadas durante a vida estudantil no câmpus Camaquã do IFSul (para os estudantes). Não haverá interferência psicológica ou física nos indivíduos, sendo preservada a intimidade dos participantes, ficando apenas a possibilidade de despertar sentimentos e percepções. Mesmo com todas as precauções tomadas, caso a pesquisa desperte sentimentos inadequados e indesejados, garantir-se-á o encaminhamento para um profissional adequado (tal como psicólogo(a) ou assistente social) do IFSul ou rede Municipal de Saúde, além de esclarecimentos sobre possíveis dúvidas dos entrevistados, caso em que a pesquisadora estará disponível para responder. Em observação às Resoluções do CNS, será assegurada a desistência da participação a qualquer momento, assim como a recusa em responder qualquer pergunta, inclusive após a conclusão do questionário ou da entrevista, os respondentes poderão solicitar sua exclusão do estudo. Serão observados os aspectos éticos, preconizando o: “[...] respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida (BRASIL, 2012, p. 3). Há, entretanto, riscos típicos dos ambientes virtuais, meios eletrônicos ou atividades não presenciais tendo em vista as limitações das tecnologias disponíveis e também, existem as limitações do pesquisador para assegurar total confidencialidade e potencial risco de violação. Porém, haverá todo empenho para garantir os aspectos éticos, o sigilo e a confidencialidade dos dados, os quais serão utilizados apenas para fins acadêmicos, sem quaisquer fins de julgamento ou avaliação dos respondentes. Considera-se que não haverá custos aos respondentes da pesquisa, pois na instituição há rede de internet e poderão ser disponibilizados laboratórios de informática.

Benefícios:

A perspectiva é de que o presente estudo possa proporcionar melhor compreensão sobre o papel atribuído aos estágios supervisionados na formação acadêmica dos estudantes de EMIEP do

Endereço: Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303
Bairro: CENTRO CEP: 95.700-088
UF: RS Município: BENTO GONCALVES
Telefone: (54)3449-3340 E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL**



Continuação do Parecer: 5.784.668

câmpus Camaquã do IFSul, pautando a análise pela ótica dos discentes, assim como dos servidores responsáveis pelos processos e pelas documentações dos estágios. Também que, a partir do estudo se conheça as principais dificuldades enfrentadas pelos respondentes da pesquisa quanto ao acesso aos documentos e regulamentos de estágio supervisionado e ao mundo do trabalho. Com esses subsídios, pretende-se elaborar um produto educacional que facilite o acesso ao conjunto de informações e regulamentos do trabalho pedagógico de estágios, além de contribuir para a intermediação entre a escola, os estudantes e o mundo do trabalho. Ao final do estudo e da elaboração do produto educacional, espera-se auxiliar o IFSul câmpus Camaquã no processo de intermediação entre os estudantes e o mundo do trabalho, melhorando o seu desempenho quanto a permanência e o êxito, visto o crescente abandono dos cursos por necessidade de trabalhar. O produto educacional será disponibilizado em repositório público, podendo tornar-se uma ferramenta para os demais câmpus do IFSul e outras instituições. A presente pesquisa poderá ainda, gerar material para divulgação em eventos científicos e publicações em periódicos, contribuindo com futuros pesquisadores do tema estágio supervisionado no EMIEP.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A coleta de dados está prevista para ocorrer entre os dias 02/01/2023 e 10/02/2023;

O estudo prevê 92 participantes, todos com idade superior à 18 anos, assim distribuídos:

- Estudantes do Técnico em Automação Industrial - 23;
- Estudantes do Técnico em Controle Ambiental - turno da manhã - 33;
- Estudantes do Técnico em Controle Ambiental - turno da tarde: 14;
- Estudantes do Técnico em Informática - 18;
- Coordenadores(as) de cursos - 03;
- Coordenação de Extensão - 01;

Os instrumentos para produção dos dados (questionário a ser aplicada aos estudantes e roteiro da entrevista a ser realizada com os servidores) foram apresentados e estão adequados, inclusive, com a não obrigatoriedade de resposta do questionário que será aplicado no formato online aos estudantes.

O questionário aplicado aos estudantes, bem como o aceite do TCLE, serão realizados no formato

Endereço: Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303
Bairro: CENTRO CEP: 95.700-088
UF: RS Município: BENTO GONCALVES
Telefone: (54)3449-3340 E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 5.784.668

online (ambos foram apresentados).

O consentimento (TCLE) dos servidores será obtido de maneira presencial.

Não há critérios de inclusão e exclusão da amostra, pois o convite será estendido a todos os estudantes matriculados no quarto ano do Ensino Médio e a todas as coordenações dos cursos de Ensino Médio.

Os riscos e benefícios estão corretamente descritos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos apresentados estão adequados. Todos os termos foram apresentados e estão de acordo com as normativas éticas.

Recomendações:

Recomenda-se para a sequência do projeto que a pesquisadora e a orientadora observem a necessidade de apresentar dois elementos, a saber:

1. Como será realizada a devolutiva dos dados aos participantes;
2. Recomenda-se que o pesquisador adote procedimentos para garantir a confidencialidade dos dados sensíveis coletados juntos à instituição e aos participantes da pesquisa;

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº 001/13, item XI.2.d.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado.

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº 001/13, item XI.2.d.

Endereço: Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303
Bairro: CENTRO CEP: 95.700-086
UF: RS Município: BENTO GONCALVES
Telefone: (54)3449-3340 E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL**



Continuação do Parecer: 5.784.668

Considerações Finais a critério do CEP:

Não foram observados óbices éticos.

O projeto está aprovado e, após a finalização da última etapa, conforme cronograma cadastrado na Plataforma Brasil, o pesquisador possui o prazo de 60 dias para envio do relatório final via Plataforma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2048077.pdf	10/11/2022 15:30:25		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_completo_CEP_Luciana_Fraga_Hoppe.pdf	10/11/2022 15:24:03	LUCIANA FRAGA HOPPE	Aceito
Outros	Questionario_avaliacao_Produto_Educacional.pdf	09/11/2022 20:28:39	LUCIANA FRAGA HOPPE	Aceito
Outros	Questionario_pesquisa_estudantes.pdf	09/11/2022 20:26:02	LUCIANA FRAGA HOPPE	Aceito
Outros	Entrevista_servidores.pdf	09/11/2022 20:22:53	LUCIANA FRAGA HOPPE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Servidores.pdf	09/11/2022 20:12:12	LUCIANA FRAGA HOPPE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Estudantes.pdf	09/11/2022 20:11:55	LUCIANA FRAGA HOPPE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao_institucional.pdf	09/11/2022 20:10:59	LUCIANA FRAGA HOPPE	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto_assinado_09_11_2022.pdf	09/11/2022 20:08:33	LUCIANA FRAGA HOPPE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303
 Bairro: CENTRO CEP: 95.700-086
 UF: RS Município: BENTO GONCALVES
 Telefone: (54)3449-3340 E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 5.784.668

BENTO GONCALVES, 29 de Novembro de 2022

Assinado por:
CINTIA MUSSI ALVIM STOCCHERO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303
Bairro: CENTRO **CEP:** 95.700-088
UF: RS **Município:** BENTO GONCALVES

th.sso/DS?SAMLDS=1&target=cookie%3A1661900351_8fed frs.edu.br

**ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
ESTUDANTES**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – IFRS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PROPI
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) aluno (a):

Você está sendo respeitosamente convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: **“ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E MUNDO DO TRABALHO: ARTICULAÇÕES COM BASE NOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS DO IFSUL CÂMPUS CAMAQUÃ”**, cujo objetivo: analisar nos discursos de estudantes e servidores do IFSUL câmpus Camaquã, as concepções de Estágio Supervisionado e sua relevância no EMIEP, com a finalidade de elaborar um produto educacional que qualifique o acesso ao conjunto de regulamentos e orientações sobre os estágios, tendo em vista a articulação com o mundo do trabalho.

A pesquisa será feita no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense câmpus Camaquã, por meio de questionário *online*. Para a coleta de dados será utilizado questionário do *Google Forms* e as informações ficarão armazenadas em HD (*hard disc*) externo de posse exclusiva dos pesquisadores.

=====

Fui alertado(a) de que este estudo é de risco mínimo, pois não traz possibilidade de riscos evidentes, tendo em vista que as intervenções serão acerca dos conhecimentos e observações realizadas durante a vida estudantil no câmpus Camaquã do IFSul. Não haverá interferência psicológica ou física nos indivíduos, sendo preservada a intimidade dos participantes, ficando apenas a possibilidade de despertar sentimentos e percepções. Mesmo com todas as precauções tomadas, caso a pesquisa desperte sentimentos inadequados e indesejados, garantir-se-á o encaminhamento para um profissional de acordo (tal como psicólogo(a) ou assistente social). Ainda assim, se me sentir desconfortável, terei assegurado o direito de desistência ou de não responder a determinadas perguntas.

Em caso de qualquer tipo de questionamento ou dúvida, poderei realizar o contato imediato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Foi destacado que minha participação no estudo é de extrema importância, uma vez que se espera contribuir com o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica e dos estudantes vinculados a esta modalidade de ensino, proporcionando melhor compreensão sobre o papel dos estágios na formação acadêmica pautando a análise pela ótica dos discentes, assim como dos servidores responsáveis pelos processos e documentações dos estágios. Após os levantamentos pretende-se elaborar um produto educacional que venha facilitar a articulação com o mundo do trabalho.

Estou ciente e me foram assegurados os seguintes direitos: - da liberdade de retirar o consentimento, a qualquer momento, e que poderei deixar de participar do estudo, sem que isso me traga prejuízo de qualquer ordem; - da segurança de que não serei identificado (a) e que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade; - do compromisso de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar meu interesse em continuar participando da pesquisa; - de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro relacionada com a participação neste estudo; - de que tenho direito a compensação material relativas às minhas despesas e de meu acompanhante com relação a transporte e alimentação, caso esses gastos sejam demandados durante a minha participação no estudo - de que não está previsto nenhum tipo de procedimento invasivo ou coleta de material biológico; - de que posso me recusar a responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada. - de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi via formulário eletrônico este termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Camaquã, _____ de 2022.

() Aceito

() Não aceito

=====

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, poderei consultar:

CEP/IFRS

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves/RS,

CEP: 95.700-000

Telefone: (54)3449-3340

Pesquisador(a) principal: Luciana Fraga Hoppe

Telefone para contato: 51 981108320

E-mail para contato: lucianahoppe@ifsul.edu.br

Orientadora: Ana Sara Castaman

Telefone: (54) 98112-3132

E-mail: ana.castaman@sertao.ifrs.edu.br

ANEXO E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA SERVIDORES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – IFRS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PROPI
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) coordenador (a):

Você está sendo respeitosamente convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: **“ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E MUNDO DO TRABALHO: ARTICULAÇÕES COM BASE NOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS DO IFSUL CÂMPUS CAMAQUÃ”**, cujo objetivo é analisar nos discursos de estudantes e servidores do IFSUL câmpus Camaquã, as concepções de Estágio Supervisionado e sua relevância no EMIEP, com a finalidade de elaborar um produto educacional que qualifique o acesso ao conjunto de regulamentos e orientações sobre os estágios, tendo em vista a articulação com o mundo do trabalho.

A pesquisa será feita no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense câmpus Camaquã, por meio de entrevistas gravadas e posteriormente transcritas. Para a coleta de dados será utilizado gravador e as informações ficarão armazenadas em HD (*hard disc*) externo de posse exclusiva dos pesquisadores.

=====

Fui alertado(a) de que este estudo apresenta risco mínimo, pois não há possibilidade de riscos evidentes, tendo em vista que as intervenções serão de cunho profissional, no ambiente de trabalho do câmpus Camaquã do IFSul. Não haverá interferência psicológica ou física nos indivíduos, sendo preservada a intimidade dos participantes, ficando apenas a possibilidade de despertar sentimentos e percepções. Mesmo com todas as precauções tomadas, caso a pesquisa desperte sentimentos inadequados e indesejados, garantir-se-á o encaminhamento para um profissional de acordo (tal como psicólogo(a) ou assistente social). Ainda assim, se me sentir desconfortável, terei assegurado o direito de desistência ou de não responder a determinadas perguntas.

Em caso de qualquer tipo de questionamento ou dúvida, poderei realizar o contato imediato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Foi destacado que minha participação no estudo é de extrema importância, uma vez que se espera contribuir com o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica e dos estudantes vinculados a esta modalidade de ensino, proporcionando melhor compreensão sobre o papel dos estágios na formação acadêmica pautando a análise pela ótica dos discentes, assim como dos servidores responsáveis pelos processos e documentações dos estágios. Após os levantamentos pretende-se elaborar um produto educacional que venha facilitar a articulação com o mundo do trabalho.

Estou ciente e me foram assegurados os seguintes direitos: - da liberdade de retirar o consentimento, a qualquer momento, e que poderei deixar de participar do estudo, sem que isso me traga prejuízo de qualquer ordem; - da segurança de que não serei identificado (a) e que será mantido caráter confidencial das informações

relacionadas à minha privacidade; - do compromisso de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar meu interesse em continuar participando da pesquisa; - de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro relacionada com a participação neste estudo; - de que tenho direito a compensação material relativas às minhas despesas e de meu acompanhante com relação a transporte e alimentação, caso esses gastos sejam demandados durante a minha participação no estudo - de que não está previsto nenhum tipo de procedimento invasivo ou coleta de material biológico; - de que posso me recusar a responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada. - de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com as Resoluções nº 466/2012e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi uma via do formulário impresso deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Eu _____, portador do documento de identidade ou CPF _____, aceito participar da pesquisa intitulada: **ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E MUNDO DO TRABALHO: ARTICULAÇÕES COM BASE NOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS DO IFSUL CÂMPUS CAMAQUÃ**. Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi uma via assinada e rubricada deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Camaquã, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do (a) pesquisador(a)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, poderei consultar:
CEP/IFRS

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves/RS,

CEP: 95.700-000

Telefone: (54)3449-3340

Pesquisador(a) principal: Luciana Fraga Hoppe

Telefone para contato: 51 981108320

E-mail para contato: lucianahoppe@ifsul.edu.br

Orientadora: Ana Sara Castaman

Telefone: (54) 98112-3132

E-mail: ana.castaman@sertao.ifrs.edu.br